



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

**Memorial para Progressão Funcional
de Classe D (Associada IV) para Classe E (Titular)**

Profa. Flávia Biroli

Matrícula 1013009

Brasília, junho de 2023

SUMÁRIO:

Introdução

PARTE 1

- I. Primeira Etapa: Formação**
- II. Segunda Etapa: Inserção institucional**
- III. Terceira Etapa: Refazenda**
- IV. Quarta Etapa: Consolidação no processo de crise política**

PARTE 2

- I. Docência, orientações e grupos de pesquisa**
- II. Atuação institucional no IPOL, na pós-graduação e em associações científicas**
- III. Atuação pública**

“Vendo daqui, é um avião
Vendo daqui, é um passarinho
Quem vê daqui vê assombração
Quem vê daqui vê só um bracinho
Quem vê daqui vê bem o mar e o sertão
Quem vê daqui em vez do mar vê um pomar
Não vê sertão, mas vê certinho
(...)
Quem vê daqui não vê o fim
Quem vê daqui não vê inteiro
Mas é capaz de ver de longe
Uma agulha no palheiro
Quem vê daqui não sente falta de visão
Não sente falta de vizinho
Quem vê daqui
Não tá sozinho
Nem cabe em si”

(Visões, de Dante Ozzetti e Luiz Tatit, cantada por Ceumar no álbum Achou)

Introdução

Neste memorial, faço uma reconstrução de minha trajetória acadêmica. Faço isso, como não poderia deixar de ser, vindo daqui... Isto é, revendo, desde 2023, escolhas e processos que organizaram minha carreira. O objetivo bem delimitado de realização da progressão funcional para Classe E (titular) da carreira docente na Universidade de Brasília convive aqui com a oportunidade de rever todo um processo de vida pelo qual me tornei quem sou hoje. As emoções que a produção do memorial suscitou não estão estampadas nessas páginas, ainda que possam ter deixado algumas marcas. No entanto, parece-me importante ressaltar, nesta abertura, que este não foi um texto como os outros, não me senti escrevendo mais um texto acadêmico e, menos ainda, um relatório de trabalho. Vejo este memorial como uma escrita biográfica situada no universo acadêmico.

Ocupações e profissões podem ser definidoras da identidade de quem as desempenha. A vida acadêmica nos impacta a seu modo. No meu caso, o ensino e a pesquisa definiram intensamente quem sou – rotinas de trabalho, motivações pessoais e profissionais, compromissos éticos e políticos, agendas de interesse, modo de pensar, de dizer e de escrever. As linhas que seguem são, assim, uma reconstituição das escolhas, relações, esforços e resultados determinantes de quem sou no momento que realizo a defesa desse memorial para a obtenção do cargo de professora titular na Universidade de Brasília, 18 anos depois de ter sido contratada como professora assistente do Instituto de Ciência Política, em setembro de 2005, e duas décadas depois de ter chegado a essa universidade como bolsista “recém-doutora”, em agosto de 2003.

Fui formada pela universidade pública brasileira e nela atuei em toda minha vida profissional. Este é o ponto zero da trajetória que aqui relato, já que o ensino público e o compromisso do Estado brasileiro com a pesquisa permitiram que essa história se fizesse. Defino-me, assim, como professora, pesquisadora e defensora ativa do ensino público e de políticas públicas para o fomento da pesquisa. A compreensão que tenho da construção de um país mais justo passa pela educação pública e pela pesquisa que possa nutrir o pensamento crítico e a construção de alternativas coletivas.

Sou profundamente grata às instituições em que me formei, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Sou grata, especialmente, à Universidade de Brasília. Embora tenha chegado à UnB já

doutora, entendo que aqui teve sequência meu processo de formação e que nesta universidade encontrei o suporte, diálogo e riqueza na experiência docente que possibilitaram que eu desenvolvesse a carreira que aqui registro. Meus estudos colaboraram, entendo, para o desenvolvimento das pesquisas em gênero e política e em teoria política feminista no Brasil. Isso tem relação direta com o ambiente institucional em que trabalhei. Ao mesmo tempo, com o que a UnB me ofereceu e o suporte de colegas do Ipol, pude também trabalhar com o objetivo de contribuir para as Ciências Sociais brasileiras e para o fortalecimento da área de Ciência Política. Nos dois casos, o trabalho se fez em uma rede muito concreta de relações e de suporte institucional.

Venho de uma formação interdisciplinar que penso te fortalecido meus esforços de reflexão sobre os problemas a que me dediquei, em particular sobre aquele que atravessa tudo que fiz ao longo dos anos: as disputas em torno da democracia e dos direitos humanos em um país marcado por desigualdades profundas.

Iniciei meu percurso acadêmico na área de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, na Unesp de Bauru, quanto tive minha primeira experiência com a pesquisa em Ciências Sociais, com estudos de campanha eleitoral na área de Sociologia Política. Depois, no mestrado e doutorado na área de História, na Unicamp, aproximei-me dos estudos de política brasileira, na fronteira entre a historiografia, a Sociologia Política e a Ciência Política, dialogando também com as abordagens teóricas e os métodos da análise de discurso francesa.

Foi depois de 2003, já no Instituto de Ciência Política da UnB, que minha identidade acadêmica se definiu mais claramente. Não porque tenha abandonado a interdisciplinaridade, que me parece incontornável para lidar com os desafios que temos para compreender o mundo e produzir conhecimento atento à complexidade das relações de poder. Não, também, por ter deixado de lado a paixão pela história política. A mudança vem do fato de que minha identificação com um campo de conhecimento, a Ciência Política, estabeleceu o lugar institucional de onde trabalhei, onde defini meu perfil como docente e pesquisadora e estabeleci relações preciosas de colaboração acadêmica, construção institucional e amizade. É deste lugar que me envolvi em debates teóricos e políticos sobre democracia, gênero e desigualdades, trabalhando em projetos de pesquisa individuais e coletivos que resultaram nos livros e artigos que publiquei ao longo dos anos, assim como na minha participação no debate público. É deste lugar, ainda, que atuei pelo fortalecimento do

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UnB (na condição de coordenadora, vice coordenadora, pesquisadora e docente) e pelo fortalecimento institucional da Ciência Política (na edição de periódicos, na direção de nossas associações acadêmicas e na avaliação de programas de pós-graduação).

Com o objetivo de relatar essa trajetória e desenvolver reflexões sobre as escolhas que fiz e o trabalho que produzi entre 2005 e 2023, dividi esse memorial em duas partes.

A **Parte 1** é organizada cronologicamente, em torno da atividade que ganha mais saliência neste memorial, a de pesquisa. Ao escrever, ficou ainda mais claro para mim que a compreensão que tenho do que fiz ao longo dos anos é toda vinculada à pesquisa. Em outras palavras, a pesquisa é o eixo vertebral em que se organizam as demais atividades. Os quatro itens que compõem essa parte correspondem, assim, às etapas da minha trajetória como pesquisadora.

A Primeira Etapa, “Formação”, trata da minha descoberta do mundo acadêmico, no processo de formação, chegando até o doutorado. Pareceu-me importante iniciar daí para que pudesse explicar minha formação interdisciplinar e o envolvimento com a pesquisa, que vem desde a graduação. A Segunda Etapa corresponde à “Inserção Institucional”, com duplo sentido: a contratação pela Universidade de Brasília, em 2005, e o enraizamento na área de Ciência Política. Essa inserção também permitiria que, pouco depois, em 2007, uma nova fase se iniciasse, com uma definição mais clara do perfil de pesquisadora que tenho ainda hoje, em grande medida nutrido pelo interesse em pesquisar a democracia brasileira do prisma das desigualdades de gênero. Como esse foi também um momento de deslocamento pessoal, com o nascimento do meu filho, o termo que me pareceu mais adequado para definir essa etapa é “Refazenda”. A Quarta Etapa, por sua vez, trata de minhas atividades em um momento mais maduro, já estabelecida na área, mas também de profunda crise política no país. Essa crise marca profundamente o que fiz e produzi no período, por isso o título “Consolidação em meio à crise”. De modo geral, nessa primeira parte, falo da pesquisadora, mais do que da professora.

A Parte 2 é menos volumosa que a primeira e foi, diferentemente dela, estruturada por arenas de atuação. Assim, seu primeiro item é dedicado à docência e às orientações de mestrado e doutorado. Seria impossível, claro, falar dessas orientações sem estabelecer relações com as etapas da Parte 1. Mas optei por registrar aqui, mais diretamente, meu trabalho como professora e orientadora, ainda que ele seja, como discuto, informado muito

diretamente pela condição – vertebral – de pesquisadora. O segundo item trata da atuação institucional na UnB e na área de Ciência Política. Optei por destacar aqui atividades que são variadas, mas que entendo convergirem nos objetivos de construção e fortalecimento institucional. Discuto meu trabalho como coordenadora de pós-graduação, editora de periódicos e representante em associações acadêmicas. Por fim, o terceiro item dessa parte trata de minha atuação pública. Mais uma vez, é difícil delimitá-la em relação ao que discuti na Parte 1. Entendo que é como pesquisadora que me torno intelectual pública, dialogando com atores institucionais e jornalistas, produzindo textos de intervenção. Procuro, no entanto, mostrar como tem se dado essa atuação mais recentemente, de forma que permita a quem lê este memorial uma entrada para os efeitos de meu trabalho um pouco além das fronteiras estritamente acadêmicas e disciplinares. Meu compromisso com a educação pública, a democracia e os direitos humanos se expressa nas diferentes atividades aqui descritas, sendo a razão mesma da atuação pública apresentada nesse item final.

PARTE 1

I. Primeira Etapa: Formação

Nasci em São José do Rio Preto, São Paulo, em 1975, filha mais velha de José Roberto e Marta. No ambiente em que cresci, de família de classe média para alta, o estudo era um valor fundamental, com boas condições para que eu e minhas duas irmãs trilhássemos nossos caminhos. A universidade pública era uma referência e parte importante da experiência do meu pai, formado na USP. Mas as trajetórias e redes familiares passavam longe das Ciências Sociais, de que eu nada sabia. Apaixonada por literatura e história e leitora voraz de tudo a que tinha acesso, o jornalismo parecia uma alternativa profícua, em um país que se democratizava, mas apresentava paradoxos e desafios que eu relacionava, já naqueles tempos, ao autoritarismo e às desigualdades.

Fiz minha graduação em Comunicação Social (Jornalismo) na Unesp de Bauru, entre 1993 e 1996, de onde já emendaria a mudança para Campinas, para realizar, na Unicamp, o mestrado e o doutorado. Na graduação, tive minha primeira experiência em pesquisa, com uma bolsa de Iniciação Científica do CNPq, entre agosto de 1994 e julho de 1995. Nessa pesquisa, levantei e organizei os dados de agenda e tempos concedidos às candidaturas na cobertura do Jornal Nacional às eleições presidenciais de 1994. A coordenação do projeto e orientação da pesquisa estavam a cargo do Prof. Dr. Murilo César Soares, sociólogo e pesquisador de mídia e política. Em seguida, eu continuaria as pesquisas na área de mídia e política, mas com novas abordagens e questões. Para minha monografia de conclusão de curso, pesquisei as seções (na época, em um dos casos, “caderno”) de política de dois jornais diários nacionais, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo. Ao analisar sua agenda, procurava responder a um problema ambicioso para aquele momento: que margens tinha o fenômeno nomeado como “política” no noticiário desses jornais? Que conceito de política predominava e como isso determinava a seleção dos temas? As perguntas de pesquisa eram amplas, “o que é política para esses dois jornais”, “o que diferencia o caderno ou seção de política de outros cadernos e seções, como cotidiano/cidades”, “de que modo uma ‘ordem do discurso’, situada historicamente, delimita ‘a política’ como fenômeno e organiza os sentidos do

‘político’?’. Nesse trabalho, fui orientada pelo Prof. Dr. Manoel Gonçalves Corrêa, linguista com trabalhos em análise do discurso de linha francesa, que me apresentou às teorias do discurso e aos estudos sobre linguagem e poder de Michel Foucault, Michel Pêcheux, J. L. Austin e Jacqueline Authier-Revuz. Meu Trabalho de Conclusão de Curso, orientado por Corrêa, foi defendido em novembro de 1996 com a participação, na banca, do professor de Sociologia Dr. Marcos Alvarez (USP).

Desse período inicial da minha formação como pesquisadora, destaco três elementos que entendo que teriam impacto em minha trajetória acadêmica posteriormente. O primeiro é que tive a oportunidade de rapidamente reconhecer que não tinha interesse pelo jornalismo como profissão, e sim pela pesquisa. Ao mesmo tempo, e esse é o segundo, pude tomar contato com leituras teóricas e, ainda que de maneira muito preliminar, com a filosofia política, pela via da escola francesa das teorias do discurso e do pós-estruturalismo. Meus primeiros passos na problematização do político e da democracia vieram, assim, pelo reconhecimento de que tradições e discursos informam seus significados e conflitos. Por fim, o terceiro elemento, que seria definidor de minhas pesquisas por algum tempo, foi o interesse pela área de mídia e política.

Reconhecer que meu interesse principal era pela pesquisa me orientou para o mestrado, mas não me levou ainda às Ciências Sociais ou à Ciência Política, especificamente. Sabia apenas que queria pesquisar a atuação dos meios de comunicação e sua relação com a democracia no país. Meu orientador de TCC, Manoel, mencionado há pouco, estava terminando o doutorado em linguística na Unicamp e, pelas suas próprias incursões na área, conhecia bem a pós-graduação em História daquela instituição. Minha paixão pela história política pesou. Pesquisando sobre o curso e suas linhas de pesquisa, me pareceu que ali encontraria a oportunidade de me aprofundar nas teorias pelas quais me interessava – estudos do pensamento político e do discurso, abordagens discursivas da historiografia – e seguir pesquisando mídia e política, agora em perspectiva histórica.

Foi assim que me orientei para a área de História, na Unicamp, onde fiz meu mestrado e meu doutorado, orientada pelo Prof. Dr. Ítalo Tronca, que também tinha uma trajetória anterior originada no jornalismo, com passagens pelo jornalismo profissional – algo, aliás, que eu logo descobriria não ser incomum no mundo acadêmico da História e das Ciências Sociais naquele momento. Na Unicamp, encontrei um ambiente rico de debate intelectual, que reforçou minha identificação com a vida acadêmica e a pesquisa, além de me permitir tomar

contato com diferentes disciplinas e abordagens teóricas. A indefinição disciplinar que eu ainda trazia comigo colocava dúvidas, mas foi também positiva porque os caminhos pareciam mais abertos do que quando a formação disciplinar determina, desde cedo, a inserção em um campo de conhecimento. Com esse espírito e em um ambiente em que a interdisciplinaridade era valorizada por vários docentes e colegas, cursei também disciplinas nas áreas de Análise do Discurso, Ciência Política e Sociologia. No mestrado e no doutorado em História, fiz parte da Linha de Pesquisa “Jogos do Político: conceitos, representações e imaginário”, em que foram muito importantes na minha formação as professoras Maria Stella Martins Bresciani, Izabel Andrade Marson e Vavy Pacheco Borges. Também realizei cursos e participei de eventos e minicursos promovidos pela Linha de Pesquisa “História, Cultura e Gênero”, em que teve especial importância na minha formação a professora Margareth Rago.

O foco nas teorias do discurso, a leitura sistemática de Michel Foucault, em especial das obras nas quais teorizava o discurso e o poder, foram definindo a base teórica e as estratégias metodológicas para minha **dissertação de mestrado**, intitulada “A nação diante do suicídio de Vargas”. Nela, analisei a atuação da imprensa brasileira na construção e reconstrução da imagem de Getúlio Vargas durante a crise política que culminou no seu suicídio, em agosto de 1954, com atenção principalmente às inflexões em sua imagem após esse acontecimento.

A pesquisa empírica, realizada em grande parte no arquivo Edgard Leuenroth (AEL), localizado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, consistia na coleta e análise do noticiário dos jornais *Correio da Manhã* e *Última Hora*, no mês anterior e no mês posterior ao suicídio de Vargas. Era preciso, claro, situar os acontecimentos (inclusive os discursivos) na crise política em que emergiram. Para tanto, mergulhei na historiografia sobre o período, em que têm relevância as análises do “getulismo”, do “udenismo” e aquelas que recorrem ao conceito de “populismo” ou assumem uma perspectiva crítica a esse conceito para analisar a dinâmica política do período e seu esgotamento a partir de 1954. Foi essa literatura que me aproximou, inicialmente, do debate sobre as causas do golpe de 1964, que reapareceria em minha tese de doutorado e na pesquisa realizada nos meus primeiros anos na Universidade de Brasília, de que falarei mais adiante. O material coletado para a investigação do mestrado era também atravessado pelos debates sobre nação e nacionalismo, em que se materializavam diferentes projetos para o desenvolvimento nacional. Neles, ficava claro que os sentidos atribuídos à democracia, em termos conceituais

e instrumentais, eram muito distintos. Correspondiam a perspectivas e interesses diferenciados, que procurei identificar.

Assim, a pesquisa sobre a cobertura jornalística ao suicídio de Vargas e o mergulho sistemático na literatura sobre a história política do período me colocaram o desafio de compreender melhor a democracia pós-1945 e seus paradoxos. Ao mesmo tempo, expandi meu estudo teórico para abordagens que me permitiriam compreender o peso simbólico do “acontecimento” nos processos políticos e o modo como as disputas sobre seu sentido envolviam conflitos relacionados à própria democracia. Autores como Pierre Rosanvallon e Reinhart Koselleck passariam, então, a ter relevância para minha reflexão teórica.

Aqui cabe uma nota. Hoje identifico que até o desenvolvimento de minha dissertação de mestrado, a imprensa aparecia no meu trabalho como “fonte”, ainda que as referências teóricas com as quais eu trabalhava, no campo da Análise do Discurso, levassem a compreender os documentos como materialidade discursiva, em que estavam inscritos os conflitos políticos. Debruçar-se sobre eles permitia compreender as posições em conflito, relacionando-as a atores e interesses. O ponto é que os meios de comunicação ainda não apareciam, eles mesmos, como *atores* na minha análise. Foi no doutorado que me aproximei, de fato, da área de Mídia e Política e, mais propriamente, de uma abordagem dos meios de comunicação como atores políticos.

A **tese de doutorado**, que desenvolvi entre 1999 e 2003, tomava como objeto os conflitos em torno da democracia após o suicídio de Vargas, indo da tentativa de golpe em 1954 ao golpe de Estado de 1964. Nesse sentido, pode parecer a quem me lê e não teve contato com esses trabalhos que era uma espécie de suíte à dissertação. No entanto, o enfrentamento com aquele processo político me levou a deslocamentos teóricos e analíticos significativos. Como é comum na passagem do mestrado ao doutorado, houve uma depuração das influências teóricas e uma clareza maior na construção dos problemas de pesquisa. Foi naquele momento que, embora seguisse na área de História, iniciei minha aproximação mais direta com a Ciência Política.

O problema principal da tese foram as disputas em torno do conceito de democracia no período que antecedeu o golpe de 1964, novamente analisando os meios de comunicação, em particular a imprensa nacional. Trabalhando com editoriais e artigos de opinião de diferentes jornais do período, busquei identificar o conceito de democracia que mobilizavam, situando sua posição (e seus interesses) políticos e como empresas. Daí a pequena nota que

fiz acima: agora os meios de comunicação apareciam, de fato, como atores. Para analisá-los, mobilizei literatura teórica sobre as relações entre mídia e democracia. Trabalhei de maneira bastante focada também com a historiografia que permitia compreender o que foi o jornalismo político do período, considerando suas dinâmicas de baixo para cima (as rotinas das redações, a economia política da profissão, os processos em que se definiram códigos de conduta) e de cima para baixo (as empresas, sua organização e suas estratégias políticas e de mercado).

O trabalho de investigação me levou a um problema não esperado. Na medida em que analisava a atuação da imprensa nessas crises, entrei em contato com extenso material sobre novos processos de regulação e autodefinição de condutas legítimas e desejáveis para o jornalismo político. Com isso, em vez de ler o debate sobre crise e democracia nos jornais como uma dimensão entre outras das disputas simbólicas do período, desloquei o olhar para *a mídia como ator em uma democracia em crise*, procurando compreender o funcionamento das empresas (que geriam os jornais que eu analisava) e os códigos e valores que orientavam o trabalho nas redações. Isso me permitiu abordar os sentidos da imparcialidade e do compromisso com “o público”, em meio às disputas políticas do período. Passei a compreender que, naquele momento, o jornalismo profissional se afirmava como “técnica” de modo que potencializava a crítica antipolítica da democracia, argumento que desenvolvo na tese e em artigos publicados a partir dela. Penso que essa compreensão seria fundamental também para os trabalhos que desenvolvi posteriormente.

Para a análise do noticiário na tese, o recorte da pesquisa delimitou episódios que funcionaram como “nós” de conflitos. Isso permitiu operar em níveis diferentes: o das empresas e seus interesses; o do jornalismo como prática perpassada por desafios práticos dessa ocupação profissional, por códigos éticos e pela política; e o do noticiário como discurso no qual as noções de democracia em disputa emergiam. Assim, analisei a cobertura jornalística à crise política de 1955 (o chamado “golpe preventivo” de 11 de novembro de 1955, para garantir a posse de Juscelino Kubitschek) e a cobertura ao referendo sobre o sistema político (a consulta sobre o parlamentarismo), em 1963. Na análise, conferi especial atenção aos editoriais que tratavam desses eventos tematizando explicitamente a “democracia” e a “crise”, relacionando-os ao noticiário publicado nas mesmas edições.

A pesquisa e os resultados da tese são, é claro, o mais significativo neste momento. Porém, o doutorado é um marco para quem segue a trajetória acadêmica também pelas

experiências e redes que se tornam possíveis nessa etapa. A experiência docente que tive nesse período foi marcante para as escolhas que fiz – e para que eu passasse a me ver como professora. Durante o doutorado, realizei o estágio docente nos cursos de graduação em História e Ciências Sociais, nas disciplinas História das Ideias Políticas e Sociais e Pensamento Político, Econômico e Social do Brasil, respectivamente. Nos dois casos, fui responsável integralmente pelas aulas e avaliações, o que me trouxe experiência, mas principalmente o sentimento – e peço desculpas pelo desvio um tanto chinfrim, ao resgatá-lo – de que eu havia nascido para a docência, o que parecia confirmar-se pelo retorno que tive dos alunos, sendo professora homenageada da turma de História, em sua formatura no final do ano de 2003, quando já residia em Brasília.

Ao mesmo tempo, os desafios econômicos do período de pós-graduação, que eu havia enfrentado contando com bolsas (Fapesp e CNPq), fazendo traduções inglês-português e dando aulas particulares de inglês, se tornaram maiores no final do doutorado. Em 2002, as pressões pela redução do tempo de defesa se ampliaram e a decisão tomada pelo Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp foi que quem não tivesse a defesa marcada antecipadamente dentro do período de 48 meses contaria com apenas três anos e meio de bolsa. Com isso, por saber que precisaria de um semestre a mais, fui obrigada a dividir os semestres finais do doutorado entre a finalização da pesquisa, a escrita da tese e a docência na Universidade Metodista de Piracicaba. Passados mais de 20 anos dessa minha vivência e das mudanças que se implementaram, a pós-graduação permanece como um momento de precarização do trabalho em que o desrespeito é normalizado em alguma medida. A pesquisa é vista como estudo e não como contribuição para a ciência no país, apesar de a pesquisa realizada por pós-graduandas/os ser fundamental para a produção científica.

Ao final de cada seção, optei por listar artigos e capítulos de livros que resultaram do meu trabalho de pesquisa no período, já que eles complementam o que estou relatando e permitem também conhecer um pouco mais os argumentos que desenvolvi, o tipo de pesquisa que realizei e o processo mesmo de minha inserção na academia. Nesta primeira etapa, de formação, essas publicações são, em sua maioria, resultantes das pesquisas realizadas para a dissertação de mestrado e a tese de doutorado. O tema que as atravessa, como se verá, é a relação entre mídia, jornalismo e política. Há também, entre elas, registros das incursões teóricas já mencionadas pelas teorias do discurso e pelo pensamento foucaultiano. Os artigos, em alguns casos, foram publicados alguns anos depois da defesa do

doutorado, mas isso se deve ao tempo para preparação, tramitação e publicação.

Embora não seja de uma geração na qual a formação envolvia o treinamento para publicar “muito” e publicar “bem”, nesse período inicial publiquei artigos em revistas cuja qualidade é reconhecida pela comunidade acadêmica, como a *Revista Brasileira de História* e a *Revista de Sociologia e Política*. Menciono esse ponto como um gancho para algo que está presente em toda minha trajetória, a escrita de artigos e, posteriormente, livros é para mim a atividade mais prazerosa na vida acadêmica. Talvez isso esteja refletido no modo como esse memorial foi organizado, dando justamente prioridade à produção intelectual escrita, sobre outras atividades também relevantes, claro, como a docência, a orientação, a participação em eventos e a atuação pública, de que tratarei na Parte 2. Nunca deixei de ter os processos de escrita no centro da minha experiência da vida intelectual. Meus processos de aprendizagem e de desenvolvimento intelectual se fazem em grande medida pela escrita e, mais uma vez, há um prazer associado a ela, que direciona meu trabalho cotidiano. Mas isso também significaria que as pressões posteriores da carreira gerariam muitas frustrações pela falta de tempo qualificado para a escrita. Com o passar dos anos teria, como ocorre na docência e pesquisa no país, mais demandas e obrigações na universidade e no mundo acadêmico, sem que isso significasse recursos como o de assistentes na docência e na pesquisa, algo ainda ausente nas universidades brasileiras. Sentiria (e sinto ainda) falta de tempo para uma escrita que vá além de processos mais protocolares, na medida em que a vida acadêmica se tornou mais acelerada e foi capturando os tempos da produção intelectual. Voltarei a essa discussão ao final do memorial, mas entendi que seria importante trazê-la aqui porque revela algo significativo sobre o modo como trabalhei e trabalho, conectando as diferentes etapas de minha trajetória.

Lista de Publicações (Primeira Etapa, Formação)

Artigos (6):

Flávia Biroli: “A vontade de opinar nos fóruns de discussão via Internet: um olhar histórico para questões formuladas em pesquisa transdisciplinar”. *Estudos Lingüísticos* (São Paulo), v. 30, 2001.

Flávia Biroli: “Sobre jornais e jornalistas no Brasil dos anos 50”. *Jornalismo - Revista de estudos do curso de jornalismo da PUC – Campinas* (Campinas), v. n.5, p. 39-52, 2002.

Flávia Biroli: “A literatura e as ‘baixas vozes’: um ensaio sobre ficção, história e heterogeneidade”. *Historia Social* (Campinas) **JCR**, v. 8-9, p. 143-172, 2002.

Flávia Biroli: “Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-60)”. *Revista Brasileira de História* **JCR** (São Paulo), v. 24, n.n.47, p. 213-240, 2004.

Flávia Biroli: “Jornalismo, democracia e golpe”. *Revista de Sociologia e Política* (Curitiba), v. 22, p. 87-99, 2004.

Flávia Biroli: “Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do "jornalismo moderno" no Brasil”. *História* (São Paulo), v. 26, p. 6, 2007.

Capítulos de livros (5):

Flávia Biroli: “O fato na mídia e a mídia como fato”. In: Denilda Moura (Org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999, v. , p. 233-239.

Flávia Biroli: “Política da ausência: diagnósticos da incompetência da (e para a) democracia no debate político no Brasil, anos 1955-60”. In: Márcia Naxara; Izabel Marson (Org.). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia - MG: Edufu, 2005, v. , p. 285-302.

Flávia Biroli: “História, discurso e poder em Michel Foucault”. In: Margareth Rago e Alfredo Veiga Neto (Org.). *Figuras de Foucault*. São Paulo, SP: Autêntica Editora, 2006, v. , p. 119-127.

Flávia Biroli: “Dizer (n)o tempo: observações sobre história, historicidade e discurso”. In: Inês Signorini (Org.). *[Re]discutir texto, gênero e discurso*. 1ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, v. 2, p. 157-184.

Flávia Biroli: “Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do 'jornalismo moderno' no Brasil”. In: Luis Felipe Miguel; Flávia Biroli. (Org.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010, v. , p. 195-222.

II. Segunda Etapa: Inserção institucional

Os anos 1990 foram bastante difíceis para as universidades brasileiras, que sofreram os efeitos da retração do orçamento para a educação e do avanço de visões privatistas. Estas, como sabemos, alavancaram o sistema privado de ensino, enquanto restringiam o orçamento e as contratações nas universidades públicas, impedindo inclusive a reposição de servidores e docentes aposentados. No início dos anos 2000, havia, assim, uma reserva significativa de doutores, considerando-se a escala da pós-graduação brasileira naquele momento. Havia,

também, expectativas positivas com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência, após a vitória nas eleições de 2002. O início da minha carreira acadêmica foi marcado por esses dois fatores.

Ainda sem a retomada dos concursos, vim para a **Universidade de Brasília** como bolsista recém-doutora do CNPq. Minha trajetória foi impactada pela retomada dos investimentos e pela expansão do sistema público federal de ensino, incluindo o de pós-graduação. Ingressei na UnB também no período de implementação das políticas afirmativas determinadas pela lei pioneira de cotas raciais na graduação, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da universidade no dia 6 de junho de 2003. Desde o início do meu trabalho na universidade, com minha primeira oferta de disciplinas (Introdução a Ciência Política e Pensamento Político e Social no Brasil), pude propor discussões e acompanhar as reações e tensões relativas às cotas, construindo atividades de debate e propondo trabalhos dissertativos sobre o racismo e as políticas afirmativas. E, o mais importante, pude acompanhar a expansão do acesso de pessoas negras e indígenas ao nosso campus, especialmente no curso de Ciência Política e nas turmas pelas quais fui responsável. Com essas políticas, aprofundadas pela legislação adotada em 2012, que reserva 50% das vagas da graduação para estudantes de escolas públicas, seguindo critérios raciais e de renda, passamos a ter um alunado mais diverso, que traz para as salas de aula perspectivas distintas e uma dinâmica que corresponde melhor à complexidade e às desigualdades da sociedade brasileira. Acompanhar esse processo, com os resultados impressionantes que gerou e as tensões envolvidas foi algo de enorme riqueza. Ele é, sem dúvida, definidor de quem sou como pesquisadora e como pessoa.

A chegada à UnB também produziu efeitos diretos na minha pesquisa, que passou a ser situada no campo disciplinar da Ciência Política e orientada para problemas acadêmicos e políticos. Ainda que estivessem, ao menos em sentido amplo (as disputas pela democracia, o papel da mídia) pesquisas que realizei no período de formação, seriam vistos sob novas lentes e redefinidos na medida em que me situei nesse campo e tomei contato com debates teóricos que eram, para mim, ainda bastante novos, como o de representação e gênero.

No final do item I introdutório a este memorial, mencionei que o diálogo com a área de Mídia e Política me abriria o caminho para a vinda para a Universidade de Brasília. Isso ocorreu, especificamente, porque nos anos finais do trabalho na pesquisa para minha tese de doutorado, entre 2001 e 2002, passei a dialogar com o professor e posteriormente colega

Luis Felipe Miguel, do Instituto de Ciência Política da UnB. Esse diálogo resultou em sua participação na minha banca de tese na Unicamp e na oportunidade de concorrer a uma bolsa de recém-doutor do CNPq, implementada no IPOL-UnB. O período de duração da bolsa, entre agosto de 2003 e julho de 2005, foi também aquele em que as universidades federais retomaram os concursos públicos, agora que ganhavam espaço no projeto de inclusão e desenvolvimento do novo governo. Essas oportunidades convergiram na possibilidade de que, em junho de 2005, eu realizasse o concurso docente no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, na área de Política Brasileira, no qual fui aprovada em primeiro lugar.

Mas uma vez, vale lembrar que o contexto era de expansão da universidade e mudança política no país, em um processo regional conhecido como “virada à esquerda” ou “onda rosa”. Nesse período, em que um conjunto significativo de países latino-americanos foi governado por partidos e lideranças de esquerda e de centro-esquerda, a adoção de agendas distributivas e, ainda que com variações entre contextos nacionais, a permeabilidade maior das democracias a demandas populares e de movimentos sociais, como os feministas, antirracistas e de direitos humanos, produziria um novo ambiente para debates e avaliação dos resultados e limites das políticas públicas.

Foi, assim, nesse contexto de mudanças e oportunidades que realizei o trânsito da pesquisa historiográfica para a pesquisa na área de Ciência Política. A interdisciplinaridade, a preocupação com a historicidade de processos e objetos de pesquisa e com o universo simbólico das relações de poder permaneceriam centrais ao meu trabalho. A preocupação com a democracia também se mantinha, mas numa perspectiva marcada pelos processos então percebidos como de aprofundamento da democracia, com a crítica a seus limites – pela permanência de práticas relacionadas ao passado autoritário (numa perspectiva daquele momento) e pelas desigualdades persistentes que recortaram os processos de inclusão.

Nessa etapa de inserção institucional e deslocamento na agenda, destaco três projetos de pesquisa, por revelarem como esse deslocamento se deu e pela importância que tiveram na organização do meu trabalho e na produção que realizei no período.

O **primeiro**, financiado pelo CNPq por meio da bolsa de Recém-Doutor, nascia da tese de doutorado e tinha relação direta com o estudo que eu havia realizado para o doutoramento. Era, ainda, anterior aos deslocamentos que viriam em seguida. O título era “Imprensa e política no Brasil contemporâneo: sentidos e limites para a democracia nas discussões acerca da eleição de Juscelino Kubitschek (1955) e do projeto de lei de imprensa

apresentado pelo governo em 1956”. Corresponhia ao aprofundamento da análise apresentada no artigo “Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-60)”, publicado em 2004 na *Revista Brasileira de História*, listado na seção anterior.

O **segundo projeto** abrigou minhas primeiras orientações de monografias e Iniciação Científica no IPOL/UnB. Guardava alguma relação com minha tese de doutorado, mas reposicionava cronológica, teórica e politicamente o problema de pesquisa, ao abordar as representações do golpe de 1964 e da ditadura nos principais jornais brasileiros.

O objeto de análise era o noticiário dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* nos “aniversários” do golpe, em 1974, 1984, 1994 e 2004. O argumento teórico que justificava a pesquisa era que o noticiário produzia as narrativas sobre o golpe e a ditadura a partir de relações complexas entre os interesses e recursos dos atores que capturaram o Estado em 1964 ou aliaram-se a eles, os atores que se fortaleceram no processo de transição e, por fim mas não menos importantes, os interesses e envolvimento políticos das próprias empresas de comunicação. O tempo presente de produção do noticiário carregava, assim, temporalidades distintas, atravessadas por disputas que envolviam não só o próprio Estado, mas as narrativas por meio das quais se buscava legitimar ou contestar atores, agendas e visões sobre a política e a democracia.

A pesquisa revelaria deslocamentos relacionados, primeiro, ao processo de transição e, depois, ao de consolidação da democracia, com todas as ambivalências e limites que envolveram. Mostrou, por exemplo, como se deu o deslocamento da “revolução” ao “golpe” no noticiário, mas principalmente a abertura a novos debates, com a emergência de temas como a justiça de transição, a revisão do enquadramento dado à violência da ditadura no Brasil (de que fez parte a infame definição “ditabranda”, em editorial da *Folha de S. Paulo* de 2009, ao comparar a ditadura brasileira à de outros países do Cone Sul), e, posteriormente, a expansão da discussão sobre a responsabilidade do Estado brasileiro pelos crimes cometidos.

Com o conhecimento que agora temos dos processos políticos, parece-me interessante ressaltar, a partir desse projeto de pesquisa, alguns desdobramentos analíticos.

O primeiro é que o noticiário já era perpassado por conflitos que se tornariam mais agudos mais tarde, com a instauração da Comissão Nacional da Verdade (Lei 12.528/2012, promulgada pela presidenta Dilma Rousseff). Sua recomendação pelo Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (Eixo VI, Direito à Memória e à Verdade), em 2009, acompanhava ações

para fortalecer a agenda de direitos humanos e implementar políticas que a efetivassem, em diferentes âmbitos. A reação se fez presente com clareza nos noticiários. Algum tempo depois, meu trabalho sobre o avanço de movimentos conservadores e antidemocráticos, reativos a agendas igualitárias e de direitos humanos, apontaria para a relevância das articulações que se produziram *em reação* ao PNDH-3. Elas envolveram articulações que teriam peso na ativação do antipetismo, no golpe contra Dilma Rousseff em 2016 e no avanço da extrema-direita no país a partir de então. Falarei dos estudos sobre a reação conservadora e antidemocrática na seção em que trato da Etapa 4, neste memorial.

O segundo desdobramento que gostaria de destacar, também mais claro a partir dos processos políticos posteriores, é que na pesquisa que realizei nos anos 2004-2006 não havia uma preocupação específica com a investigação do papel dos militares *no período democrático*. Hoje, voltando a publicações e notas daquela investigação, observo que, apesar do debate sobre responsabilidade estatal emergir com mais força nos anos 2000 (no “aniversário” de 2004), relativamente aos anteriores, havia pouco interesse em se compreender quem eram e como atuavam os militares, tanto por parte da mídia quanto por parte da minha própria pesquisa. Sua atuação era abordada em relação ao regime ditatorial instaurado em 1964 e à transição, sem maiores discussões sobre seus alinhamentos políticos e seu possível ativismo na contemporaneidade. Os processos políticos recentes demonstram que havia ali uma espécie de ponto invisibilizado, tanto para a mídia, quanto para as Ciências Sociais, possivelmente também para os movimentos e partidos políticos democráticos do país. Na pesquisa, estávamos, penso agora, no registro de que se tratava de lidar com a construção da *memória* e da *justiça* pela via do *reconhecimento* dos crimes da ditadura. Não era possível prever, então, que os militares teriam protagonismo nos movimentos e no governo de extrema-direita que se instauraria em 2019. Em meados dos anos 2010 movimentos antidemocráticos e de extrema-direita passariam a fazer abertamente a defesa da ditadura, marcada por esforços estratégicos para a normalização da tortura e da violência contra opositores políticos. Porém, no período de realização da pesquisa, não era algo que se pudesse vislumbrar. Também não estava no nosso horizonte que haveria suporte popular significativo a esse posicionamento, o que foi certamente uma das chaves – estratégicas – para a reversão de ganhos democráticos das décadas anteriores e a promoção de atores e ideologias autoritárias.

O **terceiro projeto** que desenvolvi nesse período já seria mais diretamente ligado aos deslocamentos que fiz na minha agenda de pesquisa, reorientada na etapa seguinte. Os anteriores desenvolviam e reposicionavam questões de pesquisa que se definiram no período do doutorado, como mencionei. Este, por sua vez, correspondia a uma nova agenda e novos desafios. Meu interesse pelo feminismo e pelos estudos de gênero estava presente nas leituras e no acompanhamento de debates no período anterior, mas não havia ainda se transformado em agenda de pesquisa. A vinda para a UnB e o diálogo com Luis Felipe Miguel permitiram uma parceria que resultou em um trabalho que considero importante não apenas na minha trajetória, mas para a Ciência Política brasileira. Individualmente, me abriram a oportunidade de iniciar o trabalho de pesquisa sobre mulheres, gênero e democracia. Neste projeto, o terceiro dessa etapa, mas meu primeiro nessa agenda, analisamos as relações entre meios de comunicação, representação política e mulheres no Brasil.

Embora aqui me refira a esta investigação como *um* projeto, do ponto de vista formal correspondeu a alguns projetos financiados pelo CNPq e pela FAP-DF, sob a coordenação de Luis Felipe Miguel ou sob minha coordenação (com equipes de que fazíamos parte, na prática ambos como coordenadores, em um caso ou em outro). Trabalhando nesses projetos, tive a felicidade de descobrir caminhos, na pesquisa empírica e na pesquisa teórica, com os quais me identifiquei de maneira profunda e que permaneceriam relevantes na minha trajetória a partir desse momento.

Foi nos marcos dessa pesquisa que me foi concedida pela primeira vez a **Bolsa de Produtividade (PQ-2) do CNPq**, com o projeto intitulado **“Gênero e política na imprensa brasileira”** (concessão em 2008, com vigência a partir de 1º de março de 2009). Em 2008, recebi também financiamento de pesquisa pelo edital do CNPq 57/2008, nos marcos do Programa Especial de Inclusão Social, Igualdade e Cidadania, implementado então nessa agência de fomento à pesquisa. O acolhimento institucional dessa agenda é um elemento do contexto que venho relatando, de expansão da democracia e maior permeabilidade do Estado a agendas igualitárias. O reconhecimento e financiamento, pelo Estado, dos estudos sobre gênero se deu no âmbito de um acolhimento mais explícito do conhecimento comprometido com o enfrentamento às desigualdades no país, com a problematização das relações de poder que delas se nutrem, ao mesmo tempo que as reproduzem e atualizam. Para acadêmicas que, como eu, acompanhariam posteriormente o ataque ao conhecimento comprometido com a democracia e a justiça social, estrategicamente mobilizado para justificar o desmonte de

políticas de fomento à pesquisa, tratar desse momento permite aproximar-se dos efeitos das políticas públicas na produção científica. Permite, também, abordar como processos de *qualificação* da democracia, ainda que com suas ambivalências e limites, se diferenciam daqueles de *erosão* das democracias, em suas consequências para a universidade, a ciência e a produção de conhecimento. É algo que, sem dúvida, vai muito além das trajetórias individuais, tanto quando pensamos no estímulo a agendas de pesquisa, quanto no desestímulo institucionalizado à produção de conhecimento, que ganhou forma aguda a partir de 2016.

Nesse momento de maior inclusão de agendas igualitárias e de direitos humanos, o CNPq também financiava bolsistas no âmbito das pesquisas que realizamos. É o caso de bolsas de Iniciação Científica, sob minha coordenação (12/2010), e de bolsas dos editais CNPq 45/2005 e 61/2005 e FAP-DF 8/2008, que financiaram projetos sobre coordenação de Luis Felipe Miguel, de que participei. O financeiro da pesquisa envolveu o apoio à publicação do livro resultante dessas investigações, de que somos co-autores, e que foi meu primeiro livro autoral (*Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*, publicado em 2011 pela Editora da Unesp). Antes dele, havia coeditado livros, mas a experiência da escrita autoral de livros, que penso ser distinta da que temos ao escrever artigos, foi algo marcante. Devo dizer que é, possivelmente, a atividade de maior prazer em minha trajetória acadêmica – e aquela para a qual gostaria, sem dúvida, de contar com mais tempo. Um dos aprendizados que tive ao longo dos anos é que os livros circulam de maneira diferente dos artigos e, por isso, nos levam a públicos e debates mais diversificados. Com artigos, nos inserimos em discussões com públicos mais estritamente disciplinares e acadêmicos. Os livros têm, na minha vivência, impacto interdisciplinar maior, ampliam o rol potencial de leitores e guardam mais proximidade com o debate público.

De modo sintético, esse terceiro projeto (ou, como mencionei, melhor dizendo conjunto de projetos) de investigação com foco em mídia, política e gênero indagava sobre a atuação dos meios de comunicação – em particular, os principais jornais diários e revistas semanais brasileiros – na conformação da sub-representação das mulheres. A hipótese de partida era que a representação de gênero, desfavorável às mulheres, era espelhada ou mesmo acentuada na mídia. Uma análise quantitativa da presença dos atores no noticiário, para a qual contamos com o trabalho de um grupo extenso de estudantes, indicou a predominância dos homens, mas também de determinados grupos no noticiário político.

Detectamos, assim, que as vozes majoritariamente presentes eram de políticos investidos de cargos, o que, por si só, já reduzia a presença de mulheres no noticiário. Em contraponto, a presença pontual (e, no limite, a ausência) de representantes da sociedade civil restringia ainda mais o acesso delas às notícias, já que estão mais presentes em movimentos e organizações sociais do que nos partidos políticos e cargos eletivos. Com isso, ao analisar os meios de comunicação como atores nessa configuração do “o que” e do “quem” da política, a pesquisa abria a possibilidade de refletir sobre a sub-representação feminina na política para além da visão mais estrita dos desequilíbrios em espaços institucionais de poder como o Congresso Nacional. Os nexos entre diferentes arenas de articulação coletiva, a construção das carreiras políticas e o acesso desigual a recursos foram colocados em evidência.

Ao mesmo tempo, a pesquisa investigou qualitativamente se, e como, os estereótipos de gênero atravessavam o noticiário. Uma frente destacada para essa investigação foi a análise da presença de ministras mulheres (com alguns ministros homens para controle) no noticiário das revistas semanais *Época*, *Veja* e *Isto É*, entre os anos 1980 e os anos 2000. O ponto de partida, em termos cronológicos, era a análise da presença, no noticiário dessas revistas, da primeira mulher a assumir um ministério no país, Esther Figueiredo Ferraz, que foi ministra da Educação de 1982 a 1985, durante o governo de João Baptista Figueiredo. Nos anos 2000, na outra ponta do corpus, investigamos de que modo se configurava a presença de Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia e, depois, Ministra Chefe da Casa Civil dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva. A pesquisa é anterior a sua candidatura à presidência, mas, naquele momento, já podíamos apontar para estereótipos e disputas simbólicas que se apresentariam posteriormente.

Um ponto fundamental para mim, nos deslocamentos na minha trajetória, é que no processo de realização dessas pesquisas passei a me dedicar de maneira intensa e sistemática ao estudo das teorias feministas da política. Nos próximos itens, discorro também, de maneira mais detalhada, sobre como a formação teórica e empírica que tive nessa fase da minha vida acadêmica incidiu sobre a problematização e crítica das democracias e do autoritarismo no meu trabalho. Posso dizer que essa problematização é o eixo central de toda minha trajetória intelectual. Mas ela passaria a ser feita de maneira distinta e, entendo, mais complexa e atenta às desigualdades persistentes a partir desse mergulho na crítica teórica feminista. Parece-me, ainda, que o impacto dessa inflexão ultrapassou meu percurso pessoal, por ter

sido um dos fatores para a expansão desses debates na Ciência Política brasileira, em particular na Associação Brasileira de Ciência Política.

Lista de publicações (*Segunda etapa, Inserção institucional*)

Artigos (15)

Fernanda Mota e Flávia Biroli: “O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010”. *Cadernos Pagu*, 43, 2014, pp. 197-231.

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/FpvVX8NYtKskCqGYFXwD5MN/abstract/?lang=pt>

Flávia Biroli e Denise Mantovani: “A parte que me cabe nesse julgamento: a *Folha de S. Paulo* na cobertura ao processo do “mensalão””. *Revista Opinião Pública*, 20, 2014, pp. 200-218.

<https://www.scielo.br/j/op/a/9LtzM4jVLPbycYm9Yk7W6bC/abstract/?lang=pt>

Flávia Biroli: “Limites da política e esvaziamento dos conflitos: o jornalismo como gestor de consensos”/ “The limits of politics and the deflation of conflicts: journalism as manager of consensus”. *Revista Estudos Políticos*, n. 6, vol.1, 2013, pp.144-161.

https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/40294

Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel: “Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28 (81), 2013, pp. 77-95.

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/vV863Yf5LzSWFDTwLvCYwD/abstract/?lang=pt>

Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel: “Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público”. *Opinião Pública*, 18, 2012, pp. 22-43.

<https://www.scielo.br/j/op/a/K4h97Ywr5vhRvz5q4LMxmzS/?lang=pt>

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli: “Meios de comunicação de massa e eleições no Brasil: da influência simples à interação complexa”. *Revista USP*, 90, 2011, pp. 74-83.

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34013>

Flávia Biroli, Luis Felipe Miguel e Fernanda Mota: “Mídia, eleições e pesquisas de opinião no Brasil (1989-2010): um mapeamento da presença das pesquisas na cobertura eleitoral”. *Revista Compolítica*, 1, 2011, pp. 67-89.

<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/4>

Flávia Biroli: “Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no jornalismo”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, 2011, pp. 71-98.

Media, tipification, and power: the reproduction of stereotypes in journalism.

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/ZfDzKkixRqhx5J9xRqzsbhF/abstract/?lang=pt>

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli: “A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25 (73),

2010, pp. 59-76.

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/7mM4dBPXqZMy8zbbVYYB3MN/abstract/?lang=pt>

Flávia Biroli e Denise Mantovani: “Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao programa Bolsa Família e as eleições de 2006”. *Opinião Pública*, 16 (1), 2010, pp. 90-116.

<https://www.scielo.br/j/op/a/HjmFV43bdJk7GMghd5mXqGr/?lang=pt>

Flávia Biroli: “Gênero e família em uma sociedade justa: adesão e crítica à imparcialidade no debate contemporâneo sobre justiça”. *Revista de Sociologia e Política*, 18 (36), 2010, pp. 51-65.

<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/BsGz3RNZ4zdDQWztBksw7mB/abstract/?lang=pt>

Flávia Biroli: “Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos”. *Cadernos Pagu*, 34, 2010, p. 269-299.

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/HgrSHSrY5xLSQGB3WSjv8cm/abstract/?lang=pt>

Flávia Biroli: “Mulheres e política nas notícias: estereótipos de gênero e competência política”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra), 90, 2010, pp. 45-69.

<https://journals.openedition.org/rccs/1765>

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli: “Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas”. *Revista Estudos Feministas*, 18 (3), 2010; pp. 653-679.

<https://www.scielo.br/j/ref/a/VXvt64f7BzmqKcvxdmQR8Zr/abstract/?lang=pt>

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli: “Visibilidade na mídia e campo político no Brasil”, *Dados*, 53, 2010, pp. 695 - 735.

<https://www.scielo.br/j/dados/a/8Fm8RrX5nMxQw9xTKBq3t7G/?lang=pt>

Livros:

Autoral (1)

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli: [*Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*](#). SP: Editora da Unesp, 2011.

Organização de obra coletiva (2)

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli: *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

Flávia Biroli: “O papel da imprensa por ela mesma: golpe, ditadura e transição em jornais e revistas brasileiros”. In: Beatriz Kushnir (Org.). *Maços na gaveta: reflexões sobre mídia*. Niterói, RJ: EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, v. , p. 177-198.

Capítulos de livros (6):

Flávia Biroli: “O papel da imprensa por ela mesma: golpe, ditadura e transição em jornais e revistas brasileiros”. In: Beatriz Kushnir (Org.). *Maços na gaveta: reflexões sobre mídia*. Niterói, RJ: EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, v. , p. 177-198.

Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli e Fernanda Mota: “Opinion polls and the media in Brazil”, In: Christina Holtz-Bacha and Jesper Strömbäck (eds.), *Opinion polls and the media: reflecting and shaping public opinion*. London: Palgrave Macmillan, 2012.

Flávia Biroli: “Mulheres e política na mídia brasileira: estereótipos de gênero e marginalidade do ‘feminino’ na política”. In: Denise Paiva (Ed.), *Mulheres, poder e política*. Goiânia: Canône Editorial, 2011.

Women and politics in Brazilian media: gender stereotypes of gender and the ‘feminine’ in politics.

Flávia Biroli: “Mulheres, mídia e democracia”. In: Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre igualdade de gênero, In: Maria Aparecida Abreu (Ed.). Brasília: Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2011.

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli: “Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil”. In: Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (eds.), *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

Flávia Biroli: “Técnicas de poder, disciplinas do olhar: a construção do “jornalismo moderno” no Brasil”, In: Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (eds.), *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

III. Terceira etapa: Refazenda

Na transição entre a etapa anterior e a que relato agora, eu me tornei mãe. Mateus nasceu em abril de 2007 e abriu uma fase nova na minha vida e na de Marcelo, então meu companheiro de uma década. Acolhê-lo, entender suas necessidades e conhecê-lo me reposicionou em relação a muitas coisas. Tudo o que faria a partir de então é marcado por sua presença: os ritmos de escrita e suas pausas, a organização cotidiana dos horários de aulas e atendimentos, a escolha de assumir ou não um cargo, de aceitar ou não um convite para uma viagem. Nesse período, o suporte do Marcelo se tornaria ainda mais fundamental. Sem ele, não teria sido possível assumir o cotidiano de trabalho que tive e, em especial, as viagens, que são parte da circulação acadêmica do que fazemos e fundamentais às redes que estabelecemos. As rotinas e os eventos têm gradualmente sido marcados por demandas das mulheres para que sejam mais amigáveis à maternidade, mas isso é ainda recente,

incompleto e depende de construirmos alternativas que não se apresentem ainda como se o cuidado fosse uma espécie de desvio na vida acadêmica.

Se aqui faço essa reflexão com mais clareza, na minha trajetória ela viria aos poucos, tornando-se parte explícita da minha atuação quando assumi a presidência da Associação Brasileira de Ciência Política, em 2018. Nos primeiros anos de vida de Mateus – e da minha vida como mãe – o que teve mais saliência foi a intensidade do cuidar, das necessidades do “outro”, do deslocar-se em relação aos parâmetros que orientavam o sentido da autonomia individual. Isso me trouxe uma conexão subjetiva com o modo como as relações e o contexto institucional definem nossas alternativas, diante das responsabilidades variadas que assumimos e, nesse caso, da vulnerabilidade de um filho.

A partir da literatura sobre autonomia e dependência, eu já havia iniciado um percurso pelos debates teóricos e preocupações políticas em torno do cuidado. No finalzinho de minha gravidez e no processo de retomada do trabalho, ainda em licença, traduzi [“Gênero, o público e o privado”](#), de Susan Okin, publicado na Revista Estudos Feministas (16:2) em agosto de 2008. Naquele período de ansiedades e novidades, traduzir pareceu uma alternativa mais viável, um trabalho de que gosto e que me absorve, mas com menos necessidade de tempo continuado do que a escrita de um artigo. Hoje me parece interessante que tenha sido esse o texto, isto é, que se tratasse de uma crítica à dicotomia entre o público e o privado, que artificialmente separa a vida doméstica e a não-doméstica, a racionalidade e os afetos. Em sua crítica, Okin trata das ambiguidades nos sentidos assumidos pelo público e pelo privado na teoria política, alertando para os efeitos da ausência de uma abordagem de gênero. Sem ela, há silêncios importantes sobre as relações de trabalho, dentro e fora da casa, e sobre a experiência diferenciada e desigual da privacidade. Subjetivamente, eu vivia a intensidade de uma nova vida, dos cuidados que demanda, com a reorganização das rotinas que eles envolvem.

Entendo que essa experiência também estreitou minha relação com o debate sobre divisão sexual do trabalho e cuidado. O reconhecimento dos desafios para que o cuidado seja exercido e recebido sem que reflita e reproduza desigualdades envolveu, subjetiva e politicamente, a compreensão mais clara dos meus privilégios, como mulher branca, com emprego estável, casada com Marcelo, companheiro de toda a vida que compartilhou comigo todos esses processos, com condições econômicas de contratar serviços de cuidado remunerado, como uma creche que podia adequar-se às nossas necessidades, e contar com

uma trabalhadora doméstica, Rosa, que, com seu trabalho, liberou nosso tempo e energia para outras atividades, tanto de cuidado como profissionais.

Assim, sem essencialismos, mas registrando o impacto dessa experiência, posso dizer que o processo de tornar-se mãe ampliou meu interesse nos debates sobre autonomia, responsabilidade e cuidado, que marcariam essa etapa da minha trajetória como pesquisadora.

Esse foi também o período, em meu percurso intelectual, no qual o foco na Teoria Política foi mais direto. Foi um momento de trabalho intenso e sistemático dedicado à teoria política feminista, avançando em diálogos e elaborações que problematizam as preferências e escolhas individuais. Interessava-me, particularmente, a produção teórica feminista sobre autonomia, por tensionar o direito individual de escolha de diferentes maneiras. Considero que o que fiz foi, em grande medida, *produzir teoria* em um diálogo rico com os debates internacionais existentes. Menciono isso porque um dos desafios que enfrentamos, como intelectuais, no Sul Global e no Brasil, especificamente, é o de obter reconhecimento pelo trabalho teórico que produzimos. A geopolítica da produção acadêmica enquadra a teoria produzida no Sul de duas formas predominantes. Se ela se engaja no diálogo internacional, é vista como comentário ou sistematização de discussões preexistentes. Se ela se caracteriza como *local* em suas condições e reflexões, pode ser eventualmente reconhecida como “teoria do Sul Global”, algo que tem sido, por exemplo, concedido à produção teórica decolonial.

Meu entendimento é que, nesse período, produzi teoria inserida no debate internacional sobre o conceito de autonomia. Posteriormente, o faria tomando parte em debates internacionais sobre cuidado, numa inserção inicial em redes transnacionais. Mais tarde, já no contexto das reações às agendas igualitárias e de ascensão de forças de extrema-direita, que abordei antes, também tomaria parte dos debates teóricos internacionais sobre gênero e erosão das democracias, posicionada, então, de maneira mais ativa e direta em redes transnacionais.

O que produzi nesse período é definidor da intelectual que eu me tornaria. Pode-se pensar que, afinal, é assim em qualquer etapa das trajetórias acadêmicas e, de maneira mais geral, profissionais. Porém, localizo nesse momento específico uma inflexão, daí a ideia de que corresponde a um reinício, uma refazenda. Essa inflexão seria determinante das paixões intelectuais e das posições institucionais que assumi desde então, das preocupações políticas que são centrais para mim e que organizam minhas intervenções públicas, do modo como

enxergo as relações cotidianas, enfim, de tudo aquilo que corresponde de maneira mais intensa a quem sou ao escrever este memorial.

Há dois aspectos da produção desse período que gostaria de elaborar um pouco mais, pelo impacto na minha trajetória.

O primeiro é que a o foco no debate sobre autonomia permite o **trânsito entre diferentes temas e agendas de pesquisa**, dentro do marco de preocupação acadêmica e política com as relações entre democracia, desigualdades e gênero. Pesquisei e pesquiso ainda direitos reprodutivos e os conflitos relacionados ao aborto, mas não sou uma pesquisadora que orienta sua agenda apenas a esses temas. Do mesmo modo, a pesquisa teórica sobre autonomia, que já mencionei identificar como fundamental para meus estudos posteriores, não fez de mim uma pesquisadora com foco exclusivo nas teorias da justiça ou da democracia que discutem os limites da autonomia e do autogoverno. O debate sobre formação de preferências em contextos de desigualdades e assimetrias compõe o que fiz, mas não se tornaria uma agenda “em si” ou exclusiva. Resumidamente, o que quero dizer é que não me interessou apostar em um tipo de especialização que significa dedicar-se por anos a uma mesma abordagem teórica, a uma autora/autor ou mesmo a uma agenda temática muito específica. Os temas foram trabalhados por permitirem acesso a conflitos. Debruçando-me sobre eles, pude desenvolver análises críticas dos obstáculos a direitos e à igualdade. Interessa-me, sobretudo, refletir sobre as relações de poder, buscar caminhos para compreender fenômenos que têm múltiplas dimensões. É o caso, por exemplo, das “escolhas” feitas pelas mulheres relativamente à família e ao cuidado, que trago à análise nos meus estudos sobre autonomia e desigualdades de gênero. Entendê-las sem apagar a condição de sujeito das mulheres depende de recursos teóricos e analíticos que levem em conta contextos específicos, com as assimetrias de recursos que os definem, e os incentivos para certas formas de subjetivação. A compreensão das mulheres como sujeitos políticos de suas escolhas é fundamental. Mas quando ela é mobilizada sem investigar aspectos estruturais das relações de gênero, corre-se o risco de apagar a dimensão material (das relações de trabalho, das políticas públicas de cuidado) e simbólica (das formas de diferenciação e de punição dentro de uma lógica da dupla moralidade sexual) do patriarcado.

Assim, o que me moveu foram sempre *problemas*. Eles me conduziram a diferentes agendas e, sobretudo, às conexões entre temas e abordagens, procurando compreender os obstáculos à igualdade de gênero em sua complexidade, que não cabe em um ou outro tema

específico de pesquisa, nem em uma disciplina. Daí o interesse simultâneo pelo aborto/autonomia e pelo trabalho/divisão sexual do trabalho, assim como a compreensão de que nesses pares de temas-problemas encontram-se nós relevantes para se compreender os obstáculos à cidadania e à participação política das mulheres. O debate sobre cuidado me permitiria abordar as desvantagens vivenciadas pelas mulheres em sociedades nas quais a responsabilidade pelo cuidado recai sobre elas – em dinâmicas e com efeitos distintos, a depender se sua posição de classe e racial. Me levaria, também, a pensar os limites das democracias tendo como ponto de partida concepções alternativas de sociedade, nas quais a responsabilidade compartilhada pela reprodução social implica repensar o Estado, os padrões distributivos e, no limite, os processos fundamentais de privatização no capitalismo.

O segundo aspecto é o **trânsito entre o teórico e o empírico**, marcado também pela inquietude em termos disciplinares. O que fiz nesse período e que, retomando, entendo que me definiria como intelectual, é uma teoria empiricamente informada. Nessa etapa, parte da minha produção foi de fato mais estritamente teórica, mas meus caminhos, que se reforçariam depois, seriam definidos pelo trânsito entre o teórico e o empírico. É algo que entendo ser característico da crítica feminista, como discuto em artigo publicado na revista *Lua Nova*, publicado em 2018 e intitulado “Teorias feministas da política, empiria e normatividade” – e que, apesar de ter sido publicado, em termos cronológicos, um pouco além do período de que trata esta seção, entendo ser característico das reflexões que desenvolvi nos projetos aqui discutidos. Ele foi desenvolvido a partir da mesa organizada por Raquel Kritsch e Bernardo Ferreira para o X Encontro da ABCP, realizado em Belo Horizonte, em 2016, intitulada “Caminhos da teoria política”. A perspectiva feminista, analiso no artigo, ativa outras dimensões do empírico. Com isso, deslocam-se a compreensão de quais evidências são relevantes na análise das relações de poder, assim como o entendimento do sentido dos fatos enquanto componentes de relações de poder. Por exemplo, as relações familiares podem ganhar saliência, mas também sentidos distintos ao se pensar, em perspectiva feminista, o modo de organização das relações de poder numa sociedade. De modo mais geral, trata-se da relevância do que se passa nos espaços domésticos e nas relações cotidianas para as teorias feministas.

Em alguns dos artigos e capítulos que publiquei nesse período, desenvolvi uma análise sobre a politização feminista de relações e dimensões “privadas” e “íntimas” da vida. A delimitação de fronteiras entre o privado e o público, entre o doméstico e o político, é crucial

nos processos de responsabilização do Estado por injustiças e violências de gênero. É também, e nesse ponto minha abordagem remete muito diretamente à obra de Nancy Fraser, fundamental para não se tomar a subalternização e apagamento de problemas e necessidades como inexistência dos sujeitos e de suas lutas. Por outro lado, me interessou muito, nesse período, refletir sobre as experiências das mulheres em contextos desiguais e atravessados por incentivos conflitivos – para subjetivar-se de modo que corresponde à reprodução de matrizes das desigualdades e limites a sua autonomia, para reposicionar-se nas relações patriarcais, já que elas envolvem violências materiais e simbólicas e, no limite, seu apagamento como sujeito. É algo que discuti no artigo “Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista”, publicado na Revista Estudos Feministas, em 2013. Nele, travei um diálogo direto com trabalhos menos conhecidos da filósofa estadunidense Iris Marion Young, nos quais incorpora criticamente contribuições da fenomenologia, em particular de Merleau-Ponty, e do existencialismo, pela obra de Simone de Beauvoir. Interessavam-me, nesse caso, especialmente os conceitos de “corpo vivido” e “experiência vivida”, que mostrei estarem diretamente relacionados a um conceito mais visível na obra posterior da autora, o de “perspectiva social”, que teve influência em estudos sobre representação política e participação pública de grupos marginalizados. Meu artigo expõe uma genealogia da abordagem da autora, que permite compreender a relação entre perspectiva e corporalidade.

Mencionei esse artigo, no entanto, porque entendo que o modo como eu seguiria trabalhado no trânsito entre o teórico e o empírico é consequência do aprendizado a partir de debates teóricos feministas que reposicionam as evidências consideradas de interesse para a análise política. A experiência concreta das mulheres não deriva de escolhas inteiramente autônomas, nem pode ser explicada apenas por dinâmicas que constroem suas possibilidades. É preciso, entendi nesses estudos e discuto na produção desse período, dar conta de um conjunto diversificado de “fatos” e problemas, ressignificados a partir das experiências concretas das mulheres nas relações de gênero. As relações de trabalho, por exemplo, tomam forma em contextos de atribuição das responsabilidades pelo cuidado às mulheres e às famílias, o que tem impacto em suas vidas, ainda que este varie a depender da posição de classe dessas mulheres. A dimensão institucional das normas existentes (legislação trabalhista, decisões sobre alocação de recursos) precisaria, entendo, ser compreendida em uma problematização da própria democracia: quem, afinal, tem acesso aos espaços em que

leis e alocações orçamentárias são definidas? São aqueles e aquelas cuja “experiência vivida” é menos tocada pelos desafios do cuidar em condições de precariedade, discussão que desenvolvi mais explicitamente em textos publicados na etapa seguinte a esta. Esse caminho foi possível, entendo, porque não me limitei à segmentação do empírico numa lógica que assume a dualidade entre público e privado, político e doméstico, nem me orientei por abordagens teóricas que presumem que o doméstico é apolítico e desconectado das desigualdades na esfera pública.

Ao mesmo tempo, o compromisso com a democracia e a justiça social, situado de maneira concreta nos desafios colocados por uma sociedade como a brasileira, me levou a buscar nos processos de elaboração teórica a relação concreta com projetos e alternativas políticas. Assim, a abstração pode ser estratégica, mas ela retorna sistematicamente ao empírico, para elaborar, no debate teórico “reconhecido”, reflexões que podem informar processos políticos e sociais, com o objetivo de colaborar para fazer ver a complexidade de embates e desafios.

Neste ponto, organizo os apontamentos sobre esse período a partir de **três conjuntos de projetos e publicações**. O primeiro é o mais diretamente teórico, com foco no debate sobre **autonomia e preferências**, em perspectiva feminista, situando diálogos e tensões sobretudo nas teorias da justiça; o segundo é teórico-empírico e incluiu um projeto robusto de análise dos conflitos relativos ao **aborto** na Câmara dos Deputados; o terceiro tem foco na pesquisa teórica e empírica sobre a **divisão sexual do trabalho** e seus impactos na participação das mulheres na esfera pública.

Autonomia e formação de preferências

O tema do meu **projeto PQ** que teve vigência de março de 2012 a fevereiro de 2014 foi “**Desigualdades e preferências: a tensão entre o valor da autonomia individual e a crítica à opressão**”. No mesmo período, obtive financiamento de pesquisa pelo edital CNPq/Capes n. 07/2011, com o projeto “Justiça, democracia e desigualdades: entrelaçamentos teóricos, implicações práticas”. Também obtive, em seguida, financiamento do edital MCTI/CNPq/MEC/Capes n. 22/2014 (Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas) para o projeto “Formação das preferências: dominação e desigualdades como obstáculos para a democracia e a justiça”, com duração de 24 meses a partir de 1/12/2014, desenvolvido,

portanto, já em fase de mudança política, com a redução dos financiamentos de pesquisa no país.

Um dos desafios na escrita de um memorial é encontrar os pontos de *partida*. Ao voltar para a produção teórica nessa frente, vejo um conjunto de nexos entre as pesquisas, mas não um início claro. Por isso, aqui retomo abordagens que me permitem organizar muito brevemente *pontos de entrada* e conexões.

Uma das entradas, fundamental para boa parte da crítica da democracia gestada no campo feminista, é a análise dos limites e contradições do pensamento e das instituições liberais. Ela permite colocar em evidência a persistência, mas também a maleabilidade, das relações de gênero ou, em algumas abordagens, do patriarcado como sistema de dominação. Os processos históricos em que o indivíduo abstrato emerge como sujeito de direito revelam que a individualização das mulheres, em termos políticos e jurídicos, se deu de forma restrita e numa temporalidade que é reveladora da recomposição de processos de dominação, mas também das lutas coletivas feministas. Nessa entrada da minha produção, a obra de Carole Pateman foi bastante central. *The Sexual Contract*, de 1988, marcou a agenda de crítica ao pensamento e às instituições políticas liberais e foi objeto de muitas aulas que preparei ao longo dos anos. Ao longo do tempo, passei a tematizar os debates que suscitou e a crítica a uma visão em alguma medida estática, por exemplo, da relação entre patriarcado e casamento na obra de Pateman. No entanto, foram livros da autora que são menos conhecidos no Brasil que se tornaram referências primordiais para meu percurso intelectual naquele momento: a coletânea *The disorder of women*, de 1989, e o livro anterior, *The problem of political obligation: a critique of liberal theory*, de 1979. Neles, resalto dois argumentos teóricos que tiveram muito impacto nas minhas reflexões. O primeiro elabora uma análise da acomodação entre o liberalismo e a tolerância à subordinação das mulheres, compreendendo que ela está na base da configuração de violências e desvantagens. O segundo diz respeito às condições em que o consentimento se define, em contextos de desigualdade e nos quais o acesso efetivo à participação e à tomada de decisões é seletivo.

O eixo principal de minhas elaborações a partir dessas reflexões e argumentos já apareceria no capítulo 9 do livro *Feminismo e política: uma introdução* (livro escrito com L. Felipe Miguel, publicado em 2014), de minha autora, intitulado “Autonomia, dominação e opressão”. Nele, a tolerância à subordinação é discutida como aquilo que mantém o estupro como uma “possibilidade constante no horizonte da imaginação social vigente”, numa

referência a outra autora que também foi importante nas minhas reflexões nesse momento, a já mencionada Iris Young (1990, p. 62). Para ela, a violência contra a mulher pode ser entendida como uma prática social “sistêmica porque dirigida a membros de um grupo simplesmente porque eles são membros daquele grupo”. O risco permanente de violência, ou a percepção de que o estupro está no horizonte das mulheres, aponta para a radicalidade da recusa à integridade individual das mulheres e à seletividade na configuração efetiva de um direito fundamental, o direito à integridade física. Poderia, assim, em alguma medida ser sustentado como problema *de dentro* do próprio liberalismo, apontando para a necessidade de expandir e efetivar direitos. Porém, isso implicaria permanecer nos marcos de uma concepção liberal abstrata do indivíduo, “incluindo” as mulheres. Diferentemente, o debate teórico crítico demonstra que as condições em que elas acessam direitos e vivenciam as formas estruturais da violência são muito distintas.

No meu livro *Autonomia e desigualdades: Contribuições do feminismo para a crítica democrática*, de 2013 (Editoras Horizonte e UFF), faço um debate teórico amplo sobre essa diferença e o modo como é hierarquizada. Retornando a ele, entendo que o mais interessante é que discute abertamente as tensões entre as concepções liberais de autonomia e a crítica feminista, sem crer na superação dessas tensões. Sua manutenção parece fundamental para lidar com os problemas relacionados à autonomia e às formas distintas de dependência que a recortam. Naquele momento, propus a noção de “agência desigualmente imperfeita”, levando em conta que o ideal da autonomia é inatingível e, em muitos sentidos, problemático por suspender a realidade das formas incontornáveis de dependência e reduzir a relevância das relações. Porém, essa imperfeição é desigual em termos de classe, de raça e de outros marcadores que, a depender do contexto, confirmam hierarquias com impacto no exercício concreto da autonomia e mesmo na conformação do horizonte das possibilidades para os indivíduos.

Minha principal autocrítica à discussão teórica que desenvolvi é que o racismo não foi tratado, então, com a centralidade que entendo ter na conformação de desigualdades, injustiças, violências e, como tal, na limitação do exercício da autonomia como autodeterminação, em condições relacionais que dependem de um certo nível de igualdade. Dependem, sem dúvida, da garantia efetiva à integridade individual e às relações que fazem sentido para os indivíduos, algo que é sistematicamente recusado às mulheres negras. Ao longo dos anos, o aprendizado proveniente da obra de intelectuais negras deslocou minha

compreensão do lugar do racismo nas relações de poder e na produção de conhecimento, inclusive no campo feminista. Além de dar nome à vivência do privilégio branco em uma sociedade racista, essa literatura me ajudou a compreender a dinâmica do “racismo por denegação” ou por omissão, para remeter à obra da socióloga Lelia Gonzalez. Sua análise do “duplo fenômeno do racismo e do sexismo” e dos “diferentes modos de rejeição/integração” da mulher negra na sociedade brasileira (1984, p. 226) impactou minhas reflexões tardiamente, o que, entendo, é revelador do contexto de minha formação como pesquisadora. Reconhecendo que a denegação conformou em grande medida a teoria política e a Ciência Política latino-americana, entendo que redefini minhas reflexões, inclusive na organização de cursos e nas orientações, a partir da crítica das intelectuais feministas negras.

Além do impacto de Gonzalez, gostaria também de assinalar a relevância, na minha trajetória, das reflexões de Patricia Hill-Collins e Sueli Carneiro, que incidiram diretamente no meu entendimento do que está em jogo quando se analisa os obstáculos ao direito ao aborto e os limites ao exercício da maternidade. A partir da obra de Carneiro, a noção de “matriarcado da miséria”, cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier, compõe o quadro analítico em que me moveria ao estudar as relações de gênero a partir de então. Hoje, escrevendo este memorial, também vejo nela o caminho que me levou, ao longo dos anos e explorando as disputas relativas à família, a avançar na integração entre o sociodemográfico, o cultural (aqui inserindo a religião) e o econômico nas minhas análises sobre as disputas em torno do gênero e da família, algo a que voltarei mais adiante. Mas antes, ainda, um processo de aprendizagem veio também da orientação da dissertação de mestrado de Débora Françolin Quintela, sobre o ativismo de mulheres que perderam seus filhos assassinados pela polícia. A dissertação foi defendida em 2017 e alguns anos depois, em 2021, publicaríamos o artigo “Activism, justice and the centrality of care: Brazilian’s mothers against police violence movements, na revista *Contemporary Social Science*. Entre a dissertação e a publicação do artigo, a violência de Estado se ampliava e normalizava no país. Do feminismo negro emergem alternativas a um mundo em que a necropolítica vem sendo normalizada. O feminismo negro estaria, no Brasil, também na linha de frente da crítica à derrocada da democracia, ao avanço da extrema-direita e à precarização da vida.

O aumento da relevância da crítica ao racismo na minha reflexão foi acompanhado de outro deslocamento, do foco no debate teórico feminista anglófono a um diálogo maior com

a produção latino-americana. Entendo que meu horizonte intelectual se ampliou bastante e novos problemas se colocaram quando passei a dialogar mais com teóricas como Rita Segato, cuja análise das relações entre o público e o privado produziria uma inflexão fundamental no meu entendimento da historicidade dessa dicotomia e dos limites da crítica produzida a partir dos contextos europeus e norte-americanos. Mas isso viria tardia e lentamente, como mencionei, tornando-se pilar dos meus projetos na transição entre esta etapa e a seguinte.

Vale ressaltar, ainda, que desde minha entrada inicial nas discussões aqui mencionadas, é o embate *ambivalente* entre feminismo e liberalismo que me interessava mais. Dito de outro modo, na teorização do direito de escolha, do consentimento e das condições em que se produzem as preferências, não me parecia (e não me parece ainda) frutífero *opor* liberalismo e antiliberalismo, mas explorar suas tensões. O mesmo no que diz respeito ao cuidado: a compreensão relacional do cuidado, como algo fundamental às perspectivas críticas ao neoliberalismo, não implica a suspensão da relevância dos direitos individuais e da singularidade de trajetórias que são, no entanto, pensadas *em existência*, constituídas *em relações*. Penso que é essa atitude que caracteriza a produção aqui discutida e se mantém como postura intelectual para além dela. Alguns anos depois, a pandemia de Covid-19 tornaria mais explícitos e agudos problemas que discuto desde esse momento no meu trabalho.

Aborto

Em 2012, o projeto “Direito ao aborto e sentidos da maternidade: atores e posições em disputa no Brasil contemporâneo” foi contemplado pelo edital CNPq/Capes/MCT Chamada n. 32/2012, lançado no âmbito do “Programa especial de inclusão social, igualdade e cidadania” do CNPq. Esse programa foi criado para estimular investigações sobre desigualdades e injustiças e permitiu expandir a pesquisa em gênero no país. O projeto, por sua vez, está inserido em um conjunto de pesquisas coordenadas por mim ou por Luis Felipe Miguel (entre elas, “Direito das mulheres e representação no Brasil”, com duração de 2013-17, também financiada pelo CNPq), que foram desenvolvidas conjuntamente e envolviam também o debate sobre representação substantiva. Aqui, trato dessas pesquisas pela relevância que tiveram na minha trajetória, mas elas podem também ser tomadas como uma janela para os processos políticos recentes. A possibilidade de uma pesquisa sobre aborto ser financiada por uma agência pública nacional de pesquisa se tornaria nula a partir de 2016, no

novo ciclo político que se inaugura com o golpe parlamentar que depôs a presidenta Dilma Rousseff. Antes, entre 2012 e 2013, havia financiamento de diferentes agências e contávamos com um programa que reconhecia o papel do estado de apoiar conhecimento engajado, no enfrentamento às desigualdades e injustiças que caracterizam a sociedade brasileira, entre elas as de gênero.

As pesquisas que fizemos acompanharam a escalada dos conflitos políticos e a emergência de novos atores e estratégias para barrar direitos e restringir a democracia. O ano de 2012 viu, no país, a expansão do direito ao aborto (tecnicamente, de exceções à penalização), com a decisão do Supremo Tribunal Federal de que a anencefalia fetal tornava o aborto permissível. Essa decisão foi tomada em resposta a uma ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 54). Passávamos a um novo momento dos conflitos em torno do direito ao aborto, em que o Judiciário seria arena primordial de disputa, ativado por progressistas e por conservadores. Regionalmente, este foi também o ano da despenalização do aborto no Uruguai, um marco importante nas lutas por esse direito entre os países vizinhos. Orientei, nesse período, trabalhos que se debruçaram de maneira detida sobre os debates sobre aborto na Câmara dos Deputados, destacadamente a dissertação de mestrado de Rayani Mariano (2015) e a tese de doutorado de Luis Gustavo Teixeira da Silva (2018), que comparava as condicionantes da disputa e da tramitação legislativa no Brasil e no Uruguai. Vale observar que os dois são hoje docentes de universidades federais, Rayani da Universidade Federal de Goiás e Luis Gustavo da Universidade Federal do Pampa.

Antes ainda, no período em que as pesquisas mencionadas nesta seção estavam em desenvolvimento, orientei a tese de doutorado de Denise Mantovani (2014) sobre a agenda do aborto nas eleições de 2014. Nela, Mantovani mostrava a dinâmica em que o aborto ganhou saliência na campanha, a partir do ativismo conservador católico e evangélico. Hoje vejo que havia, nas evidências de sua pesquisa, uma dinâmica que se repetiria: a tematização reativa dessa agenda como forma de pautar a política estrangendo possíveis avanços no debate e nos direitos. Denise também seguiria trabalhando como docente e como pesquisadora focada em gênero e direitos reprodutivos, contribuindo para análise dos conflitos em torno do aborto nas eleições subsequentes. O diálogo com o grupo de orientandas/os que vem, ao longo dos anos, realizando pesquisas nessa temática foi muito importante para o desenvolvimento do meu trabalho e faz parte de um processo coletivo de tematização dessa agenda no ambiente acadêmico brasileiro.

Na dimensão teórica, entendo que debruçar-se sobre a temática do aborto foi fundamental para minhas análises sobre autonomia. Historicamente, o avanço do direito ao aborto se dá pelo recurso a concepções liberais da liberdade individual de expressão e escolha, assim como aquelas que evocam garantias à integridade física e psíquica. Trata-se de uma das agendas em que a individualidade das mulheres está em questão, isto é, as condições para sua individualização e o exercício da autonomia. Ao mesmo tempo, a partir dos feminismos marxista e negro, há um tensionamento entre direitos individuais, direitos sociais e desigualdades estruturais, levando esse debate para além da referência liberal ao direito de decidir sobre o próprio corpo e à autodeterminação relativamente à capacidade reprodutiva em termos individuais. No meu entendimento, isso se dá sem que se abandone a relevância do corpo como materialidade em que os direitos individuais se inscrevem.

No contexto nacional das disputas políticas, a pesquisa sobre o direito ao aborto no Congresso nos permitiu mapear quem eram os atores e quais argumentos mobilizavam. Um dos achados da pesquisa, que confirmava outros estudos, é que a perspectiva religiosa vinha sendo redefinida estrategicamente (em alguma medida secularizada) em argumentos jurídicos. Ao mesmo tempo, os argumentos pró-direitos se deslocavam do problema da autonomia das mulheres para o ângulo, também estrategicamente mobilizado, da saúde pública. No mapeamento dos atores, levamos em conta clivagens partidárias, ideológicas e de gênero e começamos a perceber o modo como se definiam alianças entre católicos e evangélicos conservadores, que teriam forte impacto na política brasileira nos anos seguintes. Esses deslocamentos nos argumentos e justificativas para as posições contrárias ao aborto e as alianças que as têm mobilizado são analisados em várias das publicações resultantes da pesquisa.

Meu trabalho também procurou pensar os conflitos relativos ao aborto a partir das experiências das mulheres. E o fiz teoricamente, nos marcos de um debate *crítico e situado* sobre autonomia. Na minha produção do período, em diálogo com ampla literatura, desenvolvo o entendimento de que desigualdades e hierarquias de gênero constituem o contexto em que as pessoas conformam suas preferências. Essas desigualdades e hierarquias delimitam o horizonte, mas também os recursos existentes para conformar as trajetórias, sempre em relações e contextos institucionais e materiais que constituem o processo em que as escolhas individuais são feitas. Os recursos para tomar decisões, mas também os custos dessas decisões, são distintos para mulheres e homens e variam de acordo com raça, classe

e sexualidade. O posicionamento de mulheres e homens nas relações sociais e de poder (inclusive no cotidiano em que os direitos reprodutivos são regulados) é configurado pelo racismo, pelas desvantagens de classe e por discriminações relacionadas às identidades sexuais. Ciente dessa complexidade, dispus-me também a lidar teoricamente com a dimensão da experiência, brevemente discutida acima. Escrevi sobre direito ao aborto e os sentidos das experiências “das mulheres”, considerando se fazia sentido pensar a recusa ou o exercício desse direito a partir de uma posição ética específica, dialogando com o trabalho da filósofa e psicóloga estadunidense professora de Harvard, Carol Gilligan e as críticas realizadas a ele. A centralidade das relações para as mulheres guardaria proximidade com a abordagem ética desse direito individual e dos efeitos de sua recusa? É disso que tratei no *paper* apresentado no 9º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), que aconteceu em Brasília, em 2014, na área de Teoria Política, publicado na *Revista Brasileira de Ciência Política* sob o título “Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas”.

Aqui, permito-me uma digressão. Ao longo dos anos, pude acompanhar a expansão dos debates sobre gênero na Ciência Política. Em alguns momentos em que dialoguei com colegas sobre isso, me dei conta de que a apresentação desse *paper* foi especial para mim, mas também marcou a história da atenção às relações de gênero e à agenda de pesquisa sobre direitos reprodutivos na área, no Brasil, no espaço institucional da ABCP. Saindo um pouco do tom que é mais usual neste relato, embora ele já seja de modo geral mais autorreferente do que tudo que escrevi ao longo de minha vida, permito-me relatar uma memória: a apresentação do *paper* na AT de Ciência Política se deu com a sala muito lotada, mais do que estava poucos minutos antes, na sessão anterior da mesma AT. E senti que havia no ambiente uma certa surpresa – espanto? – no fato de que se abordasse abertamente o tema do aborto. Talvez tenha colaborado, naquele momento, para que a área reconhecesse não apenas a temática de gênero, mas sua configuração como problema da Ciência Política brasileira para além da agenda da representação e participação política das mulheres. Levar esse debate a congressos nacionais da área de Ciência Política pode ter também contribuído para a visibilidade dessa agenda como parte do debate sobre democracia no país, algo que ganharia mais força, nos anos recentes, com o interesse de novas gerações de pesquisadoras.

No livro *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil* (Boitempo Editorial), que publiquei em 2018, a análise que faço das disputas relativas ao aborto ressaltaria mais

claramente as dimensões individuais e sociais das violências e garantias envolvidas na regulação dos direitos reprodutivos e sexuais. Menciono isso, de maneira específica, porque ao recompor a trajetória das pesquisas realizadas nos anos 2012 a 2017 e o capítulo sobre as disputas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos nesse livro de 2018, duas coisas me chamaram a atenção. A primeira é que fiz um caminho em direção a um tensionamento maior da abordagem liberal, sem deixar de reconhecer que a integridade da mulher, como indivíduo, está em questão quando pensamos o aborto. Ao mesmo tempo, entendia ser importante levar em conta *a concretude de seu corpo* e de suas experiências como base para suas decisões, sem que isso significasse suspender a materialidade das relações sociais de poder e seus efeitos. No livro, argumento que as dimensões políticas e econômicas, em seus imbricamentos, constituem as normas, as condições para disputá-las e o contexto cotidiano das preferências e escolhas realizadas.

A segunda coisa que me chamou a atenção ao retornar a essa frente das minhas pesquisas é que o interesse na dimensão religiosa, sobretudo a da atuação política de grupos religiosos organizados, se ampliou nos meus estudos ao longo do tempo, tendo se iniciado nos projetos desta etapa, quando era ainda menos saliente no meu trabalho. Meu olhar, anteriormente, considerava a religião de maneira mais genérica. E abordava, por outro lado, de maneira mais fina os recursos materiais e simbólicos disponíveis para a autodeterminação. É que eu estava, sobretudo, informada por noções de *justiça reprodutiva* que trouxeram à linha de frente das minhas preocupações o direito ao aborto e o direito à maternidade, conjuntamente, como mencionado antes. Nesse sentido, perguntava, no livro mencionado há pouco: “Como operar sem a noção de direitos individuais quando às mulheres é retirado o direito básico do controle sobre seus corpos? E como operar sem a de direitos sociais quando as restrições ao exercício da autonomia são estabelecidas na convergência entre formas de violência e de opressão estruturais que não estão contidas no gênero e, por isso, só podem ser explicadas com atenção à pobreza, ao racismo, à estigmatização?”.

Entendo que essa abordagem é também importante na terceira entrada para as pesquisas e publicações que produzi nesse período, a agenda da divisão sexual do trabalho e do cuidado.

Divisão sexual do trabalho e cuidado

Em 2014, foi aprovado meu terceiro **projeto PQ, intitulado “Divisão sexual do trabalho e os limites da democracia”**. Os projetos PQ funcionam, percebo ao escrever este memorial, como um recordatório dos meus processos de pesquisa e dos deslocamentos nas agendas. O primeiro havia sido sobre gênero, política e mídia; o segundo sobre autonomia e desigualdades; e este, que teria validade de 2015 a 2017, sobre divisão sexual do trabalho e democracia. Essa agenda permaneceria muito relevante no meu trabalho a partir de então. Aqui, um dos desafios foi operar, na Ciência Política, com um objeto visto como sociológico e, mais especificamente, da alçada da sociologia do trabalho. Se a agenda do aborto tinha acolhida limitada na Ciência Política, por razões ligadas à contenciosidade do tema e à marginalidade a que a disciplina legou as experiências das mulheres e as relações de gênero, neste caso uma suposta distância sociológica fazia estranhar a temática. Afinal, de que se tratava? E como se relaciona à democracia? Foi esse meu maior esforço de elaboração.

Percorri uma agenda já consolidada na Sociologia, desenvolvendo a análise do impacto das assimetrias nas relações de trabalho para a participação política, de modo que considerava três dimensões: a simbólica, dos estereótipos e configurações que definem identidades e pertencimentos; a material, dos recursos limitados para a participação, devido às desvantagens das mulheres no acesso a tempo e capital econômico; e a político-institucional e da representação, que se preocupa com o fato de que dimensões fundamentais da vida e que, nos arranjos atuais, afetam as relações de gênero em desvantagem para as mulheres, sejam tomadas como privadas. É o caso do cuidado das crianças e das pessoas mais vulneráveis, mas também de um conjunto amplo de questões envolvidas na reprodução social, o que conecta esta frente à anterior.

Meu ponto de entrada, nessa agenda, foi pelo debate sobre autonomia. Mas não sobre autonomia econômica, no sentido assumido desde os anos 1990 e que se expande em diferentes campos ideológicos desde então. Mais uma vez, o capítulo 9 de *Feminismo e Política* me deu a chave de por onde caminhei. Nele, afirmo que a divisão sexual do trabalho precisa ser discutida do ponto de vista do exercício diferenciado da autonomia por mulheres e homens. Ele está, segundo assumo, na base do acesso diferenciado a recursos, a tempo – para dedicação ao trabalho, mas também ao tempo livre –, a experiências distintas e ao desenvolvimento de aptidões que se convertem em alternativas. Tem relação direta com a socialização diferenciada de meninas e meninos e com a construção de horizontes de

possibilidade para mulheres e homens, desde a infância. Digo, no capítulo de *Feminismo e Política*, de 2014, que esse é um dos sentidos em que nascer homem ou mulher tem impacto sobre as possibilidades de exercício da autonomia. Mais tarde, em artigo publicado na revista *Dados* (2016) e no meu livro de 2018, *Gênero e desigualdades*, construo o argumento de que a divisão sexual do trabalho produz o gênero, conformando os sujeitos.

Meu contato com o debate específico sobre cuidado e o campo dos estudos sobre reprodução social era ainda bastante inicial. Nas análises realizadas nesse período, teve importância para minha reflexão o entendimento de que as decisões das mulheres, ainda que elas sejam “autônomas” e não coagidas, podem ser motivadas por desigualdades e, por outro lado, reforçar sua inserção em “ciclos de vulnerabilidade socialmente causada e distintamente assimétrica” (Okin, 1989a, p. 138). O foco era ainda nas “preferências” e ecoava o conceito que havia proposto antes de “agência desigualmente imperfeita”. Por exemplo, a relação entre casamento e vida privada, a distinção entre provedores e cuidadoras, algo que é, sem dúvida, atravessado por pressupostos que eu ainda precisava problematizar de classe e raça – algo que minhas publicações subsequentes sobre cuidado já trariam com mais centralidade. De modo amplo, no entanto, o movimento em que o “aceitável” na inserção das mulheres nas relações de trabalho e em sua participação na esfera pública se desloca é complexo porque envolve mudanças culturais (aceitação do divórcio e da inserção em diversas ocupações), sociodemográficas (queda das taxas de natalidade) e econômicas (mudanças nas relações de trabalho, que envolvem desvalorização e desregulamentação, com fluxos motivados por distintos fatores para a maior inserção das mulheres na força de trabalho remunerada). E todas essas dimensões interagem com o ativismo feminista e sua interpelação sistemática da institucionalidade e das relações cotidianas, buscando mais igualdade.

A partir desse momento, a agenda do cuidado ganharia cada vez mais importância no meu trabalho, mesmo não sendo necessariamente foco específico de minhas pesquisas. Nelas, a organização social e institucional do cuidado se tornaria um prisma para pensar as relações de poder e a importância que a responsabilização privada e desigual em termos de gênero e raça tem na reprodução das desigualdades. Nesse debate, eu passaria a incorporar mais diretamente o neoliberalismo como lógica de organização da vida que corresponde à retração do público, à reprivatização (pela retração de direitos sociais) e à precarização. Um exemplo de como trabalhei esses argumentos é o capítulo “Care and the new patterns of

precarity”, publicado no livro *Ethics of Care: The State of the Art*, organizado por Frans Vosman, Andries Baart e Jaco Hoffman. O convite para participar dessa coletânea foi feito por Frans Vosman, que infelizmente faleceu em 2021, a partir de minha participação na rede internacional “Care Ethics Consortium”. Esta participação se tornou possível pelo diálogo com a cientista política estadunidense Joan Tronto, com quem havia tomado contato inicialmente nas tratativas para que ela supervisionasse, durante o doutorado sanduiche, a tese de doutorado de minha orientanda Fernanda Motta, intitulada “Gênero, raça e classe: da desigualdade à democracia do cuidado”. Fernanda hoje trabalha na Secretaria Nacional de Cuidados e Família, do Ministério do Desenvolvimento Social. A participação no *Care Ethics Consortium* permitiu que eu dialogasse mais diretamente com pesquisadores de diferentes áreas disciplinares e instituições, para quem a pesquisa sobre cuidado tem sido a chave para a leitura das mudanças políticas e sociais nas décadas recentes. Destacaria o diálogo com a socióloga argentina Eleonor Faur, a partir de um encontro dessa rede internacional em Utrecht, na Holanda, em maio de 2017, e da participação no Primer Congreso Latinoamericano de Estudios de Género y Cuidados, em Montevideu, em novembro de 2018. Nesse evento, a pesquisadora Helena Hirata, situada na França e reconhecida internacionalmente por seu trabalho no tema, apresentou um balanço das pesquisas realizadas no Brasil no qual mencionava a emergência da preocupação na Ciência Política a partir do meu trabalho.

Penso ter contribuído para isso em dois sentidos. Um deles foi a tematização das relações de cuidado como relações de poder e a colocação em cena de maneira mais direta, no país, da literatura sobre cuidado e democracia. Meu **projeto PQ aprovado em 2017** (CNPq 12/2017), intitulado “**Cuidado, neoliberalismo e crítica da democracia**”, seria representativo dos estudos que realizei nesse período, mas também do trânsito de que acabo de falar. Também colaborei para a circulação desse tema na compreensão dos desafios para a igualdade na academia, nesse caso especificamente na Ciência Política e no campo das Ciências Sociais, por meio de um projeto que realizou *surveys* com a comunidade para compreender os padrões das relações de cuidado e seu impacto no trabalho acadêmico durante a pandemia. Esse trabalho foi feito com uma equipe de colegas, também cada vez mais conscientes do tema, no período em que ocupei a presidência da Associação Brasileira de Ciência Política. Foi mantido posteriormente e resultou em publicações realizadas a partir de seus dados. A pandemia de Covid-19 reforçaria a visibilidade das relações de cuidado e dos

desafios para que se tornem mais justas, ampliando minhas intervenções públicas no tema, por meio de entrevistas e artigos publicados em jornais, algo de que voltarei a falar mais adiante.

Lista de publicações (*Terceira etapa, Refazenda*)

Artigos (11):

2012 – Flávia Biroli: Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 9, pp. 7-38.

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/KnFBdPX9myv9G3mZkSqXskr/abstract/?lang=pt>

2013 - Flávia Biroli: Autonomia, opressão e identidades: a ressignificação da experiência na teoria política feminista. *Revista Estudos Feministas*, 21 (1), pp .81-105.

<https://www.scielo.br/j/ref/a/qy9rcLxqkMgnyXDxnZCHQSp/abstract/?lang=pt>

2013 - Flávia Biroli: Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista. *Revista de Sociologia e Política*, 21 (48), pp.127-142.

2014 – Flávia Biroli: Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 15, pp. 37-68.

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/QbtCQW64LCD8f7ZBv4RBSDL/?lang=pt>

2016 – Flávia Biroli: Divisão sexual do trabalho e democracia. *Dados*, 59 (3), pp. 719-54.

<https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?lang=pt>

2016 – Flávia Biroli: Autonomia, preferências e assimetria de recursos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31 (90), pp. 39-56.

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/DQW3vxSQfXbprWrTyyXLKfs/abstract/?lang=pt>

2017 – Rayani Mariano e Flávia Biroli: O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014). *Cadernos Pagu*, 50.

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/Vg9XZWYwYCgnjDXXwhRNZKn/abstract/?lang=pt>

2017 – Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli e Rayani Mariano: Direito ao aborto no debate legislativo brasileiro. *Opinião Pública*, vol. 23, n. 1, pp. 230-60.

<https://www.scielo.br/j/op/a/c6f4WXNbjJ6bTV7cn9Kymsb/abstract/?lang=pt#:~:text=Os%20dados%20mostram%20que%20h%C3%A1,descriminaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20interup%C3%A7%C3%A3o%20volunt%C3%A1ria%20da>

2018 – Teorias feministas da política, empiria e normatividade. *Lua Nova*, vol. 1, pp. 173-210.

<https://www.scielo.br/j/ln/a/wvsJmJ4pBNK3HJ3PjC39mf/?lang=pt>

2021 – As Ciências Sociais na pandemia de Covid-19: rotinas de trabalho e desigualdades (com

Marcia Rangel, Danusa Marques e Vanessa Oliveira). *Sociologia & Antropologia*, 11, pp. 31-66.

<https://www.scielo.br/j/sant/a/yjXdCpFGZvjB8kNh3YPpvCB/?lang=pt&format=pdf>

2023 – Inequalities Among Political Scientists: Race and Gender Relations During the Covid-19 Pandemic (com Marcia Rangel, Otavio Ziliolli Catelano, Mariana Miggiolaro Chaguri, Danusa Marques e Vanessa Oliveira). *PS: Political Science and Politics*.

<https://www.cambridge.org/core/journals/ps-political-science-and-politics/article/inequalities-among-political-scientists-race-and-gender-relations-during-the-covid19-pandemic/1BC50D19CE6D72820257E7FF3A28FD09>

Livros autorais (4):

Flávia Biroli: *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições para a crítica democrática*. Rio de Janeiro e Vinhedo: UFF e Horizonte, 2013.

Flávia Biroli: *Família: novos conceitos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2014.

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli: *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel: *Notícias em disputa: Mídia, democracia e formação de preferências no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

Organização de obras coletivas (4):

2012 - Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (orgs.): ***Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras***. Vinhedo: Horizonte.

2013 – Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (orgs.) ***Teoria política feminista: textos centrais***. Niteroi: Eduff

2016 – Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (orgs.): ***Aborto e democracia***. São Paulo: Editora Alameda.

2015 – Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli, Danusa Marques e Carlos Machado (orgs.). *A democracia face às desigualdades: problemas e horizontes*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2015.

Capítulos de livro (9):

2012 - Flávia Biroli: **Gênero e família em uma sociedade justa**, In: Flávia Biroli and L. F. Miguel, ed. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Ed. Horizonte.

2012 - Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel: **O feminismo e a refundação da política**. In: Flávia

Biroli e Luis Felipe Miguel, ed. Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras. Vinhedo: Ed. Horizonte.

2013 – Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli: Teoria política feminista, hoje, In: L. F. Miguel e Flávia Biroli, ed. Teoria política feminista: textos centrais. Vinhedo: Ed. Horizonte.

2016 – Flávia Biroli: Aborto, justiça e autonomia. In: Flávia Biroli e L. F. Miguel, eds. Aborto e democracia. SP: Alameda.

2016 – Flávia Biroli: Redefinições do público e do privado no debate feminista: identidades, desigualdades e democracia. In: Luis Felipe Miguel, ed. Desigualdades e democracia: as perspectivas da teoria política. São Paulo: Editora da Unesp.

2016 – Flávia Biroli: Democracia, diversidade e desigualdades no multiculturalismo. In: Luis Felipe Miguel, ed. Desigualdades e democracia: as perspectivas da teoria política. São Paulo: Editora da Unesp.

2016 – Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli e Rayani Mariano: O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados, no Brasil. In: Flávia Biroli and L. Felipe Miguel (Eds.), Aborto e democracia. São Paulo: Alameda.

2020 – Care and the New Patterns of Precarity. In: Frans Vosman et ali, ed. Ethics of Care: The State of the Art. Leuven, Paris, Bristol: Peeters Publishers; pp. 209-232.

IV. Quarta Etapa: Consolidação em meio à crise

A pesquisa produzida nos marcos dos projetos apresentados na seção anterior foi publicada em um período de acelerada mudança na política brasileira. Entre as manifestações de 2013 e o golpe parlamentar que afastou a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, acompanhamos a emergência de movimentos antidemocráticos, de extrema-direita, com padrões e apelos públicos que estavam ausentes ou eram muito marginais ao debate desde a transição. O país passou por um processo que não corresponde à ruptura institucional nos padrões produzidos pelos golpes militares que instituíram ditaduras nos anos 1960 e 1970. Houve, no entanto, a utilização de recursos previstos institucionalmente de modo que atentava contra princípios básicos da democracia, como o da aceitação dos resultados de eleições – algo que se tornaria mais agudo em 2022, mas que vimos inaugurado pela ação do PSDB, em 2014, quando seu candidato, Aécio Neves, foi derrotado nas urnas para Dilma Rousseff. O segundo mandato de Rousseff se iniciou em 2015 sob o cerco crescente de

agentes políticos, econômicos, midiáticos e militares, em um processo no qual reivindicações e insatisfações populares foram sendo orquestradas contra o governo, em grande medida utilizando-se das ações anticorrupção nos marcos da Operação Lava-Jato, iniciada em 2014. Formou-se, nesse processo, uma aliança entre setores diversos dispostos a sacrificar a democracia em nome de interesses que convergiam no objetivo de interromper o ciclo de governos petistas, barrando, em particular, as políticas de orientação socio-distributiva e associadas a agendas de direitos humanos. Algumas culminâncias foram o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 (que entendo como um golpe parlamentar com suporte na mídia e no judiciário, possibilitado pelo processo que se instaura com a Operação Lava-Jato), a prisão do então ex-presidente Lula, em 2018, quando era favorito nas pesquisas de intenção de voto para as eleições que ocorreriam naquele mesmo ano, e a normalização da extrema-direita, que permitiu o avanço e capilarização do bolsonarismo. A eleição, em 2018, de um “insider peculiar” da Nova República, teria impacto negativo e durador. Com essa imagem, que evoquei em painel especial sobre o Brasil realizado no congresso da American Political Science Association (Apsa) de 2019, em Washington D.C., para o qual fui convidada, discuti a persistência de uma extrema-direita identificada com agendas fascistas e com a violência da ditadura de 1964 durante o ciclo democrático. Ainda que estivesse às margens do sistema político, ela ganhou força política, ao longo dos anos, ao justificar a brutalidade policial e a violência e Estado. Sua relação com o avanço do crime organizado é múltipla, podendo ser fortalecida pela ausência do Estado. Entendo a normalização de Bolsonaro como o avanço desse universo complexo de relações ao centro da política nacional. Ele tem sua escalada possibilitada pela fragilidade do Estado e dos direitos para setores amplos da população, mas também opera para desfazer garantias e enfraquecer ainda mais o Estado, embora possa guardar conexões importantes com seu aparato repressivo.

Em tensão aberta com garantias sociais e de direitos humanos, emergia algo que foi inicialmente caracterizado por muitas como uma “nova direita”, ainda no contexto dos esforços interpretativos voltados para os deslocamentos dos protestos de 2013 e as novas articulações que tiveram peso nos protestos de 2015 e de 2016. Em pouco tempo, ficaria claro que um dos custos da regressão democrática no Brasil seria o fortalecimento de uma extrema-direita que se tornou parte da esfera política no país, produzindo novas convergências em torno de visões radicalmente contrárias à democracia e aos direitos humanos. A vitória de um presidente de extrema-direita em 2018 explicitou o suporte de

diferentes segmentos da elite política e econômica a um projeto que rompia com compromissos democráticos e igualitários mínimos. Além disso, demonstrou que, como em outras partes do mundo, forças contrárias à democracia podem se legitimar pelo voto, mobilizando suporte popular.

Esse processo impactou profundamente o país e, de modo particular, a universidade e a produção científica. Pessoalmente, compartilho com muitas e muitos a dor e o pesar vividos na medida em que a política de morte se expandia. Vivemos, simultaneamente, o desmonte do Estado (que, na minha trajetória, se tornaria objeto de pesquisa), a perseguição a educadores, funcionários públicos e defensores de direitos humanos (algo que foi presente na minha atuação pública no período, como presidenta da Associação Brasileira de Ciência Política, e que eu também analisaria nas minhas investigações), e a irresponsabilidade governamental durante a pandemia de Covid-19, que fez do Brasil o segundo país do mundo em números totais de mortos pelo vírus, enquanto campanhas criminosas contra a vacinação eram propagadas por integrantes do próprio governo (processo que abordei em artigos publicados na imprensa e que foi central à organização e atuação da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas, de que sou uma das fundadoras).

Uma das linhas que conectam os ataques à democracia e aos direitos humanos é a reação às agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual. Com isso, entro mais diretamente nos projetos em que se organizou minha pesquisa nesse período, consolidando agendas que hoje estão no centro das minhas preocupações. Aqui as divido em três partes: a emergência de novos padrões de conservadorismo; o golpe e a violência política de gênero; e as dimensões do processo de erosão da democracia no Brasil. Também discuto, brevemente, a intensificação de uma perspectiva marcada por preocupações regionais e o início de esforços comparativos, algo que, numa autocrítica bem-humorada, eu definiria como a descoberta da América Latina na minha trajetória intelectual. O problema não é individual, claro, diz respeito a como se organiza a produção acadêmica no Brasil.

A emergência de novos padrões de conservadorismo

Trabalhando nas pesquisas sobre as disputas relacionadas ao aborto na Câmara dos Deputados, mencionadas na seção anterior, no período de 2012 a 2014, que corresponde aos projetos de pesquisa lá citados, nos demos conta de que havia mais em curso do que uma mudança de padrão no tratamento dos direitos reprodutivos. Em um primeiro momento,

notávamos algo que outras pesquisas também registraram: as estratégias discursivas dos atores contrários ao direito ao aborto haviam se modificado, tornando-se cada vez mais “seculares” na linguagem e nas justificativas assumidas para opor-se a esse direito. No entanto, quando comparo as investigações que fiz sobre os embates que acompanhamos até meados dos anos 2010 às que dediquei aos conflitos posteriores, penso que meus estudos têm evidenciado novos deslocamentos. Se antes registramos a secularização estratégica da atuação religiosa, em seguida passaríamos a lidar com o movimento oposto, de reivindicação de uma nova legitimidade para o religioso na política. Na prática, o espaço discursivo para a linguagem política religiosa se ampliaria, recompondo a política. É algo que pode ser lido a partir do conceito de “religião pública”, proposto por Joanildo Burity em texto publicado na revista *Novos Estudos* de julho de 2015.

Foi também na investigação dos conflitos sobre aborto que me deparei com uma novidade, o recurso à noção de “ideologia de gênero” pelos parlamentares. As investidas contra o direito ao aborto escalavam, sendo acompanhadas, a partir do ano de 2012, de referências às supostas ameaças da “ideologia de gênero” no Congresso Nacional brasileiro. É algo que analisamos em artigo publicado dez anos depois, em 2022, com Raniery Parra Teixeira, na *Revista Brasileira de Ciência Política*, baseado em sua dissertação de mestrado orientada por mim, sobre a emergência da noção de “ideologia de gênero” em discursos e projetos de lei na Câmara dos Deputados.

O recurso estratégico a essa expressão vem dos anos 1990, como discuto em artigos e livros que tiveram um papel importante, entendo, na expansão das pesquisas sobre a reação conservadora à agenda de igualdade de gênero e diversidade sexual, para além do campo acadêmico brasileiro. O reconhecimento internacional do meu trabalho nessa agenda teria impacto na minha trajetória nos anos seguintes, algo de que falarei mais adiante. Nesse momento, acho importante observar, dialogando com os estudos que publiquei, que a cronologia da emergência da “ideologia de gênero” como retórica estratégica nos ajuda a compreender processos que são multidimensionais.

Um dos aspectos que precisam ser considerados é a decisão de conservadores católicos e do próprio Vaticano de fazer frente às pressões dos movimentos feministas e LGBTQ+ para a incorporação de direitos reprodutivos e sexuais. Se esta incorporação se funda no reconhecimento crítico das hierarquias e violências de gênero, da perspectiva católica emergiu uma retórica da perda e da crise, por meio da qual denunciam o que definem como

uma “cultura da morte”. Os estudos e agendas feministas e LGBTQ+ são tomados como promotores de “relativismo moral”, o que, argumentam, representaria uma ameaça à família. Um documento relevante, nessa denúncia, é a Encíclica *Evangelium Vitae*, de 1995. Não é por acaso que ela é publicada pelo Vaticano justamente quando se preparava a IV Conferência Mundial da Mulher, que ocorreu em Pequim, em 1995. Nas minhas pesquisas, tive a oportunidade de refletir sobre esse momento, que seria chave na expansão de potenciais compromissos dos estados nacionais com esses direitos. É algo que se encontra no meu livro de 2018, mas também em artigos publicados em 2019 e 2020. Também tive a oportunidade de participar de grupos de especialistas da Organização das Nações Unidas, a convite da ONU Mulheres de Nova Iorque, em que um grupo qualificado de pesquisadoras discutiu os desenvolvimentos ao longo dos 25 anos desde a Declaração e Plataforma de Pequim. É algo de que falarei novamente adiante, no item sobre atuação pública, mas que registro aqui por envolver aprendizados que marcam minha trajetória como pesquisadora.

No Brasil dos anos de regressão democrática, especialmente após 2016, a Ciência Política finalmente dirigiria atenção aos conflitos políticos relacionados a gênero (muitas vezes tratados, inadequadamente, como “pautas identitárias”, num movimento que reconhece, mas esvazia a densidade do fenômeno) e à conformação conjunta das transformações na cena política e na cena religiosa (muitas vezes, de novo, reduzida em sua centralidade, na medida em que a religião aparece como clivagem ou como desvio da racionalidade política, em vez de ser tomada como fenômeno político complexo e móvel).

Estar imersa na agenda de estudos sobre os conflitos relacionados ao aborto foi uma enorme vantagem, pela perspectiva que me abriu para pensar a crise política e a regressão democrática. Eu tinha clareza que a “virada” conservadora não acontecera em 2013, 2015 ou 2016, conhecendo bem, por exemplo, a atuação para limitar o avanço no direito ao aborto desde 2005, no bojo da crise do “mensalão”. Também entendia que o foco na atuação política dos evangélicos era importante, mas era limitador caso não levasse em conta o catolicismo conservador e as alianças com atores cuja identidade política se definia mais diretamente a partir de outros interesses, como militares e proprietários de terra. Havia entendido a importância dessas alianças, inicialmente, quando pesquisava as reações ao Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), de 2009. Outro marco foi 2015, quando o PL 5069 foi aprovado em comissão na Câmara dos Deputados. Sua aprovação, caso ocorresse, poderia levar à regressão na legislação existente sobre aborto, aumentando as dificuldades no acesso

ao aborto legal no país. A reação dos movimentos feministas e de mulheres foi importante e chamou a atenção para o que se passava. Foi comum que se percebesse o projeto como de origem evangélica, pela saliência de alguns de seus autores, entre eles o então deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. A investigação sobre o que se passava me permitiu compreender e alertar, inúmeras vezes, que a presença de católicos ultraconservadores entre os autores e na relatoria do projeto era decisiva. Este foi um momento em que escrevi artigos para blogs (em particular o Blog da Boitempo) e dei várias entrevistas para novas mídias feministas e mídia comercial, em um envolvimento que me permitiu, acredito, colaborar para a análise do que se passava. A aliança entre evangélicos e católicos mais uma vez se mostrava relevante e a visão simplificada do papel “dos evangélicos” poderia, e pode ainda, limitar o entendimento do que se passava. Do mesmo modo, uma visão que procurei contra-argumentar é a de que se trata de agenda moral, em um sentido que a destaca de noções de direitos fundamentais e democráticos. Os argumentos que levei a debate estão profundamente relacionados ao que aprendi, ao longo de minha trajetória, no campo teórico feminista e antirracista.

Aqui devo destacar um processo mais específico de aprendizagem, que vem do diálogo com pesquisadoras/es da área de religião e política, acompanhando sua produção e estabelecendo trocas e parcerias. Foram especialmente importantes, nesse momento, Maria das Dores Campos Machado, Juan Vaggione e Maria José Rosado-Nunes, a Zeca. Com os dois primeiros, trabalhei no projeto financiado pela FAP-DF (edital 04/2017), sob minha coordenação, intitulado “Democracia, direitos e a ofensiva contra a ‘ideologia de gênero’”. Do diálogo e pesquisa coletiva no âmbito desse projeto, resultaria, entre outras coisas, o livro *Gênero, neoconservadorismo e democracia*, publicado pela editora Boitempo em 2020. Com Zeca estive em muitas mesas-redondas, bancas e nas reuniões do Grupo de Assessoras da Sociedade Civil da ONU Mulheres. Sua visão informada e arguta das disputas e desenvolvimentos internos à Igreja Católica foi fundamental para minha compreensão da complexidade das relações entre religião e política. Mas seu compromisso inegociável com os direitos humanos e das mulheres, em específico, desde uma perspectiva religiosa reposicionou minha perspectiva. Além deles, devo também mencionar Marina Basso Lacerda, que, trabalhando na Câmara dos Deputados e acompanhando de perto o que se passava na Comissão de Direitos Humanos, também desenvolvia uma tese muito competente sobre as articulações neoconservadoras naquela casa legislativa, defendida no IESP/UERJ. O prefácio

que escrevi para seu livro “O novo conservadorismo brasileiro” registra brevemente esse diálogo e o modo como esse processo nos interpelou, como pesquisadoras. As voltas do processo político brasileiro levariam Marina ao novo quadro do Ministério de Direitos Humanos, com a vitória do presidente Lula em 2022, onde ocupa, no momento que escrevo, o cargo de chefe de gabinete do ministro Silvio Almeida.

Investigando as reações à agenda de igualdade de gênero, o que mais me mobilizou intelectualmente foi o desafio de compreender suas diferentes temporalidades e as múltiplas estratégias e arenas envolvidas. Também me parece ainda crucial o entendimento de que o “despertar” de novos padrões de reação a agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual tenha sido simultâneo em diversos países, no caso da América Latina marcadamente a partir de meados da década de 2010.

No caso brasileiro, o marco de emergência da expressão “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados, em 2012, de que falei há pouco referindo-me à pesquisa de Raniery e a nosso artigo na Revista Brasileira de Ciência Política, se insere em uma trama de eventos marcantes do período. Poucos anos antes, em 2009, o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos recomendava um conjunto de avanços em direitos reprodutivos e sexuais, as também em outros temas contenciosos da agenda de direitos humanos, como a averiguação da responsabilidade de agentes do Estado pela violência e assassinatos cometidos durante a ditadura de 1964. No âmbito das relações de gênero, recomendava a adoção de legislação que reconhecesse a união entre pessoas do mesmo sexo e permitisse a adoção por esses casais. O direito ao aborto também era mencionado, embora tenha ficado de fora da versão final do Plano, já como resultado de pressões exercidas de dentro da base aliada do governo Lula. Em 2011, o Supremo Tribunal aprovou, no Brasil, a união entre pessoas do mesmo sexo, seguido por regulamentação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que determinava que os cartórios não poderiam se recusar a registrar o casamento. Em 2012, como mencionado na seção anterior, foi aprovada a terceira exceção à lei que penaliza o aborto no país. Este foi, também, um período de intensa articulação da Frente Parlamentar Evangélica, criada pela primeira vez, na Câmara dos Deputados, em 2003. Numa articulação com católicos conservadores, a Frente conseguiria avançar na eleição do pastor evangélico da Assembleia de Deus Marcos Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (2013). As alianças que se formaram então seriam expressivas, também, na

oposição à inclusão de referências a gênero e ao combate ao racismo no Plano Nacional de Educação (2014-24) e no apoio ao golpe que depôs Dilma Rousseff (2016).

Embora seja transnacional e conte com redes internacionais e regionais, a reação à agenda de igualdade de gênero toma forma específica nas disputas nos contextos nacionais. No Brasil, ela opera em convergência com o antipetismo, que alimenta, e compõe o caldo de valores e redes em que o bolsonarismo se expandiria na sociedade e na política brasileira. Ao escrever este memorial e após o trabalho que acumulei no tema, estou convencida de que há uma correlação importante entre a expansão de agendas contrárias aos direitos humanos, ativadas na oposição ao gênero, e o avanço de lógicas e organizações fascistas na sociedade brasileira. As pesquisas que realizamos foram parte do processo de *nomeação* e definição de seus sentidos políticos. Elas produziram evidências para a compreensão de alianças antidemocráticas, para além do conhecimento específico sobre as disputas relacionadas a gênero. Nem sempre o campo da Ciência Política foi capaz de reconhecer essas conexões, mas acredito que a necessidade de dar conta do padrão atual das disputas acabou colaborando para a maior incorporação de problemas de gênero e de religião ao debate, se não às agendas da maior parte dos pesquisadores da democracia brasileira.

A relação estreita entre gênero e democracia – ou reação ao gênero e movimentos antidemocráticos – se estabeleceria para além do Brasil e da região. Sua análise demanda compreender como a reação tem sido projetada ao mundo, por meio de organizações “pró-vida”, “pela família”, think tanks e cúpulas conservadoras. Da análise atenta desses processos, colhi um fruto intelectual que acredito que me acompanhará sempre: a clareza maior sobre a importância de realizar análises comparadas que permitam compreender os padrões nacionais e regionais de fenômenos transnacionais.

Trabalhando nas pesquisas sobre a reação às agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual dessa perspectiva, tive o privilégio de conhecer ou estreitar parcerias com pesquisadoras que se tornariam companheiras de pesquisa e de enfrentamento político contra os retrocessos, em um contexto hostil à pesquisa comprometida com a igualdade e os direitos humanos. Entre elas, destaco três colegas, cientistas políticas radicadas na Argentina, na Holanda e no Peru. Com Mariana Caminotti, professora da Universidade Nacional de San Martín, organizei o dossiê sobre o tema publicado na revista *Politics & Gender*, da American Political Science Association, em 2020. Seguimos, agora, trabalhando em um projeto de análise comparada entre Brasil e Argentina. Com Conny Roggeband, professora da

Universidade de Amsterdam, tenho dialogado sobre as conexões entre reversão de políticas para a igualdade de gênero e regressão democrática na América Latina e na Europa, em especial nos países do leste e centro europeu que ela investiga há alguns anos. Produzimos o *paper* apresentado em 2022 na European Conference on Politics and Gender, do European Consortium for Political Research (ECPR), na Universidade de Ljubljana, na Eslovênia. Seguimos trabalhando nesta agenda, em artigos e no desenvolvimento de um projeto mais robusto, com o objetivo de avançar em um modelo teórico para comparação entre as disputas de gênero e a crise da democracia nessas regiões. Na defesa deste memorial, ela deve estar na Universidade de Brasília como professora visitante, por meio de recursos do Capes Print. Além das parcerias com Mariana e Conny, tenho também, na mesma agenda, dialogado com Stéphanie Rousseau, cientista política e professora da Universidade Católica do Peru, com quem produzi um *paper* sobre os casos do Brasil e do Peru, apresentado no encontro da Lasa de 2022, e retrabalhado como artigo para publicação, em tramitação quando finalizo este memorial.

Ao longo dos anos, tive também a oportunidade de apresentar o trabalho que desenvolvo nessa temática na Alemanha (Universidade de Humboldt), na Argentina (Universidade Nacional de San Martín e Universidade Nacional de Córdoba), nos Estados Unidos (University of Florida, University of San Francisco, Florida Atlantic University, University of Columbia, dois eventos, um a convite da School for International and Public Affairs e outro do Institute of Latin American Studies), na Inglaterra (University of Oxford, King's College) e no México (Flacso México, Colégio de México). No caso da Inglaterra, o convite para ser palestrante na Brazilian Studies Program Annual Conference de 2019, intitulada "Backlash in Brazil: Will the Institutions Hold?", na Universidade de Oxford, abriu oportunidades para um período na mesma universidade em 2020, em que pude dedicar-me a essa agenda de pesquisa, realizar palestras e ministrar aulas (a convite, em curso oferecido por pela Dra. Andreza de Sousa Santos, ex-aluna com quem tive o prazer de me reencontrar, e pelo professor Timothy Power). Por um período de três meses, fui acadêmica visitante no Latin American Centre e *fellow* de curta duração da Jesus College, ambas na Universidade de Oxford. A permanência foi intensa, mas, ao final desses meses, encurtada pela pandemia de Covid-19, que abriria um período de novos desafios, pouca participação presencial e intensa atuação em painéis, eventos e palestras remotas. Em 2023, também participei, como *keynote speaker*, tratando do mesmo tema, do painel de abertura do encontro regional do Fundo de

Populações das Nações Unidas, que aconteceu na Costa Rica, acompanhada de Daniel Titelman, diretor da Cepal na América Latina.

Também relaciono a visibilidade do meu trabalho nessa temática ao convite que recebi para ser editora associada da revista *Politics & Gender*, da American Political Science Association (Apsa). Ocupei essa posição nos anos de 2018 e 2019, tendo sido depois convidada para compor o Conselho Editorial da mesma revista, posição em que me encontro no momento. Para pesquisadoras brasileiras e latino-americanas, circular internacionalmente – ser lida e ouvida – envolve desafios enormes, que marcam esse período de minha carreira. Penso nos desafios para escrever artigos e realizar palestras em inglês, sem contar com recursos e mesmo com tempo necessário para revisão especializada, o que envolve sem dúvida contar com alguma generosidade na revisão feita já no âmbito das revistas acadêmicas internacionais. Esse ponto foi discutido, aliás, em uma das reuniões do Conselho Editorial da *Politics & Gender*, em 2022, já sob a chefia editorial de Mona Lena Krook. Para pesquisadoras do Sul Global, a possibilidade de publicar internacionalmente depende de treino que envolve adquirir estratégias para publicação. Essas estratégias fazem parte, hoje, do treinamento de pesquisadores que têm, a seu favor, os recursos de universidades do norte global e o inglês como língua nativa ou que atravessa toda sua formação. Com esses comentários, não pretendo desvalorizar a produção no contexto nacional e regional latino-americano. Pelo contrário, me parece importante registrar que mesmo para quem tem inserção e visibilidade no campo acadêmico brasileiro, os desafios são enormes e a energia despendida também. É algo que, parece-me, deveria ser mais discutido entre nós, quando consideramos o processo de “internacionalização”, hoje um requisito aceito para a valorização de campos disciplinares, Programas de Pós-Graduação e pesquisadoras/es. Penso que muitas vezes partimos desse “dado” ou conversamos sobre as dificuldades em nossas redes mais próximas, com pouca elaboração coletiva sobre o que significa nas nossas trajetórias e como poderá impactar as trajetórias de nossas/os orientandas/os e alunas/os.

Para além da “internacionalização” que é computada nas avaliações da Capes e, sem desconsiderar os desafios existentes, as oportunidades de circular e construir parcerias internacionais têm sido preciosas na minha vida profissional e pessoal. Entre outras coisas, tornaram mais complexas as percepções da minha própria agenda de estudos, da Ciência Política e do trabalho acadêmico no contexto atual.

O golpe de 2016 e a violência política de gênero

As primeiras publicações em que abordei a reação conservadora às agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual tinham como tema o caráter misógino do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. O caminho analítico que encontrei naquele momento foi o da discussão sobre violência política contra as mulheres ou violência política de gênero. Fui – salvo alguma informação a que não tenha tido acesso ao longo do tempo e nas pesquisas que realizei ao escrever este memorial, por meio do Google Scholar e do Scielo Brasil – a primeira pesquisadora brasileira a analisar o tema assumindo essa conceituação, em textos publicados já no ano de 2016 e, antes disso, em debates na Câmara dos Deputados ainda em 2014.

Meu contato inicial com esse conceito veio pelo trabalho da cientista política estadunidense Mona Lena Krook. Quando Krook me convidou para enviar um *paper* para compor o painel que estava propondo para o encontro da *International Political Science Association* (Ipsa) de 2016, realizado em Poznań, na Polônia, vi nesse diálogo a oportunidade de analisar a campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff, que resultaria em sua deposição, pelas lentes da violência contra as mulheres na política.

A literatura que se debruça sobre essa agenda tem adotado uma tipologia que consiste em cinco tipos de violência. Candidatas, mulheres que detêm cargos políticos e defensoras ou ativistas têm sido atingidas sistematicamente por violência física, sexual, psicológica, simbólica e econômica. Sabe-se que mulheres na política são afetadas por violência política de gênero em democracias menos e mais “maduras” e “estáveis”, independentemente de sua posição partidária e ideológica. O debate sobre esse fenômeno tem envolvido uma discussão que questiona se essa violência é um subtipo da violência política em geral, variando segundo o grau de violência existente em ambientes políticos determinados, ou se ela consistiria em um fenômeno específico, que expressa uma dinâmica de reação à maior participação efetiva ou maior pressão por participação por parte das mulheres.

Há outras controvérsias na literatura, mas foi essa que me permitiu colocar, desde os textos que publiquei em 2016, a seguinte questão: em que medida o contexto brasileiro de aumento da violência política pode impactar as mulheres de maneira específica? Em outras palavras, interessou-me refletir sobre de que modo o aumento da violência em geral se conecta com a violência política de gênero. Nos artigos publicados em 2016 e 2018, “Political violence against women in Brazil: expressions and definitions” (*Direito & Práxis*) e “Violence

Against women and reactions to gender equality in politics” (*Politics & Gender*), argumentei que seria relevante compreender as conexões entre ataques à agenda de igualdade de gênero e a violência contra as mulheres na política no Brasil. Entendo que isso se justifica por duas razões: esses ataques colocam em questão os fundamentos de agendas igualitárias, de modo que deslegitima as demandas por participação, em especial por paridade; eles normalizam a violência contra mulheres percebidas como desviantes em relação a padrões patriarcais e heterocisnormativos, o que conecta ideologia, trajetórias, identidades e posições sociais na definição dos alvos preferenciais. Nos artigos publicados, eu expunha evidências das campanhas contra a chamada “ideologia de gênero” no Congresso, tendo como casos principais a violência sofrida pela deputada e ex-ministra Maria do Rosário e pela presidenta Dilma Rousseff.

Meu entendimento não era ou é que outras mulheres seriam poupadas da violência política de gênero, já que me situo alinhada à literatura que entende que este é um fenômeno específico, que se explica pela reação à participação (ou pressão por participação) política das mulheres, produzindo obstáculos adicionais em contextos que já são de desvantagem. Meu ponto era e é ainda que essa violência afeta as mulheres de maneiras distintas. Isso envolve duas perspectivas analíticas. Primeiro, trata-se de considerar interseccionalmente os padrões assumidos por essa violência – analisando, assim, quais mulheres são atingidas e de que maneira. Segundo, trata-se de analisar essa violência embebida em contextos políticos concretos, considerando os equilíbrios de força e a estrutura de oportunidades aberta à participação das mulheres ou à hostilidade que enfrentam, os avanços da igualdade e paridade ou o questionamento de seus fundamentos.

Os fenômenos que discuti tiveram novas condições de emergência no processo de degradação da democracia brasileira, de que venho falando desde o início deste item. Houve um alargamento das condições para o exercício desse tipo de violência após o golpe de 2016. Hoje, penso que a violência política sofrida pela presidenta Dilma Rousseff correspondeu a uma espécie de salvo-conduto para violações contra outras mulheres, com o intuito de prevenir sua participação ou excluí-las da política. O assassinato da vereadora Marielle Franco, no dia 14 de março de 2018, é uma das materializações mais brutais desse processo. Gostaria de deixar aqui um registro pessoal do terror vivenciado por muitas pessoas diante desse assassinato, assim como das formas de resistência que ele produziu. Marielle havia aceitado participar da mesa do lançamento do meu livro *Gênero e desigualdades: limites da*

democracia no Brasil, pela editora Boitempo, que ocorreria na Livraria Travessa, no centro do Rio de Janeiro, no dia 27 de março. Acordei, no dia 15 de março, com a notícia da execução de Marielle e Anderson. Seguindo ainda nessa nota pessoal, o pranto e o horror provocados pela notícia levaram a uma paralisia. Naquele dia, o sentimento que compartilhei com pessoas próximas era de que não era correto produzir um trabalho que estimulasse a participação política das mulheres, problematizando as desigualdades e os obstáculos a essa participação, para vê-las violentadas e assassinadas. Com os protestos que tomaram várias cidades brasileiras, a reação inicial, que envolvia cancelar o lançamento, deu lugar ao entendimento de que, do lugar relativamente protegido em que a produção intelectual se faz, era ainda menos justificável recuar. A violência política era, como eu sabia e, em sua resiliência, as pessoas que protestavam nas ruas demonstravam compreender, uma forma de eliminar também o desejo de participar, sobretudo daquelas que participam porque sua luta é por justiça e igualdade. O lançamento aconteceu no dia e local previstos e foi uma homenagem a Marielle Franco. A mesa foi composta pela filósofa Carla Rodrigues, que já debateria o livro, e, em vez de Marielle, estiveram conosco duas companheiras de gabinete da vereadora, Mônica Francisco, depois eleita vereadora em 2020, e a advogada Roberta Eugênio, que em 2023 foi nomeada secretária executiva do Ministério da Igualdade Racial, que voltou a existir com a eleição do presidente Lula em 2022, sob o comando da socióloga, ativista e irmã de Marielle, Anielle Franco.

Essa vivência, a observação e continuidade das pesquisas me levou a acrescentar uma variável à discussão sobre a violência contra as mulheres na política: a ascensão da extrema-direita. Em texto discutido em reunião internacional de especialistas organizada pelo escritório central da ONU Mulheres de Nova Iorque (Expert Group Meeting para preparação de relatório para a Commission on the Status of Women/CSW, de 2021), intitulado "[Violence against women in politics and public life, democratic backsliding and far-right politics](#)", dei um passo em relação às considerações anteriores, propondo que as pesquisas incorporassem o impacto de processos de erosão democrática e da ascensão da extrema-direita. Os casos considerados na análise foram de violência contra mulheres ativistas, negras e trans nas eleições de 2018. O texto foi escrito antes das eleições de 2020, que confirmariam a centralidade do racismo e da transfobia. Explicitariam, também, que, nesse contexto, ativistas de direitos humanos se tornavam alvos específicos dos ataques. Nesses casos, ameaças à vida são mais frequentes. A violência política de tipo econômico, por exemplo, atinge as mulheres

amplamente, mas é mais aguda entre as negras e indígenas; a violência que coloca em xeque suas vidas atinge mulheres com certo perfil, negras, indígenas, trans, lésbicas e ativistas de causas relacionadas aos direitos humanos. A dissertação de mestrado de Ladyane Souza, que co-orientei no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, da UnB, também aponta para a relevância da territorialidade. No texto que produzi para a ONU Mulheres, apresento os seguintes argumentos: (1) processos de erosão da democracia, como o brasileiro, podem reverter ou esvaziar na prática controles sociais e prerrogativas institucionais, de modo que se torna mais difícil combater essa violência ou penalizar os violadores; (2) a desinformação promovida de maneira estratégica e coordenada tem entre suas implicações o fomento a ações violentas e a desumanização das mulheres que são posicionadas como alvos dessa violência, em particular negras, trans e aquelas que são vistas como ideologicamente desviantes pelo seu ativismo; (3) a ascensão da extrema-direita contribui para a normalização da violência e a dinâmica antagonista em que opositores são definidos como inimigos.

Paradoxalmente, o processo de erosão da democracia no Brasil coincide com incrementos nos marcos legais para participação de mulheres e pessoas negras. Desde 1997, a legislação de cotas brasileira prevê a reserva de no mínimo 30% das candidaturas nas listas eleitorais de partidos e coligações para um dos sexos. A partir de 2009, quando a lei foi alterada e em vez de reserva passou a explicitamente determinar o preenchimento dessas candidaturas, ações para penalizar partidos que não cumprissem a lei passaram a ser mais frequentes. O cenário seria mais disputado depois de 2018, quando o preenchimento passou a ser acompanhado de dinheiro e de tempo de propaganda. A Resolução nº 23.575/2018 do TSE confirmou decisão da mesma corte que asseguraria, já para as eleições de 2018, ao menos 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do tempo do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita no rádio e na TV. No ambiente de disputas que assim se define, que afeta diretamente as práticas dos partidos políticos, contam também as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinam mínimo de 30% do Fundo Especial Eleitoral para as candidatas mulheres (2018) e proporcionalidade no financiamento das candidaturas de pessoas negras (2020), mas também a adoção de legislação para prevenir, reprimir e combater a violência política contra as mulheres (Lei 14.192/2021). Sua tramitação e texto final registram a incorporação relativamente célere do problema da violência política ao debate público e às iniciativas das mulheres na política, mas também os

conflitos e limites na politização das agendas feministas e de gênero. Nesse caso, a exclusão do termo “gênero”, reivindicado por parlamentares de esquerda e feministas e bloqueada por parlamentares investidas em graus variáveis de perspectivas antifeministas, mostra que as agendas podem ser ao mesmo tempo incorporadas e reenquadradas, de acordo com os conflitos e interesses em disputa. Temos visto, também, que essa violência é estimulada por ações coordenadas de promoção de discurso de ódio. Mais uma vez, confluem o crescimento da extrema-direita e a normalização da violência misógina, racista e homo/transfóbica, com alvos definidos.

O Brasil segue sendo um dos países do mundo e da região com as menores taxas de representação política de mulheres. No momento em que escrevo este memorial, somos o pior caso da América do Sul e nas Américas estamos apenas à frente de Antigua e Barbuda, Belize, Haiti e Santa Lucia. A explicação de porque isso se dá nos conduz a problemas e processos que não impactam apenas a participação feminina e das pessoas negras. O funcionamento dos nossos sistemas políticos e as práticas dos partidos convergem com outras dinâmica de esvaziamento de direitos. Desse modo, fazem mais do que conservar hierarquias: eles as reproduzem ativamente. Neste maio de 2023, foi aprovada no Congresso Nacional a PEC 09/2023, que anistia os partidos políticos que descumpriram a legislação existente, constitucionalizando um processo repetido de invalidação das leis existentes por meio de anistias.

A agenda de sub-representação das mulheres nunca foi a principal em meu trabalho – confesso que, menos ainda, a que me mobilizou intelectualmente de maneira intensa. Tenho com ela um compromisso político e estive presente em toda minha trajetória por essa razão. Em alguns períodos, foi objeto de projetos de pesquisa que coordenei, com foco em gênero, raça e eleições no Brasil. A seguir, recorro às parcerias e diálogos com colegas para trazer ao memorial essa agenda, que, como se verá, ganha forma na minha trajetória também na intersecção com a temática específica da violência política de gênero.

Os primeiros pesquisadores que destaco aqui são Danusa Marques e Carlos Machado, amigos e colegas de IPOL/UnB com quem tenho partilhado minha trajetória. Com eles, coordeno o “Núcleo de Pesquisas Flora Tristán: Representações, Conflitos e Direitos”, criado em 2020. Com Danusa Marques, produzi o relatório sobre o Brasil para o [Atenea Brasil](#) (PNUD, ONU Mulheres e IDEA), que aplica a metodologia desenvolvida pelo projeto Atenea ao caso brasileiro, com o objetivo de compreender os desafios para a paridade a partir de um índice

que permite comparar países da região e salientar os pontos mais sensíveis em cada contexto nacional. No tema específico da violência política de gênero, trabalhamos juntas em um mapeamento da literatura que analisa os principais debates e divergências nos estudos até o momento. Ele resultou no capítulo “Mulheres e política: violência contra as mulheres e de gênero”, publicado no livro [Política Comparada: Teoria e Método](#), organizado por Bruno Bolognesi, João Carlos Amoroso Botelho, Manoel Leonardo Santos, Mariana Batista e Renato Perissinotto (Eduerj, 2022).

Com Danusa e Carlos, trabalhamos no projeto “Gênero e Raça nas Eleições de 2022”, uma parceria com o [Observatório Nacional da Mulher na Política, da Câmara dos Deputados](#), de que voltarei a falar mais adiante. Na pesquisa realizada no âmbito desse Observatório, pude dialogar com a colega Marlise Matos, da UFMG, com quem tenho também um histórico de colaborações. Nesse caso, foi ela quem liderou, na equipe de investigadoras/es, a análise dos casos de violência política de gênero, discutindo as características e impacto da legislação adotada em 2021, o perfil das mulheres que sofreram essa violência nas eleições de 2022 e os desafios para denunciar e punir esse crime, mas principalmente para se garantir a integridade e exercício da política pelas mulheres. Também fizeram parte da equipe de pesquisa desse projeto Clara Araújo (UERJ), Lígia Fabris (FGV-RJ), Michelle Ferreti (Instituto Alziras), Pedro Paulo Assis (Cebrap), Teresa Sacchett (UFBA), Viviane Gonçalves Feitas (UFMG), entre outros. Financiado por emendas parlamentares de deputadas da bancada feminina a partir, sobretudo, de esforços de servidoras/es da Câmara envolvidos com o trabalho no Observatório, o projeto contou com bolsas de pesquisas, o que possibilitou também envolver estudantes.

A representação de grupos e, de maneira mais específica, as cotas eleitorais e seus efeitos nas eleições de 2022 são também o tema do projeto de pesquisa “Grupos, representação e processos de inclusão: diagnósticos e desafios para a democracia no Brasil”, coordenado por mim e financiado pelo edital Universal (CNPq/MCTI/FNDCT No 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados). Além de colegas já mencionadas, o projeto conta também com a participação de Layla Pedreira Carvalho (UnB), Rayza Sarmiento (UFPA), Márcia Rangel Cândido (IESP/UERJ), Mariana Caminotti (UnSAM) e Flavia Freidenberg (UNAM). A pesquisa se dedica à análise da democracia brasileira com foco na sub-representação de grupos sociais, com especial atenção para gênero, raça e sexualidade. O ponto de partida foi o entendimento de que o diagnóstico dessa sub-representação depende de uma análise que permita

compreender o problema numa perspectiva diacrônica, investigando as reivindicações por representação, mudanças legais e efeitos nos padrões de representação desde os anos 1990, quando o Brasil adotou sua primeira legislação de cotas eleitorais para mulheres, como mencionado antes neste memorial. Esse diagnóstico também depende, entendemos, de uma investigação de caráter sincrônico, que permita compreender os conflitos, isto é, compreender como os grupos reivindicaram essa representação, quais foram as estratégias adotadas para enfrentar barreiras (identificadas pelos próprios grupos e pelos estudos), quais atores tomaram parte nas disputas em momentos específicos. Por isso, envolve o trabalho de análise das mudanças na legislação que ocorreram desde 2009, em que se destacam as decisões e novas regras relativas ao financiamento das candidaturas adotadas entre 2018 e 2020, assim como o esvaziamento dos novos marcos legais pelos partidos políticos. Nosso objetivo é contribuir para fortalecer as pesquisas empíricas, ainda bastante fragmentadas (em geral, tratam de eleições específicas e investigam os efeitos das cotas em momentos bem delimitados), e testar os modelos teóricos com os quais temos trabalhado nas análises no Brasil, muitas vezes fincados em experiências das reivindicações e disputas por representação em outros contextos institucionais e sociais.

No momento em que finalizo este memorial, realizamos o primeiro evento desses dois projetos de pesquisa. Pela proximidade do tema com o projeto desenvolvido com apoio do Observatório da Participação da Mulher na Câmara dos Deputados, o evento, intitulado “Desafios para a paridade: gênero, raça e eleições no Brasil”, ocorreu na Câmara dos Deputados (em 31 de maio de 2023) e no IPOL/UnB (em 1º de junho de 2023), com a participação de colegas das duas equipes de pesquisa. Foi bastante rico, sobretudo por permitir trocas reais que nos orientam em termos dos desafios e agendas de pesquisa e políticas para o enfrentamento da aguda sub-representação feminina. Discutimos também um tema que se recoloca sempre, sobretudo no diálogo com estudantes, o da relação entre representação descritiva e representação substantiva. Minha posição, assumida publicamente ao longo dos anos e confirmada por estudos que têm acompanhado outros contextos nacionais, como o argentino (e mencionaria os de Mariana Caminotti), é que os limites à representação descritiva incidem nas possibilidades de avançar na representação substantiva no país. De todo modo, esse é um terreno complexo, já que, quando tratamos da representação substantiva, estamos lidando com o que é reivindicado como sendo de

interesse das mulheres, expressando conflitos e os sentidos diversos (nem sempre previsíveis) da atuação de mulheres de direita na política institucional e no ativismo.

Com Marlise Matos, além da colaboração na análise do fenômeno da violência política de gênero no âmbito do Observatório Nacional da Participação das Mulheres na Política, durante as eleições de 2022, e do diálogo na pesquisa do Universal, destaco colaborações que tivemos ao longo dos anos. Entre elas, estão a co-autoria no capítulo “Democracia, Estado e patriarcado: disputas em torno dos direitos e das políticas de gênero”, publicado no livro *A Constituição de 88 trinta anos depois*, organizado por Cristina Buarque de Holanda com outros colegas da ABCP (Ed. da UFPR, 2018); a oportunidade que tive de debater e escrever um capítulo no livro em dois volumes organizado por ela e por Sonia Alvarez sobre as Conferências de Políticas Públicas para Mulheres (*Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil*, Ed. Zouk, 2018); e o trabalho conjunto na organização do curso de formação para mulheres candidatas que teve apoio da ABCP e da Anpocs, no período em que eu presidia a primeira e a antropóloga e professora da UFSC Miriam Grossi, a segunda (2020).

Marlise Matos, Miriam Grossi, Danusa Marques, Márcia Rangel, e outras colegas de que falei ao detalhar, acima, os projetos de pesquisa sobre eleições, têm sido parte de redes nas quais realizamos pesquisas sobre gênero e política no Brasil, trabalhamos na inserção dessas agendas e coordenação de áreas de trabalho sobre gênero nas nossas associações, partilhamos mesas e organizamos eventos e debates sobre o tema. Juntas, temos exercitado publicamente a crítica às desigualdades de gênero na política e na sociedade brasileira, com um olhar que também se voltou, ao longo dos anos, para o próprio ambiente acadêmico. Nesse processo, que é de re-conhecimento da nossa posição, das relações em que estamos inseridas e dos desafios que enfrentamos, gostaria de destacar a importância da cientista política Céli Pinto, professora hoje aposentada da UFRGS. Na minha trajetória, Céli tem sido uma referência e uma espécie de porto-seguro acadêmico, pela confiança que sinto em sua avaliação dos contextos e disputas em meio aos quais temos afirmado nossas agendas e construído nossas trajetórias.

Reações à agenda de igualdade de gênero, familismo e democracia

Meu projeto para bolsa **PQ aprovado em 2021** (CNPq, edital nº 4/2021), iniciado em 1º de março de 2022, com duração de 36 meses, tem como título **“Família, disputas morais e democracia”**. Mais uma vez, o projeto PQ é revelador do caminho que tenho feito na

pesquisa, funcionando como um eixo orientador, que reúne diferentes atividades de pesquisa e publicações. Nesse momento, trato de um projeto em curso e das pesquisas que realizo enquanto trabalho nesse memorial para o concurso de titular.

O ponto de entrada desde 2020 tem sido analisar e melhor compreender a agenda neoconservadora de “defesa da família”, levando em conta os padrões do conflito político e seu impacto nas democracias. Como em boa parte da trajetória aqui relatada, essa agenda envolve pesquisa teórica e estudos empíricos. No projeto PQ, o foco é no caso brasileiro. Mas, como se verá no que aqui relato sobre outros projetos em curso no momento, tenho realizado esforços sistemáticos para compreensão dos padrões de conflito que envolvem gênero na região, considerando ao mesmo tempo fatores comuns e a diversidade de contextos nacionais.

Por que tratar de família a partir da Ciência Política? E por que esse tema, que tem sido parte de minha produção há mais de uma década, reaparece nesse ponto relacionado à discussão sobre conflitos, mudança política e erosão da democracia? Quando publiquei o livro [*Família: novos conceitos*](#), em 2014, pela editora Perseu Abramo, a preocupação era compreender o que havia mudado nas famílias e porque a reação a políticas igualitárias e de diversidade recaía tão fortemente sobre leis, políticas e práticas relacionadas à família. Alguns exemplos do que já era disputado naquele momento são a regulação dos direitos reprodutivos, do casamento entre pessoas do mesmo sexo e da adoção por casais assim formados. Também era alvo, já naquele momento, a educação sexual que incorpora questões relacionadas a violências de gênero na família e sexualidades diversas.

De lá pra cá, vimos a “defesa da família” ampliar-se como estratégia política, tornando-se frequente em debates eleitorais, discursos no Congresso, “lives” de presidente da República. Minha análise aponta para o fato de que essa reação contém dois tipos de apelo. De um lado, a suposta proteção à família envolve barreiras à regulação social igualitária e democrática, que possa, por exemplo, coibir abusos e violências, garantindo que a diversidade seja respeitada. Um exemplo aqui são as tentativas de se impedir uma educação fundamentada por valores igualitários e pela diversidade nas escolas, alegando-se que ela pode ferir as convicções religiosas e morais dos pais. A suspensão dessas discussões em sala de aula pode, por exemplo, dificultar o reconhecimento de violências por parte de crianças, adolescentes e de docentes que estão em contato com eles. Pode, também, deixar de lado problemas centrais, como o da gestação na adolescência e transmissão de DSTs. Trata-se de

proteger um tipo de família, a heteropatriarcal, e de preservar o controle sobre as novas gerações, algo que, espera-se, poderia ser feito regulando a circulação de debates e normas igualitárias. O segundo apelo, por outro lado, corresponde à atribuição de responsabilidades ampliadas aos núcleos familiares e, neles, às mulheres, em momento de retrocesso nas garantias sociais. Um exemplo, nesse caso, são os ataques às garantias constitucionais em áreas fundamentais, como saúde, educação e seguridade social, além da desregulamentação da proteção aos trabalhadores. Com isso, há uma pressão para que a família funcione como unidade de proteção ou, como menciono em meu trabalho, seja “funcional” em sociedades nas quais outras redes de proteção são enfraquecidas. Essa funcionalidade depende do trabalho não-remunerado das mulheres, mas também do trabalho mal remunerado de mulheres negras e com baixa escolaridade.

A hipótese mais geral do projeto PQ e de outras frentes dos estudos que desenvolvo no momento é que a “expansão da esfera pessoal protegida”, para recorrer à expressão usada pela cientista política estadunidense Wendy Brown, tem se intensificado com os avanços neoliberais e neoconservadores. Ela incide sobre direitos adquiridos ou disputados e tem servido como um recurso para enfraquecer a dimensão pública da vida. Essa expansão pode corresponder também a dinâmicas de erosão da democracia, na forma da suspensão de direitos individuais ou bloqueio ao exercício de direitos existentes, da censura e, de modo que à primeira vista pode parecer um contrassenso, já que muitas dessas investidas de fazem nome da “liberdade”, do avanço de formas autoritárias de controle. A “proteção à família” pode corresponder, ainda, a um recurso retórico para justificar a perseguição a inimigos políticos e limitar a pluralidade. A demonização e mesmo criminalização de atores e movimentos sociais e lideranças políticas pode ser justificada pela ideia de que colocam em risco as famílias e as crianças, por promoverem “ideologias” contrárias aos valores cristãos e à unidade familiar. Tenho observado, também, que as campanhas contrárias às agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual funcionam como porta de entrada para a difusão de outras agendas anti-igualitárias, com o objetivo mais amplo de deslegitimar lutas antirracistas, o sistema internacional de direitos humanos e o caráter plural das democracias. O recurso ao “familismo” tem servido para justificar ações contrárias aos direitos humanos, aos direitos de minorias e à liberdade de crítica.

Essas questões atravessam a pesquisa que realizei juntamente com Luciana Tatagiba, nos anos de 2021 e 2022, sobre os atores e políticas contra a igualdade de gênero no governo

da extrema-direita (2019-2022), com suporte da ONU Mulheres Brasil. A pesquisa realizou um mapeamento detalhado dos atores e estratégias de oposição ao feminismo e às agendas de igualdade de gênero e direitos sexuais, considerando especificamente os ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos, da Educação, e da Saúde. Nela, contamos também com o trabalho de Débora Françolin Quintela, colaboradora com alto nível de conhecimento específico sobre o tema, que desenvolveu, sob minha orientação, a tese de doutorado “Um ministério da família: da transversalidade de gênero à familiarização das políticas públicas federais”, defendida em maio de 2023. Já havia citado Débora ao tratar de sua dissertação e voltarei às colaborações com ela mais adiante, ao tratar das orientações que realizei.

Nossa pesquisa identificou três conjuntos de problemas, que aqui resumo significativamente. O primeiro é que para fazer frente ao sucesso do movimento feminista ao longo das últimas décadas, seus opositores assumiram a forma de contramovimentos sociais. Isso significa dizer que disputam de forma ativa e pública os recursos do Estado e da sociedade; utilizam repertório variado, com forte potencial mobilizador; e batalham pelo enquadramento simbólico dos conflitos. Para isso, contam com o suporte de uma diversificada infraestrutura organizacional na sociedade civil. Acompanhamos essas dinâmicas em uma situação específica: no Brasil desse período, a reação às agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual se tornou a política oficial de gênero. Isso deu aos atores do “contramovimento” acesso a recursos e oportunidade para agir, estabelecer novas alianças políticas e fortalecer organizações da sociedade civil que promovem suas perspectivas e interesses.

Em segundo lugar, observamos que houve um deslocamento no padrão de alianças e conflitos políticos nesse período. Durante os governos anteriores, do Partido dos Trabalhadores, identificamos um arranjo que definimos como *pluralista contencioso*, em que a coalizão governista abrigava atores que defendiam agendas feministas, mas também atores conservadores. No governo da extrema-direita, consolidou-se um arranjo *convergente*, em que os atores da coalizão são ativistas antifeministas ou convergem com essa visão, sem opor-se a ela. Com isso, verifica-se uma significativa redução da pluralidade, acompanhada por ações que reduziram a transparência e os dispositivos para participação social.

Acompanhando o relatório da pesquisa produzido em conjunto com Luciana Tatagiba, indico como terceiro problema, resultante das nossas investigações, a relevância de mecanismos discursivos para a produção de retrocessos. Dialogando com o trabalho das

cientistas políticas holandesa Conny Roggeband (minha parceira em estudos em curso, como mencionado) e húngara Andrea Kriszán, em sua análise dos retrocessos no Leste e Centro da Europa, identificamos na nossa pesquisa que, a depender do tema em questão, o mecanismo ativado pode ser o de deslegitimação discursiva, envolvendo hostilidade aberta, amparada por campanhas (algo que observamos nas temáticas do aborto e da educação com conteúdos de gênero) ou de reenquadramento como tradução (o que observamos na temática da violência). No primeiro, há um ataque frontal às políticas de igualdade de gênero existentes; no segundo, as políticas públicas são mantidas ou outras na mesma temática são criadas, porém a partir de uma *tradução* que as reposiciona, afastando-as da abordagem relacional de gênero e do enfrentamento às desigualdades. Essa dissociação entre as políticas públicas voltadas a melhorar a condição de vida das mulheres e o debate de gênero é uma estratégia política muito eficaz, no momento em que as lutas feministas têm grande visibilidade no Brasil e na região.

A reapropriação conservadora das políticas para mulheres se coloca, assim, como um problema fundamental. A temática da violência se destaca por revelar mecanismos relevantes de tradução, em um reconhecimento adversário do sucesso dos movimentos feministas na tematização dessa agenda. E isso não se dá sempre da mesma maneira, mostrando que as variações nas reações vão além de seus efeitos: os próprios mecanismos podem variar em sua ativação para lidar com uma mesma temática, a depender do contexto de avanços feministas nas políticas e no debate público. Enquanto no Leste e Centro da Europa a agenda da violência doméstica tem sido contestada em sua legitimidade, com a saída de países do Acordo de Istanbul, sob o argumento de que essa seria uma agenda estrangeira a seus países e imposta pela União Europeia como cavalo de Tróia para a “ideologia de gênero” (e aqui sigo os estudos de Conny Roggeband e Andrea Kriszán), no Brasil foi salientada pelo governo da extrema-direita como prioridade. Apesar disso, houve desfinanciamento de políticas públicas e sua redefinição em perspectiva familista e punitivista, na qual foram centrais a ideia de que a violência decorre do abuso de drogas e álcool, que poderia ser combatido fortalecendo a família e, quando necessário, punindo duramente agressores. O caráter sistêmico da violência em sociedades patriarcais, demonstrado por décadas de pesquisas, e o fato de que a família é na maior parte das vezes o espaço das agressões, torna no mínimo ambivalente a ideia de que a solução seria “famílias

fortes” – nome de política pública transversal lançada durante o governo Bolsonaro, a partir da Secretaria da Família do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Uma das principais contribuições de nossa pesquisa, com *paper* já apresentado no encontro da Anpocs de 2022 e artigo em fase de tramitação em revistas acadêmica, é a conclusão de que a eliminação da perspectiva sistêmica ou estrutural é uma estratégia central nos mecanismos discursivos de que a extrema-direita lança mão. Ela envolve também um silêncio sobre o caráter relacional dos problemas. A rejeição à noção de gênero tem um componente heteronormativo, como se sabe e mais frequentemente se discute, já que reivindica noções essencializadas do feminino e do masculino e rejeita abordagens nas quais predomina a ideia de que o gênero é construído socialmente. Mas ela corresponde, também, à rejeição ao enfrentamento de desigualdades e hierarquias. É complementar a outro aspecto demonstrado nas nossas pesquisas, que é a rejeição da interseccionalidade como abordagem das relações sociais de gênero e o silêncio sobre o racismo, que corresponde à recusa do compromisso do Estado com a construção da igualdade racial. Uma das evidências nesse sentido é a sistemática exclusão de dados raciais na construção de políticas para “a família” e a eliminação de uma agenda de combate ao racismo. Em um país no qual o racismo é estrutural, essa estratégia opera para a normalização de desigualdades e violências.

No momento que escrevo este memorial, estamos trabalhando em uma etapa subsequente da mesma pesquisa. Ela consiste na entrevista com lideranças de movimentos feministas e de mulheres para compreender suas estratégias durante o governo da extrema-direita, sua avaliação dos processos de mudança política no país e suas expectativas em um contexto de recomposição das orientações, com a vitória do presidente Lula nas eleições de 2022. Nela, contamos com a colaboração de Isabela Andrade, doutoranda em Ciência Política na Unicamp. Esse trabalho tem sido intenso e apresenta novidades, para mim, nas estratégias de investigação que envolve. É muito gratificante, por pelo menos duas razões. A primeira é que as entrevistas têm revelado a complexidade desses processos e dos desenvolvimentos do feminismo no país. Com isso, temos nos colocado diante de reflexões enriquecedoras. Um exemplo é que as narrativas da crise, das ameaças e dos avanços nas últimas décadas diferem, a depender se as entrevistadas são lideranças de movimentos antirracistas, indigenistas, trans, de combate à violência, de promoção de direitos reprodutivos. Em segundo lugar, a estratégia de realizar entrevistas sistemáticas com lideranças de movimentos é nova para mim. Venho me dedicando ao estudo teórico do feminismo e investigando os conflitos em

torno de direitos e agendas para políticas de gênero no Brasil há algum tempo, como tenho relatado neste memorial. Isso envolveu o diálogo com lideranças feministas e de direitos humanos em diversos momentos, com oportunidades incríveis de ouvir e mesmo participar de processos de construção de estratégias para avançar nesses direitos ou conter retrocessos. Esta é, no entanto, a primeira vez que realizo uma investigação que tem como recurso metodológico específico a realização de entrevistas com número significativo de ativistas, numa escuta mais estruturada, ainda que aberta e dedicada à compreensão do que essas mulheres vivenciaram nos processos recentes.

A possibilidade de seguir aprendendo é, sem dúvida, um dos aspectos mais incríveis da vida acadêmica. Nesse caso, como, aliás, desde o início neste memorial, o percurso de trabalho se confunde com encontros e parcerias muito ricas, que impactaram minha trajetória pessoal e profissionalmente. Devo mencionar, agora mais detalhadamente, o encontro com Luciana Tatagiba, professora de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), de quem me aproximei no trabalho conjunto na diretoria da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e na construção da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas, já mencionada e de que voltarei a falar mais adiante. Luciana se tornaria amiga e parceira em um contexto de dificuldades (com o governo Bolsonaro, a pandemia e uma série de consequências desses processos em nossas vidas), mas também de resiliência e entusiasmo, que tem envolvido a reflexão sobre o que significa sermos pesquisadoras hoje. Esse “hoje” envolve ao menos três dimensões, o contexto político, as mudanças nos ritmos e formas de organização da produção acadêmica e, por fim, a etapa em que estamos em nossas carreiras, que, claro, se confunde com o processo de vida, a “maturidade”, os filhos crescendo.

A composição entre o trabalho acumulado, já mais explorado, com o desafio de novas pesquisas é, entendo, uma característica de minha trajetória intelectual – uma inquietude que bebe do aprendizado cultivado ao longo do tempo. No momento, outro estudo que desenvolvo apresenta essa dinâmica de combinação. Nele tenho tido também a experiência de trabalhar com novas metodologias, teorias e dados, renovando os percursos de reflexão, em diálogo com redes de pesquisadores com os quais não tinha tido antes a oportunidade de dialogar. Intitulado “Political Reactions to Changing Societies” e coordenado pela cientista política Maria Victoria Murillo (University of Columbia) e pelo sociólogo Gabriel Kessler (UnSAM), o projeto de que faz parte meu estudo envolve pesquisadores com foco em

diferentes dimensões dessas mudanças e reações, como violência, imigração, questões indígenas e ambientais, educação, ativismo e relação com a democracia, radicalização política e clivagens sociais. Minha parte trata, é claro, dos conflitos em torno da agenda de gênero. O convite para fazer parte desse projeto, que foi feito em março de 2022, permitiu que eu explorasse um conjunto de problemas de que tenho tratado em minhas pesquisas. Um ponto importante é o estímulo para abordar diferentes dimensões da mudança, em perspectiva política, mas também sociológica. Trato, assim, das mudanças sociodemográficas na família, incluindo dimensões relacionadas à reprodução e à sexualidade; das mudanças nas políticas e legislação que impactam as relações de gênero e familiares, promovidas pelas reivindicações e ações de movimentos feministas, LGBTQ+ e de direitos humanos, como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e do direito ao aborto. Além dessas duas dimensões, opero também com uma terceira, que são as mudanças na cena religiosa na região, que se tornou menos católica, mais evangélica e, com variações significativas entre os países, também avançou em processos de secularização. Nesse caso, abordei as mudanças nas estratégias políticas de atores religiosos conservadores, algo de que trato no meu trabalho nos anos anteriores, mas também explorei dados de opinião do Barômetro das Américas (Lapop) para discutir o efeito das identidades e práticas religiosas nas opiniões sobre gênero e família, em particular sobre aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo. Verifiquei, com a colaboração do doutorando em Ciência Política da Universidade de Brasília, Renan Almeida, a relevância estatística do compromisso com a religião nas posições contrárias a direitos.

A primeira versão desse trabalho foi apresentada no *workshop* realizado pelos coordenadores do projeto na Universidade de Columbia, em março de 2023. A recepção foi extremamente positiva, o que fortaleceu meu entendimento de que é preciso ampliar os fenômenos considerados quando discutimos os conflitos em torno do gênero e da família. Uma segunda versão desse estudo foi apresentada no encontro da Lasa de 2023, de que participei remotamente. Por fim, trabalho agora na finalização do capítulo para publicação em um livro que está sendo produzido a partir desse projeto.

Em síntese, nesse trabalho discuto o fato de que a América Latina passou por mudanças sociais e políticas significativas nas últimas décadas, que hoje são significativas para a compreensão dos conflitos políticos e, em alguns países, das clivagens eleitorais. Mudanças nas relações de gênero e familiares estão entre elas. O acesso das mulheres à educação

aumentou consistentemente. A participação na força de trabalho também aumentou, mas em níveis inferiores aos dos homens, com desvantagens no rendimento, acesso ao trabalho formal e aposentadoria. As taxas de natalidade caíram rapidamente e a idade de casamento e paternidade aumentou. No entanto, essas mudanças são socialmente desequilibradas, produzindo experiências divergentes em termos de classe. Para ilustrar isso, a maioria dos países agora tem médias de fertilidade abaixo das taxas de reposição, enquanto a região apresenta os níveis mais altos de gravidez na adolescência. Entre os grupos com níveis mais altos de escolaridade (e renda) as experiências da conjugalidade e da maternidade se aproximam daquelas hoje predominantes no Norte Global; entre os de menor escolaridade (e renda), a configuração dos lares e a maternidade permanecem mais próximas dos padrões conhecidos na região, marcados por arranjos em que mães solo cuidam de seus filhos e pela maternidade na adolescência.

As mudanças políticas também foram significativas. Resultam de iniciativas internacionais e locais que promoveram a progressiva politização das desigualdades de gênero, discriminação sexual e violência. O ciclo de conferências sociais e de direitos humanos das Nações Unidas da década de 1990 teve impactos regionais e locais. Nacionalmente, em muitos países a transição para a democracia correspondeu a novas oportunidades para grupos feministas e de direitos humanos incluírem questões de gênero na agenda política e pressionarem por mudanças. O neoliberalismo, porém, deixou suas marcas, expandindo o âmbito privado e restringindo a cidadania e as garantias formais para setores amplos da população. Em tensão, mas também acomodando-se seletivamente à lógica privatizante neoliberal, a “virada à esquerda” na região aumentou as possibilidades de participação dos movimentos feministas e LGBTQ nas arenas estatais entre o final dos anos 1990 e a década inicial do novo século. Eles diversificaram suas estratégias para engendrar políticas e leis. Em alguns países, ampliaram alianças em torno de temas polêmicos, como o aborto. Por mais limitado e paradoxal que seja o compromisso dos governos da região com os direitos das mulheres (especialmente os direitos reprodutivos), os avanços nas leis, nas políticas e no debate público produziram um novo contexto para a política de gênero progressista e para aqueles que se opõem a ela.

Assim, os desenvolvimentos democráticos e a relevância das questões de gênero desencadearam reações. Internacionalmente, o pós-2008 viu o fortalecimento de movimentos e lideranças contestando instituições e valores liberais e democráticos. Posições

tradicionalistas conservadoras foram convocadas por regimes autoritários e nunca saíram de cena. A oposição às mudanças sociais e políticas nas relações de gênero e familiares tornou-se importante nos movimentos de direita e extrema-direita na região. Em alguns países, eles forneceram a linguagem e a justificativa para ataques abertos contra os movimentos sociais, partidos de esquerda e compromissos com as metas de direitos humanos, como mencionado antes.

Isso se dá na esteira, também, de outras mudanças. O cenário religioso na América Latina transformou-se em múltiplas direções: secularização, perda de influência do catolicismo, crescimento de igrejas evangélicas, em particular as de vertente pentecostal e neopentecostal. A religião, sabemos pela literatura existente e tenho observado na pesquisa atual e em outras nas quais trabalhei ao longo dos anos, está no centro da oposição às mudanças sociais e políticas nas relações de gênero e familiares na região. As alianças entre católicos e evangélicos são a chave para entender o ativismo antifeminista, seu papel na política de direita e extrema-direita na década de 2010 e novas clivagens eleitorais em potencial em torno de religião e gênero.

A saliência de temas como aborto, direitos sexuais e educação sexual pode, a depender do contexto, permitir avanços ou intensificar reações e retrocessos. O padrão dos conflitos em torno do gênero difere entre os países na região. A religião é uma das variáveis que impactam esse padrão. Importam os níveis de compromisso com a religião, como mencionado, mas também a intensidade e temporalidade de tendências que, embora presentes em toda a região, se apresentam em graus distintos entre os países, como a redução do percentual de católicos e o aumento de evangélicos (em particular pentecostais e neopentecostais) e daqueles que se definem como seculares. Outras variáveis que têm se mostrado relevantes são o tipo de presença dos movimentos feministas (se atuam isoladamente ou construíram alianças entre setores político-partidários e de classe distintos), a dinâmica de conflitos entre movimentos e contramovimentos (se há uma reação efetiva a perdas, se essa reação tem apoio social consistente; se, por outro lado, mesmo sem avanços significativos da política feminista e LGBTQ+, as reações se apresentam produzindo retrocessos com apoio de elites políticas locais e sustentação consistente nas opiniões majoritárias da população). Também tenho considerado em que medida as variáveis mencionadas se relacionam a novas clivagens eleitorais e em que grau os movimentos e contramovimentos têm acesso ao Estado.

No caso brasileiro, temos uma combinação específica: avanços das políticas feministas (o que inclui maior presença no debate público), reações que produzem novas clivagens, em contexto de mudança na cena religiosa, marcada pela queda na fé católica e pelo avanço pentecostal e neopentecostal. Com o governo Bolsonaro, soma-se a esses fatores o acesso do contramovimento antifeminista ao Estado, produzindo aprendizagens, oportunidades para novas alianças e direcionamento de recursos para organizações da sociedade civil alinhadas a essa perspectiva, o que mencionei a partir de minha pesquisa com Luciana Tatagiba. Em países nos quais também houve avanços, mas o perfil religioso da população é distinto e as alianças dos movimentos feministas são transversais ao espectro político e mais abrangentes em termos de classe, como a Argentina, as reações parecem encontrar menor guarida na população e produzir menos efeitos eleitorais. Um terceiro caso é o dos países nos quais os movimentos feministas são menos presentes, os avanços nas políticas feministas também, mas o ativismo contra os direitos das mulheres e LGBTQ+ tem produzido efeitos significativos e retrocessos legais. Alguns países da América Central, como a Guatemala e El Salvador, exemplificam esse caso, mas o Peru é também um exemplo dessa combinação. Uma hipótese é que organizações transnacionais contrárias a agendas feministas e LGBTQ+ tenham encontrado nesses países a oportunidade de agir “preventivamente”, com apoio de elites políticas locais para quem o custo de alinhar-se a suas posições é menor do que em países nos quais o ativismo feminista e LGBTQ+ é mais presente na sociedade e no sistema político e produziu mais resultados.

Essas observações são parte de reflexões ainda em curso. Eu as compartilho aqui porque o projeto que inicio agora, enquanto finalizo esse memorial, é de um livro autoral em inglês, no qual vou analisar os conflitos em torno de gênero e família na região, procurando compreender os padrões de conflito e diferentes tipos de reação (backlash, para utilizar o termo que permite dialogar mais diretamente com a literatura internacional). Nesse momento, interessa-me compreender melhor as características do caso brasileiro, mas também colaborar para a análise de diferentes contextos de avanços/resiliência/retrocesso nas políticas para a igualdade de gênero e a diversidade sexual na região. Penso no trabalho nesse livro como um desdobramento do que venho fazendo nos últimos dez anos, desde que comecei a estudar a reação no Brasil e a compreender seu caráter transnacional. É, também, um momento em que me permito ousar: tenho clareza da diversidade na região, mas me parece importante avançar em direção à compreensão de padrões que correspondem a

certas combinações entre as variáveis que têm se mostrado relevantes. A ideia é, assim, desenvolver uma tipologia dos padrões de *backlash* em países da América Latina, considerando de partida três contextos distintos em termos de seus efeitos e da ação dos movimentos feministas e religiosos conservadores: Argentina, Brasil e Peru.

Lista de publicações (*Quarta Etapa, Consolidação em meio à crise*)

Artigos (11):

2016 – Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. *Revista Direito e Práxis*, 7 (15), pp. 557-589.

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25164>

2018 – Violence against Women and Reactions to Gender Equality in Politics. *Politics & Gender*, vol. 14.

<https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/violence-against-women-and-reactions-to-gender-equality-in-politics/AB6B5150F6E594BEA41A3A96879CAAE>

2019 – A reação contra o gênero e a democracia. *Nueva Sociedad*, Edição anual em português, pp. 76-88.

<https://nuso.org/articulo/reacao-contra-o-genero-e-democracia/>

2020 – The Conservative Backlash against Gender in Latin America (with Mariana Caminotti). *Politics & Gender*, 16 (1); p. E1-5.

<https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/abs/conservative-backlash-against-gender-in-latin-america/14D10524793D61122478A8A391C33E22>

2020 – The Backlash against Gender Equality in Latin America: Temporality, Religious Patterns, and the Erosion of Democracy. *Latin American Studies Association Lasa Forum*, 51 (1), pp. 20-26.

<https://forum.lasaweb.org/files/vol51-issue2/Dossier1-3.pdf>

2020 – Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias (with Débora Françolin Quintela). *Política & Trabalho*, 53 (1), pp. 98-115.

<file:///Users/birol/Downloads/louporto23-dossie-05.pdf>

2021 – Activism, Justice and the Centrality of Care: Brazilian’s “mothers against police violence” movements (with Débora Françolin Quintela). *Contemporary Social Science*, 1-14.

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21582041.2021.1978533>

2021 – Estudos sobre feminismo na América Latina. *Boletim Opa*, Observatório Político Sul-

Americano (IESP-UERJ), n. 3.

http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Boletim_OPSA_2021_n3_jul_set-1.pdf

2021 – Cuidado, interdependência e pandemia. Revista Coletiva Fundaj, 29 (1); pp. 1-6.

2021 – Review of Women’s Empowerment and Disempowerment in Brazil: The Rise and Fall of President Dilma Rousseff, by Pedro dos Santos and Farida Jalalzai. Politics & Gender, 17, p. E6, 2021.

<https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/abs/womens-empowerment-and-disempowerment-in-brazil-the-rise-and-fall-of-president-dilma-rousseff-by-pedro-dos-santos-and-farida-jalalzai-philadelphia-temple-university-press-2021-214-pp-2995-paper/0EED13463111A1CA368D6DFE2EFAFF69>

2022 – Contra o gênero: a “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados brasileira. Revista Brasileira de Ciência Política, 38, 2022.

Against Gender: “Gender Ideology” in the Brazilian Chamber of Deputies.

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/7Q9vXQPDbLZHXY6CZM56XN/abstract/?lang=pt>

Livros autorais (2):

2018 – Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil, São Paulo: Boitempo Editorial.

O livro recebeu ao menos cinco resenhas acadêmicas. É o único livro de autora brasileira incluído na lista de livros teóricos feministas de impacto publicada pela Folha de S. Paulo em Março de 2020. Para uma entrevista sobre o livro, ver:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/desigualdade-de-genero-no-brasil-e-tema-de-podcast-ouca.shtml>

2020 – Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo: Boitempo Editorial (with Maria das Dores Campos Machado and Juan Marco Vaggione).

O livro recebeu ao menos cinco resenhas, uma delas publicada em inglês no International Journal of Feminist Politics (<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616742.2021.1953393>). *Entre as que foram publicadas em português está a do periódico Ex Aequo, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra* (https://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602021000200226?script=sci_arttext&pid=S0874-55602021000200226)

Livros coletivos (2):

2020 – Mulheres, Poder e Ciência Política. Campinas: Editora da Unicamp (edited with Luciana Tatagiba, Cristina Buarque de Holanda and Vanessa Oliveira)

2017 – Encruzilhadas da democracia. Porto Alegre: Zouk (edited with Luis Felipe Miguel)

Capítulos (11):

2017 – Sobre lutas, avanços e reações: feminismos e a reorganização das esquerdas. In Luis Felipe Miguel ad Flávia Biroli, ed.: *Encruzilhadas da democracia*. Porto Alegre: Zouk.
On struggles, advances, and reactions: feminisms and the reorganization of the left.

2018 – Democracia, Estado e patriarcado: disputas em torno dos direitos e das políticas de gênero (with Marlise Matos). In: Cristina B. de Hollanda et ali., ed. *A Constituição de 88 trinta anos depois*. Curitiba: Ed. da UFPR.
Democracy, state, and patriarchy: disputes over rights and gender politics.

2018 – Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: Linda Rubim et al., ed. *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: EdUFBA.
A woman has been deposed: sexism, misogyny, and political violence.

2018 – Mulheres na política, as conferências e o ciclo democrático. In: Marlise Matos et al., ed. *Expressões feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres*. Porto Alegre: Zouk.
Women in politics, public policy conferences, and the democratic cycle.

2019 – Feminism and democracy in Brazil. In: Vladimir Puzone et al., ed. *The Brazilian Left in the 21st Century*. Cham: Palgrave Macmillan.

2019 – Direitos em disputa: gênero em foco, riscos para a democracia. In: Leonardo Avritzer et ali., ed. *Pensando a Democracia, a República e o Estado de Direito no Brasil*. BH: Projeto República, UFMG.
Rights in dispute: the focus on gender and the risks to democracy.

2020 – Case Study Brazil / Fallstudie Brasilien [Women and the far-right in Brazil]. In Kim Krache et ali, ed. *Triumph of the Women?* Berlim: Friedrich Ebert Steiftung; pp. 1-16.

2020 – Ciência, política e gênero. In: Flávia Biroli et ali, ed. *Mulheres, Poder e Ciência Política*. Campinas: Editora da Unicamp; pp. 19-40.

2021 – Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da ‘defesa da família’ (with Débora F. Quintela). In: Leonardo Avritzer et ali, ed., *Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica; pp. 343-358.

2022 – Mulheres e política: violência contra as mulheres e de gênero (with Danusa Marques). In: Perissinotto, Renato et ali (eds). *Política Comparada: Teoria e Método*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022.

2023 – Gênero e raça nas eleições de 2022 (with Danusa Marques, Carlos Machado and Viviane Gonçalves). In: Leonardo Avritzer et al (eds.). *Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

PARTE 2:

Ao trabalhar na escrita desse memorial, entendi mais claramente, como mencionado, que a pesquisa e a produção científica são os eixos vertebrais da minha trajetória. Aqui, foram também os eixos para a organização do memorial. Acredito que isso tenha a ver com a maneira como percebo meu trabalho. Meu envolvimento, pensando na intensidade em termos de tempo, esforços e emoções, foi orientado sobretudo pela pesquisa. Assim, ao refletir sobre meu percurso, entendo que a dimensão do meu trabalho que predominou e teve maior impacto no meu perfil acadêmico é a da pesquisa.

Nesse sentido, e considerando que nós, na universidade, temos perfis distintos (ainda que estejamos sujeitas/os aos mesmos regimes de trabalho), eu me percebo como pesquisadora-professora, mais do que professora-pesquisadora. Isso não significa que a docência não tenha sido relevante no meu trabalho. Nem significa que o trabalho institucional e a atuação como intelectual pública tenham exigido menos esforços ou tido menor impacto no que fiz até este momento. Porém, há um eixo, o da pesquisa, a partir do qual as outras dimensões e experiências se organizaram.

É na condição de pesquisadora que preparo aulas, revejo disciplinas, dialogo com estudantes, oriento monografias, trabalhos de iniciação científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Do mesmo modo, entendo que são minhas posições como pesquisadora e o trabalho que produzi que me levaram a atuar na construção institucional e me permitiram tomar parte em debates públicos para além do espaço mais estrito da universidade. Entendo que as referências de justiça, direitos humanos e democracia que me movem, atravessando todas as atividades que tenho realizado, não tomam forma separadamente das reflexões que faço como pesquisadora, das leituras, das investigações e elaborações que estão presentes nas publicações de que tratei até o momento.

Desse modo, optei por nessa segunda parte, bem menos extensa que a primeira, abordar de maneira separada três frentes: (V) docência e orientações; (VI) atuação institucional na UnB, trabalho editorial, associações da área, agências de fomento/avaliação; e, finalmente, (VIII) a atuação pública junto às Nações Unidas e outras organizações/instituições, à qual brevemente adiciono alguns apontamentos sobre o envolvimento no debate público e a visibilidade em espaços midiáticos.

V. Docência e orientações

A docência no ensino superior tem papel fundamental no meu desenvolvimento acadêmico e atuação profissional. Isso ocorre pelo menos desde que fazia meu doutorado na Unicamp e assumi minhas primeiras disciplinas naquela universidade, como estagiária docente, e na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), onde tive meu primeiro emprego como professora universitária.

Neste item, trato mais diretamente de minha atuação como docente na Universidade de Brasília, desde meu vínculo inicial a partir de agosto de 2003, como bolsista “Recém-Doutora” do CNPq, mas principalmente depois que fui contratada por essa instituição, como docente, em setembro de 2005.

Como mencionei anteriormente, fui aprovada em concurso na área de Política Brasileira. Meu concurso equivalia muito diretamente ao conteúdo que, naquele momento, estruturava a disciplina Política Brasileira 2, obrigatória na graduação em Ciência Política e cursada, em geral, no 4º semestre do fluxo. Incluía, também, conteúdos ministrados na disciplina Pensamento Político, sobretudo o debate sobre o pensamento político da primeira metade do século XX. Essas foram as disciplinas que, juntamente com Introdução à Ciência Política e Mídia e Política, ofereci nos meus anos iniciais na UnB.

Ofereci Introdução à Ciência Política pela primeira vez ainda no segundo semestre de 2003, quando chegava à universidade. Essa disciplina fez parte de meu percurso de aproximação da graduação em Ciência Política da UnB, em um sentido que vai além do tornar-se familiarizada com a instituição. Eu chegava de uma universidade, a Unicamp, na qual a graduação era em Ciências Sociais (curso com o qual tive contato como estagiária docente) e de uma formação em História política no meu mestrado e doutorado. A disciplina me permitiu, pela primeira vez, preparar aulas sobre conceitos chave e abordagens clássicas da Ciência Política.

Minha memória principal desse início está muito relacionada ao processo de reflexão sobre a graduação em Ciência Política, em que a formação dos alunos é distinta dos cursos em que a graduação é em Ciências Sociais. O que significa essa especialização desde o início da formação acadêmica? Como concebemos a Ciência Política na UnB, mas também no Brasil? O que foi o processo de institucionalização da disciplina, no país? Essas foram questões despertadas desde o início e que me acompanhariam em atividades que, naquele momento

(2003), eu não tinha como prever, como a presidência da Associação Brasileira de Ciência Política (2018-20).

Outro ponto nessa memória do período inicial de docência na UnB é a descoberta do perfil do corpo discente, muito diverso daquele com o qual tinha tido contato ou do ambiente em que me formei como estudante. Naquele momento inicial de implementação das cotas, o curso ainda tinha a presença predominante de estudantes socioeconomicamente privilegiados, com uma presença significativa de pessoas de algum modo ligadas ao ambiente de Brasília, pelos caminhos da política, das embaixadas, das organizações internacionais ou do serviço público federal. Porém, o que mais me chamava a atenção eram os efeitos que Brasília, como capital do país, tinha sobre as informações e expectativas de estudantes de graduação e, nesse caso, também de pós-graduação. Primeiro, informações que vêm do contato mais próximo com os espaços da política institucional estavam presentes mesmo nas turmas iniciais. Segundo, nossa pós-graduação, naquele momento ainda composta apenas pelo Mestrado em Ciência Política (em que eu passaria a atuar em 2005), recebia predominantemente pessoas com trajetória no serviço público, vinculadas ao governo federal ou ao Congresso e autarquias. Eram e são ainda muito presentes assessores parlamentares, profissionais de consultorias políticas, jornalistas da mídia empresarial nacional e internacional.

A localização na capital tem efeitos diversos. O corpo discente me parecia bastante informado sobre o cotidiano da política institucional, frequentemente trazendo às discussões perspectivas “de dentro” das rotinas e práticas políticas de Brasília. Percebo, ao longo dos anos, que assumi também eu, em alguma medida, essa perspectiva da “proximidade”, já que Brasília facilita um certo tipo de rede de relações e isso impacta o olhar que se tem sobre atores e espaços institucionais, assim como traz oportunidades de diálogos e acompanhamento. Em meu percurso, foram muitos os momentos em que participei de audiências, recebi convites para participação em eventos dos três poderes, dialoguei com parlamentares e mesmo ministras/os. Esse pode ser o motor para um realismo político ambivalente. Ele pode corresponder ao acesso a subsídios para uma análise realista que não neutralize o utópico, em um sentido que poderia remeter à leitura que Antônio Gramsci faz de Nicolau Maquiavel (acompanhando o artigo de Adelina Bisignani, publicado na *Revista Outubro*, de 2021). Mas pode também alimentar o cinismo político, pautado pela normalização da política nos termos em que se organiza e pela recusa a teorias e análises

empíricas referenciadas por valores e pelo dever ser. Minha experiência em sala de aula na UnB, desde as primeiras disciplinas oferecidas, é que há sempre um tensionamento entre o realismo crítico, que se pauta pela construção democrática e por pautas igualitárias, e a reafirmação de “leis de ferro” que se anunciam como confirmadas pela observação cotidiana.

Entre as disciplinas que ofereci ao longo dos anos, esse tensionamento esteve presente, sobretudo, na de Política Brasileira 2. Quando comecei a trabalhar nessa disciplina, ela tinha uma organização histórica, iniciando-se no final do século XIX, com forte investimento nas décadas iniciais do século XX, e terminando na ditadura militar, com alguma abertura para a discussão da transição para a democracia. Juntamente com colegas do Ipol, dedicamo-nos ao longo dos anos a atualizar a disciplina e construí-la de modo que permitia trabalhar o ciclo democrático iniciado nos anos 1980, mas principalmente construindo o curso de modo que articulava o debate sobre processos políticos à análise de abordagens, conceitos e problemas. Assim, por exemplo, a literatura sobre populismo passaria a fazer parte do programa que ofereci para que fosse possível discutir o recurso a esse conceito em diferentes contextos históricos e da produção acadêmica, considerando seus potenciais e o debate crítico sobre seus limites. Também trabalhamos, e devo reconhecer que tive um papel singular nisso, para incorporar à disciplina debates sobre desigualdades econômicas, racismo e gênero. Com isso, as turmas que cursaram PB2 passaram a ter acesso a debates críticos sobre a democracia que, parece-me, reorganizam a maneira de pensar a política brasileira, de modo que pode também interpelar disciplinas do curso que tratam especificamente de instituições, políticas públicas, partidos políticos etc. Havia, claro, uma convergência com disciplinas que já traziam debates críticos, sobretudo aquelas que discutiam teorias da democracia, participação, movimentos sociais, mas também disciplinas obrigatórias como Teoria Política Contemporânea.

Foi em PB2, também, que senti mais diretamente os processos de transformação do ambiente político nacional, com seus impactos na universidade. A formação de estudantes de direita, em conexão com a atuação de organizações estadunidenses como Students for Liberty no país, teve impacto no ambiente universitário, nas manifestações e questionamentos feitos em sala de aula. Na UnB, para que se tenha uma referência cronológica e do grau em que isso se deu, a direita, numa chapa denominada “Aliança pela liberdade”, venceu as eleições para o Diretório Central para gestões entre 2011 e 2016, depois novamente em 2018. Em momentos como a eleição de 2014, os protestos de 2015 e a

campanha pelo *impeachment*, posições ostensivas de direita e manifestações alinhadas à extrema-direita se fizeram presentes na rotina da universidade e, particularmente, nas disciplinas que tratavam de política brasileira.

Entre as disciplinas optativas, as que ofereci com mais frequência na graduação em Ciência Política, ao longo dos anos, foram Mídia e Política e Gênero e Política. A disciplina Mídia e Política, que tinha bastante procura entre as/os estudantes, permitiu que organizasse um percurso que já tinha, pelo processo de pesquisa na etapa de formação que relatei aqui, agora com um enquadramento mais localizado na área de Ciência Política. O período em que ofereci com mais frequência essa disciplina foi também aquele em que publiquei o maior número de artigos sobre mídia e democracia, muitos deles em co-autoria com Luis Felipe Miguel, numa parceria que se estabeleceu também, em alguns momentos, na oferta de disciplinas que incluíam atividades coletivas de pesquisa. A publicação do livro *Caleidoscópico Convexo: Mulheres, Política e Mídia*, em co-autoria com Miguel (Unesp, 2011), beneficiou-se desse trabalho com estudantes, em que havia um deslizamento entre o ensino, disciplinas e bolsas de pesquisa. Esse foi também o período em que circulei bastante nos espaços acadêmicos da área de Mídia e Política, como autora de *papers*, expositora em mesas-redondas e coordenadora de Áreas de Trabalho dos encontros da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólítica, criada em 2006, em Salvador, em evento no qual estive presente) e do GT Mídia, política e eleições da Anpocs.

A disciplina Gênero e Política foi criada, como disciplina optativa da grade da graduação e da pós-graduação em Ciência Política, no processo em que o trabalho de pesquisa realizado por mim e por Luis Felipe Miguel repercutiu no ambiente acadêmico do Instituto de Ciência Política da UnB, gerando maior interesse entre as/os estudantes. Pelos registros que tenho, ofereci essa disciplina, já sob esse título, a partir de 2009. É nesse período que passaria a me dedicar mais sistematicamente ao estudo das teorias feministas, como mencionado na parte 1. Assim, na Etapa 3 apresentada acima, a organização das disciplinas, que eu revia a cada semestre, foi uma parte central do meu próprio aprendizado. Também percebo, observando os programas de Gênero e Política que ofereci ao longo dos anos, que a disciplina inicialmente ofertada por mim (em suas primeiras versões, em parceria com Luis Felipe Miguel) tinha maior foco na crítica feminista às relações entre público e privado, com seus muitos desdobramentos, e ao debate sobre representação política, com larga presença

de autoras do norte global, em particular estadunidenses. Na medida em que meu próprio trabalho incorporou mais diretamente os debates sobre racismo, interseccionalidades, direitos reprodutivos e sexuais, assim como os estudos produzidos na América Latina e no Brasil, os programas de curso também o fizeram. Nas disciplinas, passei a trabalhar conceitos e as disputas em torno deles e a interpelar as/os estudantes a mobilizar esses conceitos para pensar problemas situados no contexto brasileiro e analisar casos na América Latina. A ideia é que esses casos colaborem com sua compreensão da relação entre teoria e disputas políticas, mas também somem ao seu entendimento dos processos sociais e políticos relativos a gênero no Brasil e na região. Estimulo, sistematicamente, debates que exigem a mobilização de conceitos teóricos e a pesquisa empírica, algo que costuma ser interessante por permitir às/aos estudantes experiências de pesquisa e argumentação entre pares.

Diferentemente da disciplina Mídia e Política, que não oferto desde 2010, tenho ofertado a disciplina Gênero e Política com frequência, devido ao meu interesse nos debates que a compõem, mas também à forte demanda discente. Na graduação, essa disciplina tem tido turmas lotadas em semestres subsequentes. Chama a atenção que o interesse tenha se mantido e mesmo aumentado em um período no qual os estudos de gênero e os debates feministas sofreram ataques constantes, internacionalmente e no Brasil, algo que também incorporei, como tema, ao conteúdo da disciplina. Tem sido possível analisar em conjunto com as turmas, a partir de literatura pertinente, a emergência do conceito de gênero e as reações a esse conceito. Tenho tematizado, também a partir de meus estudos, de que moso essas investidas, que colocam em cheque não apenas o conceito, mas os fundamentos da agenda de igualdade de gênero, se conectam a “eventos” concretos, como as tentativas de impedir exposições e de censurar o debate sobre gênero nas escolas, que vimos no país sistematicamente a partir de 2014. Tem sido também importante levar para sala de aula questões sobre as disputas relativas a gênero nos processos políticos atuais. Tenho discutido com as turmas a literatura sobre as relações entre o *backlash* de gênero e os processos de erosão da democracia, assim como entre gênero, conservadorismo religioso e os padrões atuais de atuação da extrema-direita. Nas disciplinas de Gênero e nas de PB2, até pouco tempo ouvia das turmas que tinham, pela primeira vez, contato com a literatura sobre religião e política, que percebo ser, hoje, de grande interesse das/dos estudantes. Avalio que há um ganho importante quando os debates teórico-conceituais são feitos em conjunto com análises que permitem conhecer a emergência dos fenômenos tratados em diferentes

contextos. E nem sempre isso se dá de modo automático nos cursos e campos disciplinares, exigindo tematizar e, para recorrer ao que discuti antes a partir da teoria política feminista, *politizar*.

Assim, as disciplinas que ofertei sempre foram marcadas pelo meu movimento como pesquisadora e por uma observação atenta dos fenômenos políticos, em sua temporalidade. Além das disciplinas mencionadas, essa foi a dinâmica nos cursos de Teorias da Democracia, Teorias da Justiça e no tópico especial Democracia e Neoliberalismo, que ofereci nos últimos anos.

Algumas dessas disciplinas ofertei também na pós-graduação. É o caso de Mídia e Política, Gênero e Política, Teorias da Justiça e Democracia e Neoliberalismo. Na pós-graduação, lecionei muitas vezes, ao longo dos anos, a disciplina obrigatória Teoria e Análise da Democracia (TAP-Democracia e Sociedade), obrigatória para mestrandas/os e doutorandas/os da área de concentração Democracia e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e optativa para outras/os pós-graduandas/os. Ela foi criada quando trabalhamos na reorganização de nosso Programa, algo que entendo ter sido uma aposta correta e que é parte do processo de fortalecimento de nossa pós-graduação, de que falarei mais adiante. Fui docente da primeira oferta de TAP, tendo trabalhado desde o início na concepção do programa.

Além das disciplinas regulares, também coordenei e fui responsável por disciplinas em cursos de aperfeiçoamento e de extensão sobre Mídia e Política, Mídia, Política e Eleições e Democracia e Eleições no Brasil, realizados entre 2006 e 2010 e organizados por mim e por Luis Felipe Miguel. Neles, contamos com colegas de diversas instituições e com turmas que envolviam profissionais da gestão pública, assessores parlamentares e jornalistas, incluindo inclusive convênios com veículos da grande mídia, como *O Globo*. São cursos que nos permitiram trabalhar a partir da academia, com o objetivo de qualificar o debate em diferentes espaços da política.

Sempre lidei com a docência com a seriedade que entendo que ela requer. Meus cursos foram pensados e repensados ao longo dos anos e nunca entrei em sala de aula sem a preparação do que trabalharia com a turma. As avaliações sempre me tomaram tempo porque as vejo como parte efetiva do projeto de aprendizagem – e não como instrumento avaliativo apenas. Dediquei a atenção possível ao processo de escrita das/dos estudantes, mais recentemente com a colaboração de estagiárias/os docentes de enorme valor, como

Mayrá Lima, Débora Françolin Quintela, Raniery Parra Teixeira e Túlio Pustrelo Celini. Nesse trabalho, tenha encontrado nas/os estudantes, ao longo dos anos, uma postura predominantemente atenta e sempre respeitosa. No início de minha carreira, quando a sensação de exposição ainda era maior, o diálogo com as/os estudantes foi estimulante e assegurador, já que me indicava que o trabalho pedagógico é também o de construção de um ambiente de crítica no qual o respeito e a escuta são fundamentais. Procurei sempre pautar esse diálogo por uma ética na qual o cuidado com as/os outras/os é algo fundamental. Atribuo a isso, mas também ao ambiente de trabalho que encontrei na Universidade de Brasília, a experiência positiva e estimulante que tenho da docência.

Penso ter sido esta também a postura que tive nas orientações de graduação, mestrado e doutorado ao longo dos anos. Com elas, encontrei pessoas que se tornariam parceiras, co-autoras, com quem em muitos casos o diálogo ultrapassou o período de orientação. Tenho orgulho de ter acompanhado as trajetórias de muitas delas. Algumas das minhas primeiras orientandas de monografia são hoje colegas na Universidade de Brasília. É o caso de Layla Pedreira de Carvalho, professora do Departamento de Sociologia, e Michelle Fernandez, professora do Instituto de Ciência Política. Em 2004/2005, Layla analisou o pensamento de Oliveira Vianna, em um período em que eu trabalhava ainda com a análise do pensamento conservador como parte das estratégias para abordar o debate sobre democracia e golpe nos anos 1950 e 1960. Em 2005/2006, Michelle trabalhou no primeiro projeto de pesquisa que desenvolvi após o doutorado, sobre a cobertura da mídia à efeméride do golpe de 1964, ao longo dos anos. Orientandas de mestrado e doutorado são também, hoje, colegas em outras universidades, como no caso de Rayani Mariano, professora da Universidade Federal de Goiás; Viviane Gonçalves Freitas, professora substituta na UFMG e professora na PUC-MG; e Gustavo Teixeira, professor na Unipampa. Estão, também, construindo carreiras de Estado, como no caso de Débora Françolin Quintela, que trabalhou comigo ao longo de 12 anos, da graduação ao doutorado, e é hoje servidora na Controladoria Geral da União. Não pretendo, claro, percorrer as trajetórias das diferentes pessoas que orientei. Nesses exemplos, evoco o trabalho que fiz junto a várias pessoas, que revela também muito de minha trajetória, do trabalho acadêmico e dos vínculos que se constroem no processo de orientação. Com a referência a essas pessoas, também registro que as orientações de monografia e de iniciação científica que realizei (com bolsas do CNPq e da FAP-DF) foram parte dos projetos de pesquisa que desenvolvi ao longo dos anos. Por isso, também

participaram dos deslocamentos nas agendas e, em vários casos, seguiram comigo em novos projetos após a graduação.

As dissertações de mestrado e teses de doutorado que orientei se concentram nas áreas de mídia e eleições (com predominância dos estudos sobre agenda e enquadramentos em pleitos específicos), representação política em perspectiva de gênero e de raça (incluindo, mais recentemente, violência política de gênero), direitos reprodutivos e sexuais (em especial aborto), cuidado (em sua relação com a democracia e no ativismo político de mães), conservadorismo e reações à agenda de igualdade de gênero e à política feminista (em esforços para se compreender a emergência da reação à chamada “ideologia de gênero” no Brasil e mapear a atuação conservadora no Congresso e no governo Bolsonaro). Também orientei trabalhos nos quais outras temáticas se faziam presentes, como a disputa por terra e a hegemonia do “agro” (analisada da perspectiva da representação no Congresso e na mídia), as publicações feministas no Brasil (com um estudo da agenda dessas publicações, com foco em se e como incorporam as necessidades e interesses das mulheres negras e a problematização do racismo) e as teorias feministas marxistas (com foco no debate sobre patriarcado). Há, claro, um atravessamento entre os eixos temáticos que compõem meu trabalho também nas orientações: dissertações e teses sobre mídia, que orientei, incorporam análises de gênero; outras, voltadas para as relações de gênero, discutem agenda política e incorporam, em muitos casos, o problema da visibilidade pública, investigando a atuação dos meios de comunicação.

Das 16 dissertações de mestrado que orientei (já defendidas), cinco são sobre meios de comunicação e agenda política, tendo em dois casos também perspectivas de gênero. Sete são sobre representação política de gênero e raça, em um caso com foco em violência política de gênero. Três, mais recentes, são sobre as disputas em torno do aborto e a reação conservadora ao gênero, debruçando-se sobre a tramitação de matérias na Câmara dos Deputados. Por fim, uma delas, a de Débora Françolin Quintela, reuniu o debate sobre cuidado ao debate sobre ativismo político, analisando o ativismo de mães que perderam seus filhos assassinados pela polícia. Um dos artigos resultantes dessa dissertação foi publicado, em co-autoria, como mencionado, na revista *Contemporary Social Science*. Também publiquei artigos em co-autoria com outras/os orientandas de mestrado, nas revistas *Opinião Pública*, *Revista Brasileira de Ciência Política* e *Pagu*, entre outras.

Das oito teses de doutorado que orientei (já defendidas), uma delas, de autoria de Denise Mantovani, que havia sido também minha orientanda de mestrado, é sobre mídia, investigando especificamente as disputas em torno da agenda do aborto nas eleições de 2010. Seis são sobre temáticas de gênero (aborto, reações conservadoras e teoria política feminista) e uma sobre a bancada ruralista e as disputas pela terra. Entre elas, sem demérito algum para as demais, destaco as teses de Fernanda Mota, “Gênero, raça e classe: da desigualdade à democracia do cuidado”, defendida em 2018; de Rayani Mariano, “As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo”, defendida em 2019; e de Débora Françolin Quintela, “Um ministério da família: da transversalidade de gênero à familiarização das políticas públicas federais”, defendida em 2023. O destaque se deve à qualidade das teses, mas também ao fato de serem ex-orientandas de mestrado e de doutorado, hoje profissionais, que se tornaram parceiras constantes, com quem dialoguei sobre as pesquisas para além de seus trabalhos e com quem publiquei artigos e capítulos de livro que considero importantes na minha trajetória.

Também supervisionei estágios pós-doutorais, como o de Maria Lígia Granado Elias, com bolsa do CNPq (2019), no qual desenvolveu projeto de pesquisa sobre o tema do aborto no Superior Tribunal Federal, em particular a audiência pública sobre descriminalização do aborto realizada em agosto de 2018; e o de Mariana Rafaela Batista Silva Peixoto, professora da Universidade Federal de Uberlândia, que desenvolveu sob minha supervisão, entre 2022 e 2023, o projeto “Discurso e interseccionalidade em práticas de desinformação sobre a educação no Brasil”, investigando as estratégias discursivas dos movimentos de extrema-direita que têm atuado para limitar debates de gênero e de raça na educação.

No momento em que finalizo esse memorial, tenho sob minha orientação quatro teses de doutorado. Duas delas devem ser defendidas entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro de 2024. A primeira, de Patrícia Mourão, realiza uma análise sistemática da organização das trabalhadoras rurais e seus efeitos nas políticas públicas durante os governos do Partido dos Trabalhadores. A segunda, de Raniery Parra Teixeira, que foi meu orientando também no mestrado, trata da incorporação, no Brasil, do debate teórico sobre populismo de direita e, alternativamente, fascismo/neofascismo, buscando compreender como têm sido balizadas, teoricamente, as análises do fenômeno bolsonarista. Outras duas teses estão ainda em estágio inicial. Uma delas versa sobre as disputas em torno da família e do cuidado,

estudando os debates em torno da licença parental no Congresso brasileiro; a outra discute os ajustes fiscais e alternativas democráticas à agenda neoliberal na América Latina. Além dessas quatro teses, co-oriento outras duas junto ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Política da Universidade de Lisboa (voltada para o tema do cuidado) e junto ao Doutorado em Estudos Feministas da Universidade de Coimbra (no tema da violência política de gênero). Também estão em curso, sob minha orientação, quatro dissertações de mestrado. Duas já estão qualificadas, a de Ruhana França, que analisa a atuação da classe médica na reação às políticas sobre parto humanizado, com efeitos no Ministério da Saúde durante o governo Bolsonaro; e a de Ana Clara Pompeu, que mapeia e estuda as organizações que têm atuado nas audiências sobre aborto no STF. As outras duas, ainda em estágio mais inicial, discutem políticas públicas de cuidado e desigualdades de gênero, levando em conta a relação entre práticas informais e políticas públicas, e a atuação de mulheres de direita em Assembleias estaduais.

Como mencionado, as orientações que realizei são mais um registro dos caminhos assumidos por meus interesses e agendas de pesquisa. Mas são, principalmente, o registro de encontros e processos de aprendizagem que, em alguns casos, tornaram-se parcerias preciosas.

VI. Atuação institucional

Ao escrever o memorial, refleti sobre a escolha de incluir em um mesmo item esses diferentes tipos de atuação institucional: na gestão do Instituto de Ciência Política e coordenação do curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília, no trabalho editorial em revistas acadêmicas, na diretoria de associações acadêmicas e em processos de avaliação nas agências de fomento à pesquisa.

Da minha perspectiva, e considerando as atividades que destaco aqui, é possível colocá-las juntas neste item porque estão todas relacionadas ao perfil predominante na minha atuação institucional, voltado para a construção e fortalecimento institucional na área de Ciência Política, em particular da pós-graduação. Também está relacionado, na área e na minha universidade, aos compromissos que tenho com a agenda de Direitos Humanos. Minha ideia, neste item, não é elencar todas as posições já ocupadas, sobretudo na UnB, mas sim

destacar algumas, que penso terem sido significativas na minha trajetória e que são, também, reveladoras de contribuições que acredito ter dado à comunidade acadêmica.

Começo por minha participação, como coordenadora, em grupos de pesquisa. É uma atividade diretamente relacionada à pesquisa, mas que faz parte, entendo, da construção institucional para o fortalecimento da pesquisa e pós-graduação. Em nossa experiência no IPOL e em nosso PPG, os grupos têm sido fundamentais também na articulação entre graduação e pós-graduação, no fortalecimento de redes e na visibilidade do trabalho que realizamos.

Entre 2008 e 2018 coordenei, juntamente com Luis Felipe Miguel, o Grupo de Pesquisas sobre Democracia e Desigualdades (Demodê). O trabalho nesse grupo perpassa os relatos que fiz sobre projetos de pesquisa, orientações e mesmo a atuação docente e a edição da Revista Brasileira de Ciência Política. Fez-se sempre numa fronteira rica entre o trabalho acadêmico mais estrito e o compromisso com o enfrentamento das desigualdades que recortam e limitam a democracia o país. Por esse grupo, passaram estudantes que hoje são profissionais e professores de universidades federais, alguns depois atuando nele como colegas. Nele, aprendi muito sobre trabalho coletivo e trabalhei na coordenação de pesquisas e organização de eventos, como o Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, de que fui uma das organizadoras no ano inaugural, de 2012, e nos anos de 2014, 2016 e 2018. Os projetos desenvolvidos foram reveladores dos temas pelos quais trabalhamos a crítica à democracia, teórica e empiricamente. Estiveram, ainda, muito proximamente relacionados ao processo de mudança política no país, com deslocamentos da crítica à acomodação entre desigualdade e democracia à crítica mais direta aos processos de erosão da democracia no país.

Desde 2019, passei a coordenar, com Danusa Marques e Carlos Machado, o núcleo Flora Tristán: Representação, Conflitos e Direitos, também situado no IPOL, UnB, que criamos conjuntamente. Hoje também está conosco nesse núcleo a Profa. Layla Pedreira Carvalho. Iniciamos o grupo em um momento de deslocamento na organização dos projetos e estávamos ainda em processo de organização de sua estrutura e identidade quando iniciou-se a pandemia de Covid-19, em 2020. Nosso trabalho conjunto permitiu estabelecer novas parcerias, desenvolvendo projetos financiados pelo CNPq, Fap-DF e Observatório Nacional da Mulher na Política da Câmara dos Deputados. Temos um foco nos limites das dinâmicas institucionais e nos desafios políticos para lidar com desigualdades estruturais das sociedades

contemporâneas. A ênfase dos nossos trabalhos se dá sobre as assimetrias sociais derivadas de gênero, raça e classe no capitalismo contemporâneo. O Núcleo tem por objetivo, para além do desenvolvimento de projetos de pesquisa, a formação de quadros qualificados para a investigação social crítica, a partir de perspectivas localizadas na periferia da produção do conhecimento acadêmico. A amizade e parceria de muitos anos com Danusa, Carlos e Layla é um elemento chave deste que, penso, se tornou um novo espaço, na UnB, para a pesquisa crítica em Ciência Política. Ao mesmo tempo, dialogamos e participamos, desde 2022, a partir de convite realizado por colegas como Ela Wiecko e Lia Zanotta, do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NePeM/UnB), um dos núcleos de estudos de gênero mais antigos do país.

Dos grupos de pesquisa à atuação na gestão, penso que sempre foi mais saliente no meu perfil a atuação na pesquisa.

Na UnB, fui vice-diretora do Instituto de Ciência Política de 2011 a 2015, trabalhando sob a liderança da colega Profa. Marilde Loiola de Menezes. Esse foi um período em que aprendi muito sobre o funcionamento da universidade e, especificamente, sobre o Instituto de Ciência Política e os desafios para sua gestão. Naquele momento, desempenhei simultaneamente duas outras funções institucionais, a de coordenadora/vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e a de co-editora da Revista Brasileira de Ciência Política. Aqui cabem esclarecimentos que têm relação direta com o processo de construção institucional no Instituto de Ciência Política da UnB.

A Profa. Marilde Loiola de Menezes foi diretora do IPOL por dois mandatos, entre 2007 e 2015. Desde os anos anteriores, sob a direção da Profa. Lúcia Avelar, havíamos iniciado um trabalho coletivo voltado para o fortalecimento da pós-graduação e da pesquisa. Em 2008, nosso doutorado foi aprovado, após um processo de sucesso que envolveu, na coordenação, o Prof. Antonio Brussi e a Profa. Rebecca Abers. Entre 2010 e 2014, com o doutorado já implementado, a pós-graduação seria coordenada por mim e pelo Prof. Luis Felipe Miguel, com alternância formal na posição de coordenação, mas um trabalho efetivo de parceria durante todo o período. Inauguramos, assim, uma prática de compartilhamento da coordenação, existente ainda hoje no nosso PPG. Entendo que esse foi um momento importante na expansão da visibilidade e qualidade do nosso Programa e do trabalho feito por um grupo que é plural e muito qualificado. Dele fez parte o lançamento da Revista Brasileira de Ciência Política (RBCP), em 2009.

A RBCP foi editada por mim e por Luis Felipe Miguel entre 2009 e 2017, com o suporte fundamental dos colegas do Ipol, em especial da então diretora, Profa. Marilde Loiola. Contamos, ainda, com o trabalho impecável de secretaria de Juliana Maia, que foi também minha orientanda de mestrado. A RBCP tinha uma proposta arrojada para aquele momento, favorecendo abordagens críticas e inovadoras na Ciência Política, com dossiês temáticos que fizeram circular artigos originais e traduções. Em um momento em que os processos de edição eram menos regulados, lançar dossiês que contavam com traduções teve um papel na difusão de debates internacionais críticos. Ao mesmo tempo, a qualidade dos artigos originais publicados colaborou para fortalecer debates e mesmo subáreas de pesquisa, como as teorias feministas e antirracistas. Os temas de cada dossiê eram decididos por nós, no processo editorial, com um olhar posicionado sobre a produção científica na área, no Brasil, e comprometido com valores democráticos e de justiça social. Entre os dossiês, destaco “Teoria Política Hoje” (1, 2009), “Gênero e política” (2, 2009), “Aborto” (7, 2012), “Democracia e Desigualdades” (9, 2012), “Ações Afirmativas” (11, 2013), “Religião e Política” (14, 2014) e “Feminismo e Antirracismo” (16, 2015). Nos cerca de nove anos em que trabalhei na RBCP, aprendi mais do que seria capaz de enunciar nesse memorial sobre o trabalho editorial e sobre a Ciência Política brasileira. Entre os desafios que conheci bem nesse período estão a baixa institucionalização do trabalho editorial nas universidades, que cria dificuldades para financiar e liberar tempo de editores para dedicação a esse trabalho; os dilemas para se incorporar critérios que emergem de processos de editoração mais profissionalizados e do modo de produção e circulação do trabalho acadêmico no Norte Global. Passamos, naquele momento, pelos processos de avaliação para que a RBCP fosse incluída no Scielo, buscando indexadores reconhecidos, em um processo longo e que segue sendo feito pelas colegas que editaram a revista depois de nós. O conhecimento da Ciência Política, nesse caso, vai além da possibilidade de mapear quem produz o que, pela via dos artigos recebidos e dos bancos de dados de pareceristas que construímos. Trata-se, também, de um mergulho nas práticas informais do campo, com as expectativas e padrões de relação que perpassam o universo acadêmico, sobretudo em tempos nos quais se intensificava a pressão por publicar.

Em um paralelo com a descrição das etapas neste memorial, penso que inicio o trabalho de editora como alguém em processo de inserção institucional na área de Ciência Política. Assim, em 2008, quando a RBCP foi colocada de pé para lançamento no ano seguinte, eu me encontrava ainda em meio a um trabalho intenso para conhecer melhor esse campo,

seus cânones e a própria universidade. Deixo a editoria da RBCP, em 2017, numa posição muito distinta, no próprio campo e na Universidade de Brasília. O que talvez ilustre isso mais claramente é que nesse ano fui procurada por colegas com a proposta de que me candidatasse à presidência da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), o que de fato aconteceria em 2018.

Há, assim, dois fios que gostaria de puxar a partir do trabalho editorial que realizei nesse período.

Depois de ocupar a posição de co-editora da RBCP por cerca de nove anos, fui membro do Comitê Editorial da Revista Brasileira de Ciências Sociais, da Anpocs, sob a chefia editorial do colega Prof. Adrian Gurza Lavalle, da USP. Fui, também, editora associada da revista da *Politics & Gender*, da American Political Science Association (Apsa), uma das mais prestigiosas do mundo na área de gênero, então sob a chefia da cientista política estadunidense Mary Caputi. Sigo contribuindo para aquela revista, agora como parte de seu Conselho Editorial. Na posição de presidenta da Associação Brasileira de Ciência Política, fui também responsável pela *Brazilian Political Science Review*, editada, durante meu mandato, por Adrian Gurza Lavalle. Mais uma vez, a riqueza no aprendizado mais “técnico” veio junto com um olhar mais apurado para o campo acadêmico, em especial da Ciência Política, e para as dinâmicas institucionalizadas e desiguais de produção do conhecimento. Além disso, fiz parte do Conselho Editorial da Editora da UnB por quatro anos, de 2018 a 2021. As reuniões mensais do Conselho, realizadas sob a liderança da presidente da Editora, profa. Germana Henriques Pereira, foram um espaço de aprendizagem sobre o funcionamento e os desafios colocados às editoras universitárias.

O segundo fio que traço, também a partir de meu trabalho editorial na RBCP, leva às posições que ocupei nas associações acadêmicas. É claro que o reconhecimento que leva a essas posições não se resume ao trabalho na revista. Mas há um momento em que, parece-me, meu trabalho na revista e minhas publicações acadêmicas se tornaram simultaneamente mais visíveis. E o trabalho editorial permitiu que colegas do campo conhecessem, para além da autora e pesquisadora, minha forma de lidar com as pessoas e de pensar o campo da Ciência Política. Ocupei várias posições de coordenação de áreas, em diferentes associações (Anpocs, ABCP, Compós, Compolítica), fiz parte de comitês e comissões, além de ter ocupado cargos de diretoria.

Destaco aqui duas posições que penso terem tido mais peso na minha trajetória. A primeira é a participação na diretoria da Anpocs (2011-12), na gestão que teve como presidente Marcos Costa Lima e como secretária executiva Maria Filomena Gregori. A segunda é a eleição para presidência da ABCP (2018-20). Nos dois momentos, aprendi muito sobre as Ciências Sociais brasileiras, passando a ter um envolvimento mais direto com os debates sobre o próprio campo.

À frente da ABCP, com Fernando Guarnieri (secretário executivo) e Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), ampliamos o diálogo com colegas de todo o Brasil sobre problemas da área e projetos para fortalecê-la. Tenho orgulho de termos dado suporte a uma tendência que se iniciara na diretoria anterior, de priorizar uma perspectiva mais inclusiva e reposicionar os debates sobre desigualdades regionais, de gênero e de raça na Associação e na Ciência Política brasileira. Atuamos de maneira a fortalecer a comunidade, por meio da construção de canais institucionais e de projetos com o foco na redução das desigualdades. Criamos o Comitê de Gênero, Raça e Diversidade, para enfrentamento das desigualdades na própria associação, avançando na revisão de regras para nossos eventos, para garantir mais diversidade regional, de gênero e de raça.

Um dos pontos altos desse trabalho foi o projeto Mulheres na Ciência Política, que envolveu a realização de entrevistas com mulheres de diferentes gerações e regiões do país, atuantes na pesquisa, no ensino e na construção institucional. Por meio das entrevistas, realizadas por colegas que se dispuseram a trabalhar conosco nesse projeto – todas elas com laços profissionais e afetivos com as entrevistadas –, essa iniciativa resultou em um rico material que registra a história da Ciência Política brasileira do prisma das mulheres. Um de seus resultados foi o livro *Mulheres, Poder e Ciência Política*, que organizei com as colegas Luciana Tatagiba, Cristina Buarque de Almeida, Carla Almeida e Vanessa Elias Oliveira, publicado pela Editora da Unicamp em 2020.

Outro projeto que penso que merece destaque é a pesquisa “O impacto da pandemia nas rotinas de trabalho acadêmico nas Ciências Sociais”. Entre junho a julho de 2020, a ABCP realizou, em parceria com Anpocs, ABA, ABRI e SBS, um survey que teve como objetivo ampliar o conhecimento do impacto da pandemia de Covid-19 nas rotinas de trabalho de docentes, discentes, pesquisadoras/es e profissionais da área. Ele foi a base para publicações nas redes das associações, debates e artigos acadêmicos em revistas nacionais e internacionais, sendo seguido por novas rodadas de pesquisa nos anos posteriores. Nesse

trabalho, contei com a colaboração imprescindível de Márcia Rangel Cândido, que também se tornaria uma amiga e parceria valiosa.

Em agosto de 2018, quando fui eleita para a presidência, o processo de regressão democrática se acelerava no Brasil. Pouco depois, a extrema-direita seria eleita para a presidência, acentuando os ataques ao trabalho acadêmico, na forma do desfinanciamento e da hostilidade aberta. Presidir uma associação acadêmica nesse contexto demandava responsabilidade e energia para além do que se requer em tempos regulares. Por isso, tive a iniciativa de propor o estreitamento das relações com outras associações da área. O principal resultado foi o A4 – Ciências Sociais Articuladas, que reuniu ABCP, Anpocs, ABA e SBS. Na época que presidi a ABCP, essas associações tinham à frente Miriam Grossi, Maria Filomena Gregori e Jacob Lima. Nessa união de forças, que tenho orgulho que tenha permanecido para além dos nossos mandatos, conseguimos estabelecer parcerias com o Ministério Público para denúncias de perseguição acadêmica e medidas para proteção da comunidade. Com o suporte da Fundação Ford, desenvolvemos projetos com foco na liberdade acadêmica e no enfrentamento das desigualdades. Por esses projetos e expandindo diálogos, conseguimos dar mais visibilidade para os problemas das Ciências Sociais na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e na Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Na ABCP e no A4, em um contexto de enormes desafios, tive experiências que combinam o trabalho acadêmico, o trabalho de fortalecimento institucional, o trabalho de defesa da democracia e as redes afetivas que permitem que se possa *construir em conjunto*. Como se sabe, a pandemia de Covid-19 impactou profundamente nosso trabalho na gestão das associações, impedindo a realização de encontros presenciais que já estavam em andamento. No caso da ABCP, o encontro, que teria acontecido em João Pessoa (PB), em agosto de 2020, foi realizado online em setembro do mesmo ano, quando esse formato ainda era relativamente novo para a comunidade acadêmica. Considerando os dados dos encontros da nossa associação a partir de 2014, o de 2020 obteve o maior número de propostas de trabalho e de inscrições em sua história. Apesar da necessidade de mudança para o formato online, foi, de todos os encontros realizados pela Associação, o encontro com maior número de pesquisadores/as apresentando trabalhos nas Áreas Temáticas (732). Menciono esses dados pelo desafio que o trabalho de realização do encontro envolveu e pelo sucesso que tivemos em manter a comunidade motivada, em um contexto que tragicamente reuniu bolsonarismo e pandemia.

Das redes de trabalho e afeto que se estreitaram quando estive na presidência da ABCP, gostaria de destacar a parceria que se estabeleceu, a partir de 2018, com Luciana Tatagiba, professora da Unicamp, que passaria a ter um lugar especial na minha trajetória, como parceira de construção política, acadêmica e amiga. Também destaco a amizade e colaboração então iniciada com Vanessa Elias Oliveira, hoje presidenta da ABCP. A partir de uma ideia de Vanessa, juntas acionaríamos outras colegas para reuniões que deram início à [Rede Brasileira de Mulheres Cientistas \(RBMC\)](#), motivada pelo enfrentamento à má gestão da pandemia e à erosão da democracia no país. Nossa Carta de Lançamento, em março de 2021, rapidamente produziu a adesão de mais de 3 mil mulheres cientistas. Ela expunha o inaceitável da condução política da pandemia, as perdas e as urgências para se reagir à desconstrução da democracia e ao desprezo pela vida. [O texto que publicamos no Nexo em junho de 2021, “Mulheres, Ciência e Pandemia”, conta um pouco dessa história.](#) A RBMC passou a emitir Notas Técnicas, citadas na CPI da Covid, e textos analíticos publicados em veículos de imprensa, como *Folha de S. Paulo* e *Nexo*. Também organizamos, sob minha coordenação, um ciclo de debates sobre as eleições de 2022, com foco nos problemas que atingem as mulheres. O ciclo foi transmitido pelas redes da RBMC e contou com o apoio da *Folha de S. Paulo* para a publicação de artigos sobre os temas debatidos, a cada evento realizado. Em todas as iniciativas, prezamos pela interdisciplinaridade e pela diversidade regional e de raça, que têm sido parte das nossas reflexões e da riqueza dessa rede de mulheres cientistas. O trabalho segue até os dias de hoje, com vários projetos em andamento. Pelas pressões das rotinas de trabalho e pela necessidade de se estimular o envolvimento de outras pessoas, Luciana, Vanessa e eu passamos, no final de 2022, da posição mais diretamente executiva à de membros do Grupo Consultivo.

Esse é um gancho para que eu possa também registrar minha indicação pelo Ipol, acolhida pelo Conselho Superior da Universidade (Consuni), para a Câmara de Direitos Humanos da UnB, criada em 2022, com mandato de dois anos. A participação na CDH se relaciona ao trabalho que tenho feito e é, também, o reconhecimento de que minha trajetória, como pesquisadora e nos esforços de construção institucional, tem demonstrado um compromisso sistemático com os direitos humanos e a democracia, com ênfase no enfrentamento de desigualdades e violências.

Nesse ponto, de reconhecimento por parte da UnB do trabalho que tenho feito, tocou-me bastante o convite da reitoria para ser a [palestrante do Inspira UnB](#) que abriu o primeiro

semestre letivo de 2022. Trata-se de um evento voltado para toda a comunidade acadêmica, que marca, a cada semestre letivo, o compromisso da UnB com o diálogo, agendas socialmente relevantes e a excelência na pesquisa, contando com pesquisadoras/es e figuras públicas de destaque (no primeiro semestre de 2023, foi proferido pelo Ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida). Ter sido convidada pela reitoria, na pessoa da reitora Márcia Abrahão, para proferir o primeiro Inspira UnB presencial após a pandemia foi uma honra e uma emoção.

Seria difícil elencar os muitos momentos em que senti ter, na Universidade de Brasília, o suporte institucional necessário à trajetória que aqui relato. Sou muito grata a essa instituição e aos colegas com quem tenho convivido. Sabemos que a pesquisa e a construção institucional nas áreas de que somos parte não se fazem individualmente.

Outro trabalho que devo citar, ainda que brevemente, dada sua natureza, é o de consultora e parte de comissões de avaliação nas nossas agências. No CNPq, além da emissão de pareceres ao longo dos anos, trabalhei no julgamento de prêmios como o [“Construindo a Igualdade de Gênero”](#), lançado em 2005 e que teve edições seguidas até a crise política se acentuar, em 2015. Na Capes, além de pareceres e do trabalho que fazemos quando nos dedicamos à coordenação de nossos programas de pós-graduação, fui consultora no processo final de avaliação quadrienal dos Programas de Pós-Graduação da área de Ciência Política e Relações Internacionais em 2022, sob a coordenação de área de Luiz Manuel Fernandes e Adriano Codato.

VII. Atuação pública

Neste item, trato da minha atuação pública junto a organizações internacionais (mais especificamente no âmbito das Nações Unidas) e junto às instituições políticas, em especial Câmara dos Deputados e Tribunal Superior Eleitoral. Também detalho minha participação na criação e atuação posterior na Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC). Esses envolvimento, assim como meu engajamento no debate público e a visibilidade midiática do meu trabalho, de que trato aqui, são vinculados às minhas agendas de pesquisa, como se verá.

Em 2016, aceitei o convite da ONU Mulheres Brasil para propor minha candidatura ao processo de seleção para membro do Grupo de Assessoras da Sociedade Civil (GASC). Fui selecionada e fui membro do GASC entre 2016 e 2020. Foi uma experiência interessante, que me permitiu conhecer mais sobre o funcionamento da ONU Mulheres, o processo de construção de agendas e os desafios para a implementação da Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), proposta em 2015. O GASC conta com a participação de acadêmicas (duas apenas, a cada mandato; neste eu e Maria José Rosado Nunes) e é, em sua maioria, formado por lideranças de movimentos feministas e antirracistas com diferentes perfis e agendas. Foi uma oportunidade de contato com debates e pessoas que foram preciosas para minha compreensão das dinâmicas do ativismo feminista no país, como lideranças das trabalhadoras domésticas, indígenas e de trabalhadoras do sexo, entre outras. Tudo isso se deu justamente no processo de escalada da crise política, que discutimos nas reuniões realizadas, para as quais contribuí, a pedido da então representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, com análises de conjuntura.

Desde então, mantenho diálogo e parcerias com a ONU Mulheres Brasil, que se expandiram para envolver também o escritório central da ONU Mulheres em Nova York, a partir de um convite feito por Constanza Tabbush, em 2019, para compor um grupo de especialistas que trabalhou em um balanço dos 25 anos da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, a Conferência de Pequim (1995). Também tenho sido convidada para realizar análises de conjuntura política para outras agências do sistema ONU.

Um dos temas dessas colaborações tem sido o enfrentamento da sub-representação das mulheres no Brasil. Na Parte 1, mencionei que, ao longo dos anos, realizei, coordenei e orientei pesquisas sobre esse tema, embora não seja um tema que me mobiliza muito intelectualmente. Mantive esse trabalho e a inserção no debate público nessa agenda pela compreensão que tenho da relevância política de se expandir e qualificar a democracia numa perspectiva de gênero e raça. Entendo que essa foi também a motivação para minhas colaborações com a ONU nessa agenda.

A partir de 2016, colaborei com o projeto “Por um país- 50-50”, parte da iniciativa “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”. O projeto envolveu diálogo com atores políticos e institucionais, entre os quais o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Também envolveu esforços para ampliar a visibilidade do tema na mídia, exemplificados pelo artigo [“Por um país 50-50”](#), publicado na *Folha de S. Paulo* em 16 de janeiro de 2017, escrito

por mim com Nadine Gassman, então diretora da ONU Mulheres Brasil, e a ministra do TSE Luciana Lossio.

Em 2018 realizei, juntamente com minha colega do Instituto de Ciência Política da UnB Danusa Marques, a consultoria de pesquisa [“Atenea: Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe”](#), iniciativa da ONU Mulheres e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), conjuntamente com o International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA). A pesquisa seguiu metodologia desenvolvida pelo IDEA para comparação entre países da região, analisando marcos constitucionais e legais, o exercício do direito ao sufrágio, a existência e efetividade de legislação de cotas ou de paridade, a presença de mulheres em cargos no Poder Executivo e na administração pública, a presença de mulheres no Poder Legislativo (Câmara e Senado), a presença de mulheres no Poder Judiciário, o compromisso dos partidos políticos com a paridade e, ainda, a presença de mulheres nos governos locais. Considerando-se o Índice de Paridade construído para a pesquisa, as evidências nos levaram à conclusão de que o Brasil é um caso de *baixo* avanço no exercício igualitário dos direitos políticos das mulheres, ainda que existam variações entre as dimensões e internamente a elas. Os dados também evidenciaram que, à histórica insuficiência da democracia brasileira na garantia ao exercício igualitário dos direitos políticos das mulheres, somam-se retrocessos recentes em dimensões que haviam antes se beneficiado de esforços para a inclusão de uma perspectiva de gênero, sobretudo no âmbito do Poder Executivo.

Em 2021, diante dos riscos de retrocesso na legislação de cotas eleitorais para mulheres, construí uma parceria entre o IPOL-UnB e a ONU Mulheres Brasil para o evento [“Participação política das mulheres e cotas no Brasil”](#), realizado nos dias 22, 23, 24 e 25 de março, com o apoio e [divulgação do jornal Folha de S. Paulo](#). O evento foi composto por quatro painéis com debate sobre as cotas eleitorais para mulheres e os desafios para a igualdade de gênero e raça e uma oficina dirigida a jornalistas. Participaram pesquisadoras de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, além de profissionais da ONU Mulheres, com a mediação de jornalistas da *Folha de S. Paulo*.

O segundo tema mais frequente nas minhas colaborações com a ONU é o das reações conservadoras às agendas de direitos humanos, em particular à agenda de igualdade de gênero e diversidade sexual, abordando seus impactos para as democracias.

Nessa agenda, fui, a convite do escritório central da ONU Mulheres, em Nova York, membro do Grupo internacional de Especialistas (Expert Group) que preparou o [Relatório da 64ª Comissão on the Status of Women \(CSW\)](#), em 2019. A CSW foi criada pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas e é, nela, a principal instância para a promoção da igualdade de gênero. O título do Relatório é “Beijing +25: Current context, emerging issues and prospects for gender equality and women’s rights”. Para a reunião ocorrida em setembro de 2019, passo inicial para a preparação do Relatório, produzi e apresentei o estudo “The crisis of democracy and the backlash against gender”, já mencionado neste memorial.

No ano seguinte, em 2020, eu seria novamente convidada a participar do Grupo internacional de Especialistas (Expert Group), agora para preparação do [Relatório da 65ª CSW](#), no ano de 2020. Desta vez, além de produzir o estudo “Violence against women in politics and public life, democratic backsliding, and far-right politics” e participar da reunião como membro, fui também co-chair do Grupo, o que significa que tive, juntamente com a colega espanhola Emilia Sáiz, secretária-geral da United Cities and Local Governments (UCLG), a responsabilidade de produzir o Relatório a partir dos debates e desenvolvimentos do trabalho coletivo. Produzimos o relatório a partir dos inputs das colegas que trabalharam no grupo de especialistas, em uma dinâmica que envolveu, posteriormente, a aprovação pelo mesmo grupo, que incluía especialistas como Pippa Norris, Laurel Weldon, Mona Lena Krook, Shireem Hassim, entre outras.

Em 2021, fui mais uma vez convidada para uma reunião de grupo de especialistas pela ONU Mulheres de Nova York, desta vez sem vínculo direto com a CSW, mas como parte do processo de construção de conhecimento e estratégias diante da pandemia de Covid-19. O título da Expert Group Meeting, realizada online no dia 15 de março de 2021, foi “Advancing feminist policies in the wake of COVID-19”. O painel de que participei tinha como título “Understanding the dynamics of policy change under different conditions”. Com uma colega indiana, discutimos o que caracterizava a resposta “under restrictive conditions”, em termos de democracia e de compromisso com a igualdade de gênero.

Ainda em 2021, iniciaria uma nova parceria com a ONU Mulheres Brasil, para a realização da pesquisa “Oposição à igualdade de gênero e raça e sua influência nas políticas de Estado no Brasil”, em conjunto com Luciana Tatagiba. O objetivo da pesquisa foi mapear atores e políticas contrárias à igualdade de gênero e à diversidade sexual no governo da

extrema-direita, com atenção às suas estratégias e vínculos na sociedade civil. A pesquisa, já mencionada na Parte 1 (item IV) deste memorial, teria uma segunda etapa, em curso quando finalizo este memorial. Nela, estamos realizando entrevistas com lideranças de movimentos feministas e antirracistas com o objetivo de compreender suas leituras do processo político pelo qual o Brasil passou a partir da década de 2010, assim como as estratégias desenvolvidas diante dos limites a suas agendas e da hostilidade ampliada após o ano de 2016. Fiz menção a essa pesquisa quando mencionei meu interesse por novas aprendizagens. Aqui, vale destacar a relação sempre muito próxima entre os trabalhos que tenho realizado no âmbito das Nações Unidas e meu trabalho acadêmico. É como pesquisadora que tenho sido convidada para essas atividades; ao mesmo tempo, a partir delas, tenho tido oportunidades de qualificar meu trabalho de pesquisa e ampliar as redes internacionais de diálogo e parceria.

Ainda nas Nações Unidas, também gostaria de mencionar minha participação, como palestrante, em eventos que têm como objetivo ampliar a compreensão da conjuntura política para orientação dos planos estratégicos das agências. Em 14 de março de 2019, realizei a análise de conjuntura para o evento de orientação estratégica (retiro estratégico) que reunia os chefes de todas as agências da ONU no Brasil. O título de minha fala foi “Brasil: a erosão de uma democracia precária”. Em março de 2023, fui Keynote Speaker da reunião regional do United Nations Population Fund (UNPFA) para a América Latina e o Caribe, que contou com trinta líderes das agências da UNPFA na região. A sessão de abertura, para a qual fui convidada, tinha como título “Understanding the socio-economic and political landscape of Latin America and the Caribbean”.

Partindo agora para outras ações, já não mais no âmbito da ONU, volto aos esforços políticos que tenho feito para colaborar com o enfrentamento à sub-representação aguda das mulheres no Brasil. Nesse sentido, colaborei, em diversos momentos, com iniciativas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Secretaria e da Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Em 2019, como presidenta da ABCP, atuei juntamente com o Instituto dos Advogados Brasileiros e a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados na recomendação, com base no Relatório da Missão da OEA nas eleições de 2018, para que fosse criada uma Unidade de Políticas de Gênero no Tribunal Superior Eleitoral. A recomendação foi acolhida pela então presidenta do TSE, ministra Rosa Weber, que em outubro do mesmo ano de 2019 criaria a

Comissão Gestora de Política de Gênero (TSE Mulheres). A convite da ministra, participei da cerimônia de lançamento, em que falei como pesquisadora e presidenta da ABCP.

Também fiz palestras individuais e participei de painéis, como palestrante, no TSE em diferentes momentos nos anos recentes, como o [“Hora da Atualização”](#), em 26 de abril de 2019, a convite do ministro Luiz Edson Fachin; o encontro de abertura do [“Mulheres Debatem”](#), a convite do ministro Luís Roberto Barroso; e o Seminário “Participa Mulher: Por uma Cidadania Plena”, em que proferi a [palestra de encerramento](#), em 26 de abril de 2022, a convite dos ministros Luiz Edson Fachin e Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro.

Estando em Brasília e com trajetória nos estudos de gênero, também fui muitas vezes convidada para eventos públicos no Congresso Nacional. Aqui, resgato apenas alguns deles. No Senado, participei como palestrante de evento da Procuradoria da Mulher, em 17 de novembro de 2016, em um dos muitos momentos em que eram pautados os problemas das políticas de cotas eleitorais no país e as alternativas para se avançar em garantias para a participação feminina. Por iniciativa conjunta da Procuradoria da Mulher na Câmara e no Senado, fui convidada a [discutir a violência política de gênero, em 7 de agosto de 2018](#), quando iniciava-se a discussão sobre marcos legais para combatê-la. No dia 13 de março de 2019, discutimos os [ataques à política de cotas](#), na vigência da decisão do STF e resolução do TSE de 2018 referentes ao financiamento e tempo de propaganda para as candidatas. Esse evento, em comemoração ao dia das mulheres, foi meu primeiro contato com o conjunto das deputadas eleitas em um processo de profunda crise política no país, que me permitiu perceber pela primeira vez os perfis e estratégias das parlamentares mulheres de extrema-direita, ligadas ao bolsonarismo. Ali entendi muito claramente que havia uma diferença importante entre a direita que conhecíamos e a extrema-direita, com manifestações (e linguagem) bastante distintas em relação ao tema da participação política das mulheres e à igualdade de gênero. A oportunidade de dialogar com parlamentares, nesses anos em Brasília, criou oportunidades eventuais de incidir nas reflexões sobre desigualdades de gênero naquele espaço e, principalmente, me deu janelas privilegiadas para entender debates e conflitos em curso.

A parceria mais importante no caso do Legislativo, no entanto, se estabeleceu com a criação do Observatório Nacional da Mulher na Política (ONMP), mencionado brevemente na Parte 1 do memorial. O Observatório foi criado em 2021, com o objetivo de investigar, produzir, agregar e disseminar conhecimento acerca da atuação política das

mulheres no Brasil. Fui, desde o início, convidada para integrá-lo como pesquisadora sênior, numa frente voltada especificamente para a agenda da violência política de gênero. A coordenação do observatório pelos servidores Gerson Scheidweiler e depois Ana Cláudia Oliveira priorizou o diálogo com a academia e com a sociedade civil, abrindo espaço para que apoiasse a pesquisa por meio de emendas parlamentares de deputadas federais da bancada feminina. Isso abriu a oportunidade de realizarmos o projeto, já mencionado, “Gênero e Raça nas Eleições de 2022”, coordenado por mim e desenvolvido no âmbito da Universidade de Brasília, com a participação de colegas dessa universidade, mas também da UFMG, UERJ, UFBA, FGV-RJ e Instituto Alziras, entre outros. O suporte do ONMP permitiu que, além das pesquisadoras principais, pudéssemos também apoiar bolsistas que trabalharam na pesquisa, mapeando e analisando dados de candidaturas, investigando o perfil das eleitas e o modo como incidiram, nas candidaturas e chances de sucesso eleitoral, o financiamento das candidaturas de mulheres e seu acesso ao horário gratuito de propaganda dos partidos. A equipe esteve atenta à atuação dos partidos diante da legislação vigente a partir das decisões do Tribunal Superior Eleitoral de 2018, que alinha financiamento por meio do fundo eleitoral partidário e acesso à propaganda ao mínimo de 30% previsto na lei de cotas desde 1997, e de 2020, que determina correspondência entre candidaturas negras, seu financiamento e acesso à propaganda. Produzimos relatórios técnicos especializados, [publicados pelo Observatório em sua página no site da Câmara dos Deputados](#), e mais de uma dezena de artigos de análise conjuntural, que foram publicados nos principais veículos da imprensa nacional. Vale observar que o trabalho de veiculação dessas análises na imprensa foi realizado numa entre esse projeto e o Observatório das Eleições, coordenado por Leonardo Avritzer no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia “Democracia e democratização da Comunicação”. Trabalhei, pessoalmente, com a equipe desse observatório, a convite de Leonardo Avritzer, nas eleições de 2020 e 2022, juntamente com colegas de diferentes instituições do país. O diálogo com esse grupo, nessas iniciativas, foi fundamental para atravessar esses períodos eleitorais, marcados pelo avanço da extrema-direita e, no caso de 2020, pela pandemia de Covid-19. Dele fizeram parte, entre outros, Fabiano Santos, Oswaldo Amaral, Luciana Santana, Carlos Ranulfo, Helena Vieira. E não poderia deixar de mencionar que Leonardo se tornaria também um colega e amigo a quem respeito muito e com quem pude conversar sobre os desafios dos últimos anos, mais um ganho precioso a partir do trabalho desenvolvido no campo acadêmico e acadêmico-institucional.

Esse é, por fim, um gancho para tratar da visibilidade do meu trabalho nos meios de comunicação. Entendo que há algumas faces nessa interação com a mídia. Uma delas é a visibilidade do nosso próprio trabalho, das nossas universidades e da área de Ciência Política, que pode nos trazer maior legitimidade social. A segunda diz respeito à colaboração possível com o debate público, sobretudo em tempos de crise. Nos anos recentes me dei conta da relevância de uma terceira, que é uma espécie de pedagogia acadêmica, mas também política, que se estabelece no diálogo com jornalistas, apostando na qualificação do trabalho que fazem. Muitas vezes dediquei tempo a esclarecer e informar discussões sobre cotas, direitos reprodutivos, direitos sexuais, cuidado, entre outros temas. Assim, levo em conta os desafios nessas três faces, dentro de um balizamento acadêmico claro e de um compromisso político e ético com a democracia e a justiça social. Tenho critérios no diálogo com jornalistas, que enuncio para aceitar ou recusar entrevistas. Eles combinam relevância pública e política da matéria com meu conhecimento específico sobre o tema. Mas também entendi, ao longo dos anos, que é mais comum que mulheres sejam entrevistadas sobre temas específicos e evitem falar sobre os processos políticos mais amplos (crises, tentativas de golpe, perspectivas sobre políticas de Estado no campo da economia), enquanto os homens são mais convocados a análises conjunturais. O risco é que, sendo cuidadosas e criteriosas, possamos reforçar a ideia de que não caberia às mulheres fazer análises políticas mais amplas, informadas pelo seu trabalho e pela sua capacidade de compreensão do mundo e das disputas políticas em contextos específicos. Esse é um debate que temos feito na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), ainda que às vezes de modo informal, e, mais abertamente, na Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC). Assim, se a exposição midiática não é algo que me atraia particularmente, algo que minha ausência de atuação nas redes sociais atesta, por outro lado me parece importante pesar relevância pública e a importância de que nosso trabalho e nossa capacidade analítica sejam reconhecidos para além dos circuitos mais estritos da academia.

Abaixo, destaco algumas entrevistas que foram feitas comigo para publicação em veículos de mídia (sem mencionar as entrevistas para reportagens, que não teria condições de elencar, nem seria, penso, de grande interesse para o memorial), veículos de divulgação científica e revistas acadêmicas. Também elenco alguns artigos publicados na mídia. Optei pelos mais recentes e que podem corresponder a chaves para a compreensão do tipo de visibilidade assumida pelo meu trabalho. Mas devo também mencionar os artigos, vídeos e

debates veiculados pela editora Boitempo, por meio de seu blog, em que tenho uma [coluna](#), assim como suas redes e canal no youtube, já que eles colaboraram em vários momentos para divulgar minhas análises, intervenções em debates conjunturais e, principalmente, meus livros. Alguns deles, [como o vídeo apresentando a discussão sobre divisão sexual do trabalho](#), com o objetivo de divulgar meu livro *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*, têm cerca de 36 mil visualizações, contribuindo também para a expansão dessas agendas e do pensamento crítico. A relação estabelecida, ao longo dos anos, com uma editora como a Boitempo, é também algo a ser destacado, pelo respeito que tenho recebido da editora, pelo cuidadoso trabalho editorial e pela consciência que têm da relevância da divulgação do trabalho acadêmico, com respeito às autoras/es e ao público.

Artigos e entrevistas na mídia, recentes e selecionados:

2023 – “Legítima ou excessiva: a influência de Janja no governo”. Podcast do Estadão. Entrevista com Flávia Biroli. Disponível em <https://www.estadao.com.br/brasil/estadao-podcasts/legitima-ou-excessiva-a-influencia-de-janja-no-governo/>

2022 – “Voto decisivo das mulheres”. Brasil de Fato Canal de Youtube/TVT. Entrevista com Flávia Biroli. Voto disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nmKNbFFk6ks>

2022 – “A reação antigênero”. Entrevista com Flávia Biroli feita pelo cientista político Cláudio Couto, Podcast/Canal de Youtube “Fora da política não há salvação. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xhNggKg-8UQ>

2022 – “O voto feminino pode influenciar as eleições?”. Entrevista com Flávia Biroli, Podcast/Canal de Youtube Poder360 PoderDataCast. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iwXfruOvIEc>

2021 – “Proposta da Câmara é retrocesso nas regras para inclusão de mulheres na política, dizem especialistas”. Entrevista com Flávia Biroli e Luciana Lossio, ex-ministra do TSE. *Folha de S. Paulo*, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/proposta-da-camara-e-retrocesso-nas-regras-para-inclusao-de-mulheres-na-politica-dizem-especialistas.shtml>

2021 – “Gênero e política: igualdade de gênero e diversidade sexual na crise da democracia”. Entrevista com Flávia Biroli. Fiocruz, Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (Reciis). Disponível em <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2447/2459> e <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2447>

2021 – “Num estado de crise em tempos pandêmicos, mulheres são as principais vítimas”. Entrevista Especial com Flávia Biroli. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/608980-num-estado-de-criSES-em-tempos-pandemicos-mulheres-sao-as-principais-vitimas-entrevista-especial-com-fla-via-biroli>

2020 – “Violência política atinge mulheres para limitar participação, diz pesquisadora”. *Folha de S. Paulo*, Entrevista com Flávia Biroli, entrevista da 2a feira/página inteira. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/violencia-politica-atinge-mulheres-para-limitar-participacao-diz-pesquisadora.shtml>

2020 – “Vitória da direita tradicional pode dar novo corpo ao bolsonarismo, avalia cientista política”. Agência Pública. <https://apublica.org/2020/12/vitoria-da-direita-tradicional-pode-dar-novo-corpo-ao-bolsonarismo-avalia-cientista-politica/>

2020 – Le Monde Diplomatique Brasil, Podcast Guilhotina #83, com Flávia Biroli. Sobre erosão da democracia, gênero e neoconservadorismo. Disponível em <https://diplomatique.org.br/guilhotina-83-flavia-biroli/>

2020 – “O anoitecer feminista da pandemia no Brasil”. Entrevista com Flávia Biroli. Revista Inter-Legere, vol. 3, n. 28. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/22555>

2019 – “Gênero, militância feminista e conservadorismo na América Latina” Entrevista com Flávia Biroli, Flavia Freidenberg e Verónica Gago. Revista Novos Rumos Sociológicos. Disponível em português e espanhol em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/17037>

2018 – “Desigualdade de gênero no Brasil é tema de podcast”. Ilustríssima podcast convida Flávia Biroli. Folha de S. Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/desigualdade-de-genero-no-brasil-e-tema-de-podcast-ouca.shtml>

2023 – Artigo: “Overcoming the backlash against gender equality in Brazil” (com Luciana Tatagiba). Blog *The Loop*, do European Consortium for Political Research (ECPR). Acessível em <https://theloop.ecpr.eu/overcoming-the-bolsonaro-backlash-against-gender-equality-in-brazil/>

2022 – Artigo: “Questões de gênero no debate eleitoral: o que mudou”. *O Globo*, Pulso. Disponível em <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/08/artigo-questoes-de-genero-no-debate-eleitoral-o-que-mudou.ghtml>

2021 – Artigo: “Brasil: Reveses, muerte y precariedad”. *Clarín* (Argentina). Disponível em https://www.clarin.com/opinion/brasil-reveses-muerte-precariedad_0_-ITlv1Cye.html

2021 – Artigo: “Morte e violência em debate”. *Folha de S. Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/02/morte-e-violencia-como-debate.shtml>

2021 – Artigo: “Mulheres, ciência e pandemia” (com Luciana Tatagiba e Vanessa Oliveira). *Nexo Políticas Públicas*. Disponível em <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/Mulheres-ci%C3%Aancia-e-pandemia>

2020 – Artigo: “Gênero sob ataque e a erosão da democracia”. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Available in Portuguese at <https://diplomatie.org.br/genero-sob-ataque-e-a-erosao-da-democracia/>

2020 – Artigo: “La tragedia brasileña”. *Clarín* (Argentina). Disponível em https://www.clarin.com/opinion/tragedia-brasilena_0ImoVFwRq-.html

2020 – Artigo: “Novo coronavírus, responsabilidade e precariedade”. *Folha de S. Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/04/novo-coronavirus-responsabilidade-e-precariedade.shtml>

2019 – Artigo: “Políticas para mulheres”, número Bolsonaro, 100 dias. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em <https://diplomatie.org.br/as-mulheres-bolsonaro-100-dias/>

2018 – Artigo: “Por um país 50-50 For a 50-50” (com Luciana Lóssio e Nadine Gasman). *Folha de S. Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/01/1849860-por-um-pais-50-50.shtml>

2018 – Artigo: “De onde vieram essas mulheres?” *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em <https://diplomatie.org.br/de-onde-surgiram-essas-mulheres/>

Considerações finais

Finalizo esse memorial rendendo-me ao que pode parecer um clichê, mas não poderia deixar de registrar. Sinto-me muito grata pela trajetória que tenho e por ter encontrado as condições e oportunidade para trabalhar em atividades e temas com os quais me identifico profundamente.

Ao escrever o memorial, senti em muitos momentos a emoção de um relato autobiográfico, que não estou acostumada a fazer. Mas essa trajetória individual é sempre localizada em instituições, políticas públicas e redes de colaboração sem as quais essa seria impossível, por muitas razões. Cito as que me parecem mais centrais: o apoio à pesquisa por

agências nacionais de fomento (Capes, CNPq, Fapesp, Fap-DF); a aposta política nas universidades públicas, sua estrutura e as lutas nelas travadas para que seja possível manter-se como espaços de excelência na produção de conhecimento, no ensino e na construção de um país mais democrático e justo; as redes de parceria e afeto sem as quais seria impossível reunir forças e lidar com o conjunto de desafios que se impuseram em processos regressivos iniciados na segunda década do século XX. Como eles envolveram também ataques e hostilidades às universidades e a nosso trabalho como acadêmicas, o sentido de pertencimento e de suporte recíproco em redes de trabalho e de ativismo e nas instituições da área foi fundamental.

Produzir esse memorial significou bem mais do que preencher um requisito para a progressão na carreira. Com ele, me senti reorganizando os sentidos do vivido, já que não há separação clara entre a vida acadêmica, o que produzi ao longo dos anos, e quem sou no mundo. Também me vi frente aos desafios da vida, pensando neles de um lugar que me permite ver um pouco mais. Quem vê daqui, para referir-me à epígrafe que escolhi para o memorial, vê as partes já conhecendo as correlações e desdobramentos, vê os pesos das coisas já à luz de processos que foram realizando possibilidades. Assim, é relativamente confortável ver daqui as ansiedades e expectativas da formação e início da carreira; a inserção em uma área que era em muitos sentidos nova para mim e na qual hoje me sinto acolhida; as tensões entre o trabalho e a experiência da maternidade e do cuidado; a persistência e os desânimos diante dos riscos que a erosão da democracia impôs e dos ataques às universidades e à produção científica. É um privilégio seguir apaixonada pela trajetória escolhida, pelo trabalho que faço. É uma honra vivenciar essa trajetória na UnB, na Ciência Política brasileira, e em redes de competência profissional e de amizade de que pude fazer parte. Ao mesmo tempo, a “maturidade” amplia a percepção de que o trabalho acadêmico deveria ser feito com mais respeito aos tempos da vida, às relações que estabelecemos dentro e fora das universidades.

Termino, assim, com uma reflexão breve sobre o que temos feito de nosso trabalho. Valorizo os processos de trabalho e de validação do que produzimos, assim como nossa persistência coletiva em conferir sentido, engajar-se política e afetivamente na contramão das lógicas predominantes do trabalho precarizado, na medida em que somos pressionadas para assumir formas menos reflexivas e críticas da vida acadêmica. Acredito que essa resistência/persistência pode apoiar-se em dois processos, fortalecendo-os.

O primeiro é a inclusão e transformação da universidade e dos centros de pesquisa em espaços mais igualitários e representativos da pluralidade social. Contamos com a experiência das cotas e temos já trabalhado na sua expansão, mas sabemos que há muito a fazer, sobretudo diante dos processos de desfinanciamento e desvalorização da educação pública que temos vivido. O segundo é a tematização e construção de iniciativas pautadas pela relação entre a vida cotidiana, o cuidado dos outros e de si, e as exigências do trabalho acadêmico. Quais os equilíbrios possíveis entre o trabalho remunerado, o trabalho não-remunerado e o não-trabalho? Como nossas instituições podem contribuir, não apenas para esses equilíbrios, mas para ambientes mais solidários e de apoio recíproco? Como podemos, ao mesmo tempo, estimular a produção, definir critérios claros para sua avaliação, e manter o tempo e abertura necessários ao trabalho intelectual criativo, capaz, simultaneamente, de rigor e inovação?

Parece-me que temos que enfrentar essas questões seriamente, coletivamente, se queremos ainda vivenciar e, principalmente, legar aos que virão depois de nós um mundo acadêmico que não brutalize o desejo, nem limite a potência intelectual, criativa e crítica, ao cumprimento de tarefas dentro de uma mecânica protocolar e de competição, que estimula o descompromisso com o mundo ao redor.

Por fim, agradeço muito a quem participou comigo desta trajetória, mas também a quem leu esse memorial da condição de avaliador, no cumprimento de mais uma das tarefas acadêmicas que são pouco visíveis nas nossas trajetórias, a participação em bancas de concursos, nesse caso, de progressão para o cargo de Professora Titular de Ciência Política da Universidade de Brasília.